**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA:
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGÜÍSTICA GERAL**

RITA DE CÁSSIA ANTONIA NESPOLI RAMOS

**AS RELAÇÕES ENTRE *ÉTHOS* E *PÁTHOS* EM REDAÇÕES DE
VESTIBULANDOS.**

SÃO PAULO

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA:
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGÜÍSTICA GERAL

RITA DE CÁSSIA ANTONIA NESPOLI RAMOS

**AS RELAÇÕES ENTRE *ÉTHOS* E *PÁTHOS* EM REDAÇÕES DE
VESTIBULANDOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Semiótica e Lingüística Geral

Orientadora: Norma Discini de Campos

SÃO PAULO

2009

À Profa. Dra. Norma Discini, com quem comecei meu trajeto semiótico e a quem admiro, como orientadora exemplar, que me conduziu pelos caminhos do conhecimento.

A Wagner Ramos, meu marido e companheiro, por ser meu amor, minha segurança e minha felicidade.

Aos meus filhos Eduardo e Henrique, por serem filhos bons e amorosos e por entenderem minha ausência.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Norma Discini de Campos, pela dedicação inigualável, pela paciência, pelo incentivo, pelas indicações de leitura, pelas conversas; enfim, pelo direcionamento que deu à minha pesquisa.

Aos Profs. Drs. Ivã Carlos Lopes e Lineide do Lago Salvador Mosca, pelo interesse com que analisaram e apontaram perspectivas para essa dissertação, em minha qualificação.

Aos Profs. Drs. Waldir Beividas, Luís Antonio da Silva, Diana Luz Pessoa de Barros, pelos sólidos conhecimentos lingüísticos/semióticos apresentados nas aulas de pós-graduação.

Aos Profs. Drs. Da UNICAMP, principalmente, Sírio Possenti, Mônica Zoppi, Jonas Araújo Romualdo, por contribuírem, talvez sem saber, para que essa pesquisa se desenvolvesse.

Aos mantenedores, diretores, coordenadores, professores e funcionários do Colégio Anglo de Piracicaba e de Tietê, pelas concessões, conversas e carinho que demonstraram comigo ao longo da elaboração dessa dissertação.

À direção, à coordenação e aos professores do colégio EE Barão do Rio Branco, pelo carinho e amizade que sempre tiveram comigo.

À Secretaria Estadual de Educação, pela bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro necessário à realização desta pesquisa.

Às coordenadoras da avaliação das redações do processo seletivo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Profas. Dras. Maria Inês Ghilardi Lucena, Graciema Pires Therezo, Maria Marcelita Pereira Alves, pela oportunidade e pelo privilégio de participar da banca de avaliação de redações, pelas várias leituras propostas, pelos debates acalorados sobre a produção dos alunos, pois foi nesse momento, que se iniciou essa pesquisa.

À Sueli Ramos, pela revisão cuidadosa deste trabalho, pelas valiosas sugestões apresentadas e, principalmente, pelas palavras de incentivo e de amizade.

Ao Wagner, ao Eduardo e ao Henrique, pela disposição em acompanhar-me em todos os momentos dessa trajetória e por darem tranquilidade à minha vida.

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sob a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Repara:

Ermas de melodia e conceito

Elas se refugiaram na noite, as palavras.

Ainda úmidas e impregnadas de sono,

Rolam num rio difícil e se transformam em
desprezo.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Essa dissertação procura efetuar a descrição das vozes que atravessam a redação de vestibular, tais como: a do aluno; a do sujeito que formulou a proposta; a da sociedade. Dessa forma, procura-se depreender a imagem do enunciador de redações de vestibular, como um sujeito dialógico, isto é, um sujeito que constrói, de si e para si, a imagem daquele que enfrenta enunciativamente determinada situação de confronto, específica e pontual de avaliação, respondendo a *outro*. Para tanto, serão descritos os mecanismos de construção do sentido do enunciado da proposta do vestibular cotejado, para que se entendam valores institucionais que constituem uma cena enunciativa para o vestibulando, ou seja, a cena instituída como desafio pelo enunciador da prova institucional.

Concomitante à descrição da voz institucional, será examinado o enunciado da totalidade do aluno recortada para o estudo. A orientação metodológica oferecida pela semiótica adotada levará à descrição do enunciador das redações de vestibular como um *éthos*, isto é, um ator da enunciação identificado por meio de um modo recorrente de dizer, que remete a um modo próprio de ser: o sujeito que produz enunciados em situação de avaliação para ser admitido pela própria instituição considerada.

Palavras-Chave: *semiótica, gênero, redações, páthos, éthos*.

ABSTRACT

This dissertation intends to effectuate a description of the voices which interpose the college entrance exam composition, such as: the student's; the subject's, who formulated the proposal; the society's. In this way, it seeks to infer the college entrance exam composition enunciator's image as a dialogical subject, this is, a subject that builds, from and for himself, one's image who expositively faces a determine, specific and assessment grading confrontation situation, answering to *other*. For this, the construction mechanisms of the enunciate meaning of the confronted college entrance exam proposal will be described, in order to understand the institutional values which constitute a enunciative scene for the one who is going to take the exam, in other words, a established scene as challenge by the institutional test.

Concomitant the institutional voice description, the enunciate of the student's totality will be examined for the study. The methodological orientation offered semiotics will lead to a description of the enunciator's composition as an *ethos*, this is, an enunciation agent identified by a recurrent way of saying that refers to a self way of being: the subject who produces enunciates in an assessment situation to be admitted by the considered institution.

Keywords: *semiotics, genre, composition, ethos, páthos.*

SUMÁRIO

Introdução	11
1.1. Pressupostos teóricos e metodológicos.....	15
 Capítulo I - Análise semiótica de enunciados concernentes à proposta formulada na situação de vestibular: a voz institucional	31
1.1 Proposta do vestibular considerada como texto fundador das redações.....	35
1.2 Notas introdutórias à análise da situação de vestibular.....	37
1.3 Propostas de vestibular: um gênero discursivo	38
1.4 Análise da proposta II do vestibular, considerada como texto fundador das retomadas discursivas.....	44
1.5 Cotejo entre os três textos.....	63
 Capítulo II – Análise semiótica das redações do vestibular: a voz do vestibulando	72
2.1 Esclarecimentos sobre as redações.....	74
2.2 Redações de vestibular: um gênero discursivo	76
2.3 Análise Semiótica das Redações.....	77
2.4 <i>Éthos</i> do vestibulando.....	125
2.5 Análise de uma narrativa do tipo I	128
2.6 Análise de uma narrativa do tipo II	145

Capítulo III - . Confronto entre a voz institucional e a voz do vestibulando.....	158
3.1 Relações entre <i>éthos</i> e <i>páthos</i>	186
Conclusão.....	191
Referências Bibliográficas	195
Anexos.....	203
Anexo A.....	204
Anexo B.....	229

INTRODUÇÃO

Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias.

Graciliano Ramos¹

Essa pesquisa desenvolveu-se a partir da angústia que acompanha todo professor, constantemente imerso em uma sala de aula constituída por alunos a quem é necessário instigar a leitura, o debate e a produção de textos.

Além disso, o trabalho com a correção de redações, escritas em situação de vestibular, incitou que se procurasse entender os dizeres e os ditos do candidato e como ele estrutura o enunciado. Quais seriam as recorrências no modo de enunciar do vestibulando que permitiriam uma generalização no modo de ler e de interpretar as redações? Quais seriam as relações das retomadas discursivas das redações com a proposta institucional do vestibular? Instigada por essas questões na busca do sentido da constituição do gênero *redação de vestibular*, tornou-se necessária a utilização de um arcabouço teórico que proporcionasse uma investigação e uma perspectiva para a abordagem textual. E, desse modo, por meio da Semiótica, tem-se o constructo-teórico segundo o qual, por meio das ferramentas teórico-metodológicas propostas para análise e apreensão do sentido do texto, torna-se possível apreender quais as relações de sentido que regem a produção textual.

Nessa perspectiva, esse estudo procura efetuar a descrição das vozes que atravessam a redação de vestibular, tais como: a do aluno; a do sujeito que formulou a proposta; a da sociedade. Dessa forma, procura-se apreender a imagem do enunciador das redações de vestibular, como um sujeito dialógico, isto é, um sujeito que constrói, de si e para si, a imagem daquele que enfrenta enunciativamente determinada situação de confronto, específica

¹ RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 59ª. ed. São Paulo: Editora Record, 1989. p.126.

e pontual de avaliação, respondendo a *outro*. Para tanto, serão descritos os mecanismos de construção do sentido do enunciado da proposta do vestibular cotejado, para que se entendam valores institucionais que constituem uma cena fundante para o vestibulando, ou seja, a cena instituída como desafio pelo enunciador da prova institucional.

Assim, a dissertação se justifica pelo movimento de descrição das vozes enunciativas como efeito de sentido, não somente por aquilo que elas dizem, mas também por aquilo que elas deixam de dizer explicitamente, figurando nos implícitos, aspirações, crenças e ideais sociais.

Concomitante à descrição da voz institucional, será examinado o enunciado da totalidade do aluno recortada para a pesquisa. A orientação metodológica oferecida pela Semiótica levará à observação dos sentidos estabelecidos na imanência textual das redações consideradas, ou seja, “reconhecer o objeto textual como uma máscara, sob a qual é preciso procurar as leis que regem o discurso” (BARROS, 2002, p.13). Será depreendida da imanência, a dependência entre um nível e outro do percurso gerativo; a vinculação, por fim, do plano do conteúdo com o plano de expressão. Assim orientado, o trabalho poderá descrever e explicar o enunciador das redações de vestibular como um *étos*, isto é, o ator da enunciação identificado por meio de um modo recorrente de dizer, que remete a um modo próprio de ser: o sujeito que produz enunciados em situação de avaliação para ser admitido pela própria instituição considerada.

Nessa dissertação, cada um dos três textos apresentados pela instituição é considerado, em cada movimento de análise, como uma unidade, um *unus*, que constitui o todo, *totus*. Para esta análise, cada *unus* será, então, definido como: texto I; texto II; texto III. Os três textos, juntamente com a proposição específica, serão considerados como a totalidade institucional e denominados como texto-base, texto-fonte ou voz institucional. Já os textos produzidos pelos vestibulandos, a partir da proposta oferecida pela instituição, no ano de 2002, serão

denominados retomadas discursivas ou redações. Eis, a seguir, uma breve esquematização das totalidades de que se compõe esta dissertação: Totalidade 1) composta por três textos e uma proposição, os quais formam a proposta da Instituição PUC Campinas; Totalidade 2) formada por vinte redações de vestibulandos.

Por meio do cotejo entre as duas totalidades discursivas, buscam-se as recorrências do fazer interpretativo dos candidatos, uma vez que as supostas invariantes a ser depreendidas permitem revelar um *éthos* responsivo que equivale ao próprio leitor inscrito no texto institucional, ou seja, o *páthos*, enquanto “uma imagem que o enunciador tem do enunciatário. Essa imagem estabelece coerções para o discurso” (FIORIN, 2004a, p. 71).

No que concerne à estrutura da dissertação, tem-se a seguinte subdivisão: essa introdução, na qual há a procura em situar-se em relação à teoria que sustenta essa dissertação; três capítulos e uma conclusão que retomará os principais aspectos discutidos.

O primeiro capítulo apresentará a análise semiótica de enunciados concernentes à proposta formulada na situação de vestibular: a voz institucional. Para tanto, será apresentada a proposta do vestibular e, em seguida, será feita a análise do nível fundamental, narrativo e discursivo do enunciado do texto-base, para que se depreenda o *páthos*, enquanto feixe de expectativas da banca do vestibular, em relação aos candidatos. As emoções a serem despertadas no auditório, isto é, nos alunos, serão examinadas.

No capítulo II, por sua vez, a análise semiótica de enunciados concernentes à voz do vestibulando será o fundamento. Nesse sentido, proceder-se-á ao exame das redações do *corpus* selecionado. Buscar-se-á demonstrar como, na totalidade das retomadas discursivas analisadas, emerge o *éthos* que deve apresentar certa aspectualização do ator, hipoteticamente o ator da justa medida. Assim entende-se que se poderão depreender dois tipos de redações: a) Tipo I – Redações em que se depreende um *éthos* crítico; b) Tipo II – Redações em que se

depreende um *éthos* dissimulado. Destaca-se que crítico ou dissimulado são traços examinados segundo gradações: menos ou mais.

No capítulo III, apresentar-se-á o desenvolvimento da descrição semiótica dos lugares enunciativos em confronto: a presumível presença, na esfera de comunicação, da polêmica constitutiva do discurso escolar. Nesse capítulo serão confrontadas a voz do vestibulando e a da instituição como heterogeneidade constitutiva. Por meio da análise desenvolvida no capítulo II, pretende-se reconhecer um *éthos* responsivo e convergente ao *páthos* inscrito no texto institucional. Essa convergência se deverá hipoteticamente: a) ao gênero, redação de vestibular; b) à necessidade de preservação da face, pois a situação de vestibular constitui-se por excelência em uma ameaça à face do vestibulando.

Pressupostos teóricos e metodológicos

Os pressupostos teóricos, para a análise proposta, consistem das bases teóricas da Semiótica greimasiana e da Análise do Discurso de procedência francesa, incorporada pela Semiótica por meio dos recursos buscados nos estudos de Maingueneau (1997, 2005, 2008). Nessa perspectiva, serão recuperados conceitos do dialogismo bakhtiniano² e dos desenvolvimentos das noções de tensividade, realizadas por Fontanille e Zilberberg (2001). Tem-se o propósito principalmente no terceiro capítulo, de aproveitar as contribuições variadas de teorias do discurso que embasem, no quadro da sintaxe discursiva, uma explicação mais coerente para o fazer persuasivo do enunciador e o fazer interpretativo do enunciatário. Cabe ressaltar que não se desenvolverão as múltiplas possibilidades de tais teorias, mas procurar-se-á integrá-las à sintaxe discursiva, pela perspectiva semiótica.

Para que se determine a concepção de língua, de texto e de discurso, adotadas nessa dissertação, é necessário retomar a perspectiva saussuriana de que a língua, em princípio, é exterior ao sujeito e de que ela existe em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade (Cf. SAUSSURE, 2004, p.22). “Em nenhum momento, e contrariamente à aparência, a língua existe fora do fato social, visto ser um fenômeno semiológico. Sua natureza social é um dos seus caracteres internos” (SAUSSURE, 2004, p.92). Portanto, diante dessa concepção, a língua é um instrumento de comunicação e, como tal, leva em consideração o destinatário. Logo, ela não é um produto interno ao sujeito e este não pode ser entendido como fonte da comunicação, tal como apregoava a definição de língua comum antes de Saussure.

² BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

Jakobson³ sistematiza, com as funções de linguagem, tal como a comunicação ocorre. As funções estariam centradas em um dos elementos do processo de comunicação, por ele definidos como:

destinador/destinatário/referente/mensagem/contato/código.

Nessa dissertação, não se fica restrito a essas posições fechadas, a do destinador ativo e a do destinatário passivo, mediados ambos por uma mensagem a ser codificada. A perspectiva adotada aqui, tal como orientada pela semiótica, supõe um contrato fiduciário entre o destinador e o destinatário, com a respectiva partilha de valores.

Nas redações estudadas, busca-se então verificar como a comunicação constrói-se a partir da relação enunciador/enunciatário. Além disso, ao ser verificado o uso da função referencial, predominantemente, constatar-se-á o modo de construção do sujeito que enuncia, o que supõe um leque de movimentos estratégicos, o que certamente não se limita ao emprego de uma das funções da linguagem propostas por Jakobson.

De acordo com Barros (2004a, p.33), a função referencial emprega os seguintes procedimentos: o uso da terceira pessoa; qualidades adjetivas, objetivas e concretas. Evitam-se os modalizadores como *eu acho*, *eu quero*; empregam-se estratégias argumentativas lógicas. Esses procedimentos demonstram que o texto com função referencial procura construir a verdade dos fatos e o afastamento da subjetividade do destinador. Assim, confirmar-se-á nas redações a resposta afirmativa à proposta institucional. Mas a proposta dessa pesquisa vai além, pois traz-se à luz a articulação do texto das redações escolares segundo a situação de comunicação, ou seja, o gênero textual.

Destaca-se que o modelo de comunicação de Jakobson, visto como não encerrado em si, aponta para debates e trabalhos sobre o papel dos sujeitos envolvidos na comunicação.

³ JAKOBSON, Roman. *Linguística e Poética*. In: Jakobson, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 118-162.

Próximo a esse pensamento, encontra-se o filósofo da linguagem, Bakhtin (2006), que realizou estudos sobre a interação ou o dialogismo. Em suas análises, Bakhtin afirma que:

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor (BAKHTIN, 2006, p.116).

Diante do exposto, o conceito de interação é primordial para essa dissertação. Por meio do cotejo das duas totalidades recortadas, procura-se: a) depreender a imagem que o vestibulando constrói dele mesmo e do outro (examinador/sociedade); b) descrever como o candidato, enquanto autor implícito dialoga, de modo próprio, com os textos propostos pela instituição.

Tal como será descrito no capítulo II, ver-se-á como o vestibulando compreende o tema da *propriedade*; atende às coerções do gênero; procura captar e partilhar os valores dos textos da proposta do vestibular.

Ao se examinar o diálogo estabelecido entre o texto-base e as retomadas discursivas, poderá ser depreendido como o vestibulando apreende a proposta e como ele julga ter compreendido as imagens ou simulacros construídos pela instituição. De acordo com Bakhtin (2006, p. 137): “a compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*”.

Outro ponto a ser considerado é que, por meio da descrição das imagens construídas, será possível verificar se há um *éthos* convergente ao *páthos* inscrito na totalidade institucional e se a totalidade das redações é caracterizada pela adesão incondicional aos enunciados e aos valores propostos na proposta do vestibular. Também poderão ser descritos quais enunciados e quais valores foram rejeitados pelas retomadas discursivas.

Para que a interação entre os sujeitos da comunicação seja descrita, buscar-se-á respaldo no pressuposto semiótico de que todo texto tem um plano do conteúdo, lugar dos

conceitos, e um plano da expressão, ou seja, a parte material ou sensível de um texto que sustenta os conteúdos. No plano do conteúdo, procura-se a imanência, pois, de acordo com Barros (2002, p.14), é necessário buscar a fala latente do texto para entender como ele foi construído.

Pode-se dizer que o texto é o lugar da organização dos elementos de expressão que estão à disposição do enunciador para veicular seu discurso. O texto, portanto, pertence ao nível da manifestação. Já o discurso é o lugar da materialização das formações discursivas e pertence ao nível do conteúdo. As redações de vestibular selecionadas para análise, serão cotejadas como texto e como discurso. De acordo com Fiorin (2005d, p.41):

o texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social. Há um nível grande de liberdade no âmbito da textualização, enquanto, no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido.

Como o discurso é determinado por formações ideológicas, será observado, nesse estudo, como o mesmo ponto de vista ideológico será manifestado por diferentes textos.

Diante dessas novas “propostas teóricas diversas que concebem o texto, e não mais a frase, como unidade de sentido e que consideram, portanto, que o sentido da frase depende do sentido do texto” (BARROS, 2005, p.6), nessa dissertação, não se buscará o sujeito-vestibulando ontológico, de carne e osso; mas o sujeito lingüístico, depreendido do texto pelo modo de dizer.

A proposta de depreender o ator da enunciação pelo percurso gerativo e não pela gênese psicológica ou biográfica do texto tem fundamentos na Semiótica. Essa teoria parte do pressuposto de que os textos possuem uma lógica subjacente; isto quer dizer que há esquemas de organização comuns a todos os textos, independentemente de suas características individuais. Diante disso, a Semiótica elabora conceitos que podem ser aplicados a qualquer texto e permite uma análise mais isenta de subjetividade, mais focada no enunciado.

Desse modo, para a análise do *corpus*, buscou-se construir o percurso gerativo do sentido, instrumento teórico-metodológico que permite o exame das totalidades, desde os sentidos mais elementares e mais profundos, até os mais complexos, superficiais e concretos. Para isso, analisar-se-ão os níveis fundamental, narrativo e discursivo das redações. Será a partir das relações entre os níveis, que será possível depreender os efeitos de sentido construídos pelo enunciador-vestibulando.

Considerar o trabalho de construção do sentido, da imanência à aparência, como um *percurso gerativo*, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em que cada nível de profundidade é passível de descrições autônomas (BARROS, 2002, p.13).

No nível das estruturas fundamentais, procurar-se-á construir o mínimo de sentido que gera o texto, as pulsões e timias que o marcam (BARROS, 2005, p.79). Portanto, nessa pesquisa, procuram-se determinar as oposições semânticas, a partir das quais o vestibulando imita e capta a ideologia do texto-base ao procurar construir o sentido da redação. Isto, pois, os valores eleitos pelo candidato como eufóricos e voltados para a cultura, opostos aos valores eleitos como os disfóricos, mostram a presença do ator da enunciação no enunciado.

As retomadas discursivas apresentam a mesma oposição semântica fundamental: *cultura* vs. *natureza*. Os valores da cultura, como será examinado no capítulo II, permitem descrever um enunciador que adota a perspectiva de: a) determinar a intensidade da concentração de bens; b) descrever uma sociedade que constrói separações entre ricos e pobres e, por isso, faz uma triagem das classes sociais. Desse modo, segundo os enunciados reunidos, a sociedade descrita exclui os menos favorecidos e diminui a extensão de bens de consumo.

Já no nível narrativo, procurar-se-á reconhecer a narratividade presente em todo enunciado, considerando que a todo texto subjaz uma narrativa mínima, entendida como transformação de conteúdo de componentes da teoria do discurso (FIORIN, 2005b, p.28).

Nesse nível, a narratividade elimina a superficialidade da análise textual, as oposições semânticas fundamentais são observadas mediante a transformação de estados e ações efetuadas pelo sujeito. Em sua busca de um objeto de valor, tais sujeitos realizam as mudanças descritas como retomadas das operações lógicas no nível fundamental e buscam, na fase da manipulação, convencer o destinatário de que os valores propostos são os desejáveis.

Nessa dissertação, acredita-se perceber que, em um grande número de redações, o vestibulando possa propor um programa narrativo inicial recorrente de disjunção. Para entender isso, destaca-se que o narrador, nas retomadas discursivas, descreve a espoliação sofrida pelo pobre em relação às terras desejadas, com ênfase no percurso da *performance* do espoliador. Tal percurso permite ao candidato falar em favor dos excluídos. Por meio dessa sanção moral negativa ao sujeito espoliador, tal como discursiviza-se no texto-base, pode-se depreender que o enunciador das redações quer se construir como equilibrado e justo, segundo valores diferentes daqueles por meio dos quais o espoliador da proposta se figurativiza e se tematiza como sujeito do poder e do querer: desapropriar o homem de sua terra.

Cabe ressaltar que a Semiótica é textual, discursiva e interdiscursiva e, por meio do percurso gerativo, permite a reconstrução do sentido dos textos. Nessa perspectiva, o percurso gerativo viabiliza, também, o estudo da intertextualidade, da heterogeneidade constitutiva. Ao aplicar-se a teoria às redações, percebem-se, em muitas formulações do vestibulando, incompatibilidades discursivas causadas, talvez, pelo fato de o candidato imaginar o que deveria ser dito nessas condições de produção, em contraponto com a exterioridade, com o interdiscurso, com a memória, pois, de acordo com Fiorin (2005d, p.35):

O discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esse discurso em sua fala.

Alguns conceitos semióticos, certamente, serão mais explorados nessa dissertação, como: as modalidades do dever/poder/fazer/saber; as modalidades do crer e as modalidades veridictórias, que serão descritas no nível narrativo.

De acordo com Barros (2004a, p. 48), é necessário pensar no *fazer* comunicativo do destinador, não apenas como um *fazer-saber*, mas, principalmente, como um *fazer-crer* e um *fazer-fazer*; e no *fazer* comunicativo do destinatário, essencialmente, como um interpretar.

Diante disso, observa-se que os vestibulandos propõem valores que julgam serem dos enunciatários, os examinadores. Ao apresentar tais julgamentos, o candidato revela: a) as ideologias a que está submetido; b) os ensinamentos escolares; c) a imagem que tem do examinador, enquanto professor e representante de uma Instituição Católica. O destinatário-examinador, em contrapartida, realiza um fazer interpretativo. É nesse momento que o candidato passa pelas modalidades veridictórias, uma vez que o examinador julga as crenças, os argumentos e a organização textual das retomadas discursivas. Diante disso, os valores apresentados na redação devem estar de acordo com o contrato estabelecido.

Desse modo, observa-se que, subjacente à modalidade do *crer* e do *dever*, há o contrato que rege as relações entre enunciador/enunciatário, contrato virtual que constrói simulacros, tanto para o vestibulando, quanto para o examinador. Os simulacros são construções imaginárias e baseiam-se “em consensos culturais, em acordos e decisões sobre o que deve ser considerado verdadeiro e confiável num determinado universo de discurso da comunidade” (TATIT, 2004, p. 205). Tais construções intervêm na comunicação como algo prévio. Esses simulacros determinam o comportamento dos sujeitos e suas relações entre eles (Cf. BARROS, 2004a, p. 44). Portanto, o enunciatário-leitor não é apenas o destinatário da comunicação, mas também o sujeito produtor do discurso.

Das redações, saltará à luz o simulacro que o vestibulando faz de si para si mesmo, enquanto sujeito que precisa ostentar um saber, tanto dos valores sociais, quanto dos valores

escolares. Em síntese, “as imagens dos interlocutores ou os simulacros dos sujeitos constroem e determinam as relações de comunicação e de interação entre sujeitos” (BARROS, 2004a, p. 45).

No nível discursivo, mais especificamente na semântica discursiva, as coerções ideológicas manifestam-se nos temas. Como define Barros (2005, p.70):

Os percursos temáticos resultam, pela definição proposta, da formulação abstrata dos valores narrativos. A recorrência de um tema no discurso depende, assim, da conversão dos sujeitos narrativos em atores que cumprem papéis temáticos e da determinação de coordenadas espaço-temporais para os percursos narrativos.

Neste nível, principalmente, por meio da sintaxe discursiva, poder-se-ão analisar os mecanismos argumentativos mais representativos das redações e quais efeitos de sentido essa argumentação constrói. Além disso, depreender-se-ão as imagens, tanto do enunciador, quanto do enunciatário. Com as figuras, no nível discursivo, reconhecem-se, nas retomadas discursivas, elementos que mostram como o vestibulando procura recriar um mundo aparentemente concreto, recurso que proporciona um efeito de realidade.

Esse efeito de realidade permite a verificação de que, na totalidade dos alunos, o contrato de veridicção que se firma entre enunciador e enunciatário é um contrato objetivante, em que se procura refletir, de maneira pretensamente transparente, a realidade. Nesse contrato objetivante, “concebe-se que na relação entre sujeito e objeto, isto é, homem e mundo, o segundo elemento impõe-se sobre o primeiro” (FIORIN, 2003a, p. 143). No entanto, essa equivalência entre mundo e texto é uma ilusão referencial, é um efeito de sentido. Na totalidade das redações analisadas, o vestibulando procura, insistente e astutamente, um efeito de sentido que possibilite a equivalência entre texto e referente.

Outro estudo bastante explorado, nessa dissertação, é a sistematização de pessoa, tempo e espaço, tal como descrita por Fiorin. O autor acredita que, ao se descrever essas categorias, dois objetivos são alcançados: “de um lado, descrever as categorias de tempo, pessoa e espaço em português; de outro, descrever como essas categorias são manifestadas no discurso e quais os efeitos de sentido que nele engendram” (FIORIN, 2005a, p. 23).

Com a descrição das categorias de tempo, pessoa e espaço, será possível demonstrar várias astúcias do vestibulando. Uma delas é projetar no enunciado um actante que sanciona negativamente os sujeitos modalizados pelo querer intenso. Com esse recurso, o narrador das redações procura simular que quem fala é a sociedade e não ele, narrador; já que ele seria apenas porta-voz de valores sociais. Além desse recurso actorial, pode-se citar uma estratégia temporal e espacial. Na axiologia temporal de *anterioridade* vs. *atualidade* e, na e axiologia espacial do *aqui* vs. *algures* o candidato descreve o tempo e o espaço enuncivos marcados pela extensidade dos bens de produção. O tempo e o espaço enunciativos, por sua vez, são determinados pela intensidade da concentração de riquezas. Tal recurso constrói vários efeitos de sentido, entre eles, a ilusão das verdades enunciativas.

Por meio do percurso gerativo do sentido, poderá ser verificado que, no momento da leitura, as redações apropriam-se de determinados valores, temas e figuras, do texto-fonte. Com a descrição dessa apropriação, podem ser examinadas quais isotopias o vestibulando privilegia e elege para compor sua rdação.

A escolha de determinada isotopia em detrimento de outra revela não apenas a interpretação feita pelo candidato, mas também se tal interpretação está de acordo com o *páthos* inscrito no texto institucional; uma vez que a instituição já seleciona para o enunciatário percursos figurativos que conduzem a um percurso temático mais abstrato.

Nas retomadas discursivas, há, como isotopia, várias figuras recorrentes como, por exemplo: a descrição de *pessoas miseráveis*; *do acampamento dos sem-terra*; *da elite*. Tais

figuras encadeiam-se nas redações em percursos figurativos. Estes, por sua vez, organizam-se em categorias mais abstratas, vinculadas à ideologia geral das redações, que se configuram em temas, como: *propriedade, exploração, opressão, acumular*, entre outros.

Os temas e figuras podem ser recuperados por meio da interdiscursividade, entendida nesta dissertação como “o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro. Há dois processos interdiscursivos: a citação e a alusão” (FIORIN, 2003b, p. 32).

Nas redações verifica-se que os vestibulandos citam a totalidade institucional ou aludem a ela. Desse modo as retomadas discursivas reproduzem a assimetria na posse de terra; o querer intenso. Verifica-se, ainda, que na totalidade dos alunos, todos os narradores colocam-se como denunciadores da situação caótica em que está o Brasil. Há, nas redações, ênfase nos percursos temáticos apresentados pela voz institucional: necessidade de cercas; consumismo desenfreado; violência na posse de terra. A esses percursos temáticos, que remetem a um discurso, o vestibulando agrega outros falares, como: soluções para o conflito da posse de terras, crítica aos sem-terras.

As análises expostas, nessa dissertação, permitirão examinar a recorrência dos discursos da voz da totalidade institucional nas redações; e, com isso, objetiva-se demonstrar que as retomadas discursivas mantêm uma relação contratual com a voz institucional. Contrato este que se estabelece: a) pelo gênero, *redações de vestibular*; b) pelo crer do vestibulando: dever escrever uma redação de identidade com o discurso institucional e, dessa maneira, legitimar o próprio discurso. Conforme será verificado no capítulo III, essa relação contratual pode ser explicada por meio da teoria da preservação da face desenvolvida pelo estudioso americano E. Goffman.⁴

⁴GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. In **Ritual de la interacción**, Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1970, p.13-47.

Vale ressaltar que a análise das relações que regem a situação de vestibular permite depreender como a instituição escolar opera com a questão da interpretação e da compreensão dos textos. Tal questão ganha importância ao se observar que a escola e, mesmo os vestibulares, privilegiam respostas prontas e ditam técnicas de preenchimento, ou seja, o aluno não é estimulado a debater, pesquisar, ser sujeito reflexivo e com significativo grau de autonomia em relação a seu próprio texto. Muitos exemplos podem ser dados dessa conduta, mas nessa dissertação, observar-se-ão algumas práticas escolares muito exploradas em manuais de redações e aulas de cursinhos. Uma delas consiste em fazer os alunos decorarem conjunções e termos que, supostamente, causariam o efeito de coesão ao texto; outra seria decorar frases de filósofos.

Em artigo publicado na Revista Educação, os professores Flávia Zanutto e Neil Armstrong Franco de Oliveira⁵ criticam, de modo coerente, a instituição escolar: a) por restringir o ensino de gênero; b) objetivar um texto livre de erros; c) os alunos terem um único interlocutor: o professor. Diante dessa realidade, há um abismo entre o que os alunos aprendem e a realidade que os cerca. Com isso, a produção de texto na escola torna-se uma atividade contraproducente, pois o aluno adota uma postura que não é a dele, mas a que se espera dele e, com isso, reproduz estereótipos.

Nessa dissertação, adota-se a mesma postura crítica de Zanutto e Oliveira, ou seja, ficará comprovado que, para o vestibulando ser sancionado positivamente em situação de vestibular, é imprescindível que sejam incorporados a sua práxis escolar: o trabalho submisso com os gêneros impostos; a reescrita a partir de textos previamente selecionados pela banca que formulou a proposta; a argumentação compatível com as expectativas da banca. Tem-se enfim um aluno amarrado a princípios contraproducentes, como dizem Zanutto e Oliveira, a

⁵ ZANUTTO, Flávia; OLIVEIRA, Neil Armstrong Franco de. O gênero redação de vestibular: O que prova essa (re) produção textual?, **Rev. de Educação**, v. 5, n. 1, p. 83 – 103, jan./jun.

estratégias contraproducentes para que possa emergir um *éthos* responsivo mais ao mundo histórico e menos ao círculo restrito de determinada instituição, concretizada na situação de vestibular.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a compreensão do texto-base depende do encadeamento figurativo identificado pelo sujeito-vestibulando, no momento da leitura. Entretanto, se esse sujeito não foi estimulado a ler, a interpretar, valorizará apenas as isotopias mais evidenciadas, mas não apreenderá os implícitos do texto-base. Ao não conseguir ler os implícitos, um número significativo de redações estabelece um antagonismo entre o *páthos* projetado no texto institucional e o *éthos* apreendido das retomadas discursivas.

Além de se considerar o diálogo com a instituição escolar e pautar-se nas teorias apontadas, será trabalhado nessa dissertação o conceito de ideologia, desenvolvido pela Análise do Discurso (AD): “Se, do ponto de vista genético, as formações ideológicas materializadas nas formações discursivas é que determinam o discurso, do ponto de vista da análise, é o discurso que vai revelar quem é o sujeito, qual é a sua visão de mundo” (FIORIN, 2005d, p. 49).

Maingueneau (1997) dá continuidade à perspectiva do caráter interativo da linguagem e desenvolve estudos sobre a situação de enunciação, que serão explorados, principalmente no primeiro capítulo desta dissertação, para explicar o contexto que envolve o vestibular. Também em Maingueneau (1997), serão encontrados os fundamentos sobre *dêixis* discursiva; *dêixis* fundadora e cenografia. Nesse trabalho, a *dêixis* fundadora é a proposta apresentada pela instituição do vestibular, já as cenografias são as redações produzidas pelos vestibulandos.

Outro aspecto importante para essa dissertação é o conceito de gênero: “cada ‘gênero’ presume um contrato específico pelo ritual que define” (MAINGUENEAU, 1997, p. 34). Portanto, a enunciação em situação de vestibular exige que o vestibulando esteja atento às

coerções exigidas pelo gênero a que se submete. O autor define o gênero como “um conjunto de características formais, de procedimentos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 35).

Diante das coerções de gênero, será notado que as redações de vestibular analisadas procuram descrever um percurso histórico que construa o simulacro de realidade. Nesta construção, um número significativo de retomadas discursivas apresenta o percurso da desigualdade social e da ambição humana, com isso, transformam o texto em uma arena de conflitos, em que crenças, aspirações e estereótipos revestem os enunciados.

Ainda, dentro das coerções do tipo textual “dissertação”, há a exigência do emprego da norma culta, que tem mais credibilidade na sociedade; por ser empregada por uma classe social de maior prestígio e por esse prestígio conferir “status” a quem a emprega corretamente. Para tanto, o vestibulando precisa ostentar saber, mas sem exageros que deixem seu texto ilegível, sem problemas de linguagem, o que seria incoerente com a norma culta; de tal forma que, ao ler o texto, o destinatário teria a ilusão de que a redação realmente reflete a visão de um enunciador que é conhecedor das regras da sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que os candidatos buscam construir diversos recursos persuasivos. Para a análise argumentativa de tais recursos, serão utilizados os estudos de Perelman, C; Olbrechts-Tyteca (2002); Meyer (2007) e Mosca (2004, 2007). Desse modo, a argumentação será relacionada à Análise do Discurso pelo seu aspecto dialogal e interativo no qual, “há que contar as reações diretas do ouvinte ou do auditório e com negociação dos sentidos” (MOSCA, 2004, p. 133). Nessa perspectiva, a argumentação se estabelece no acordo entre as partes e negocia-se a distância entre os sujeitos (MOSCA, 2004).

Por fim, caberá ainda discursar sobre a questão do *éthos*; para tanto, serão retomadas, sistematicamente, as definições e estudos sobre *éthos* de Discini:

Encarando o estilo como efeito de sentido, produzido *no e pelo* discurso, reconhecido pelo fazer interpretativo de um enunciatário, cúmplice de um sujeito da enunciação, para que, juntos, construam um efeito de individuação, propomos inicialmente que venha, da recorrência formal das relações na construção do significado, o resultado da própria individuação. Mas propomos também refletir sobre estilo, como construção de um sujeito por uma totalidade de discursos. (DISCINI, 2003, p. 26).

O conceito de *éthos* já havia sido desenvolvido por Aristóteles⁶, momento em que o filósofo apresenta a tripla dimensão da retórica: *éthos*, *páthos* e *lógos*. O autor salienta que as provas para se obter a persuasão são três: o caráter moral do orador (*éthos*), as disposições que se criam no ouvinte (*páthos*) e o próprio discurso (*lógos*). Além disso, Aristóteles afirma que a persuasão ocorre, por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira a deixar a impressão de que o orador seja digno de confiança.

Os oradores que mais levam à persuasão, segundo Aristóteles, são aqueles que inspiram prudência (*phronesis*), virtude (*areté*) e benevolência (*eunóia*). Tal atitude pode ser observada nas redações, pois o vestibulando, como será demonstrado no capítulo II, procura ser da justa medida, ao mostrar, tanto benevolência com os menos favorecidos, quanto contrariedade à invasão de terras.

Desse modo, a tripla dimensão apresentada pela Retórica é retomada, pois a disciplina propõe a descrição das imagens construídas pelos próprios discursos. Com isso, “para a imagem do enunciador, o *ethos*; para a imagem do leitor, o *pathos*” (DISCINI, 2008, p. 33). Além disso, o *logos* é visto como o próprio enunciado, que “permite a apreensão da imagem do sujeito ou do efeito de identidade bipartido em autor e leitor implícitos” (DISCINI, 2008, p. 33).

Ainda, no que concerne ao *éthos*, de acordo com Maingueneau (1997), esse conceito está relacionado ao gênero, pois o gênero impõe um tom, um caráter, uma corporalidade. Nas

⁶ ARISTÓTELES (s/d). **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior *et alli*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

redações analisadas, pelas coerções de gênero, o tom exigido é autoritário, uma vez que o vestibulando precisa ostentar conhecimento. Entretanto, pelo modo do candidato, pretensamente, defender os menos favorecidos, as invasões de terra e acreditar no governo como solucionador dos problemas, pode-se depreender o caráter do ator da enunciação, que diante de um texto-base, quer se construir como comedido, sociável. Tal corporalidade precisará passar pelas modalidades veridictórias para ser julgada pelo examinador como verdadeiras ou não.

Em todas as redações, conforme descrito no nível narrativo, o ator da enunciação instaurará um narrador que procura se construir como aquele que sanciona negativamente os sujeitos que descreve como espoliadores ou como responsáveis pela desigualdade em que vive a sociedade atual. Para tanto, ele instaura, nos enunciados, sujeitos portadores de discursos antagônicos; uma vez que coloca os espoliadores manipulados pelo querer intenso. Portanto, um conceito muito pertinente para a análise das redações passa pelas modalidades que movem o sujeito; pois, nas retomadas discursivas, o querer é doado por uma sociedade que privilegia o lucro. O outro lado dessa polêmica, por sua vez, remete a um sistema comunitário que privilegia a extensão de bens de consumo e a mistura de classes sociais.

Os estudos sobre polêmica, de Maingueneau (1997, p. 125) afirmam que:

Com a polêmica não é diferente. Ela supõe um contrato entre os adversários e, com ele, a idéia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo (os protagonistas do debate bem como o público), o que permite decidir entre o justo e o injusto. Que se trate de bom senso, de partido, de justiça do interesse do país, etc., deve existir um referencial comum que legitime a figura de algum tribunal supremo.

Essa tentativa de construir um narrador do “bom-senso” saltará aos olhos como um constituinte básico das recorrências das redações, que buscam construir o simulacro daqueles que expõem os fatos para serem analisados e julgados por outro.

Ainda dentro da teoria semiótica, para analisar a categoria tensiva desdobrada em *intensidade* vs. *extensidade*, serão adotados os princípios teóricos da teoria semiótica, mais precisamente, os trabalhos sobre semiótica tensiva de Fontanille e Zilberberg (2001). Por meio desses estudos será descrito como a voz institucional e as retomadas discursivas adotam o mesmo ponto de vista e como essa visão determina falares e discursos e está submetida a uma *doxa*.

Por fim, nessa dissertação, procura-se examinar as várias etapas de descrição e de explicação do percurso gerativo de sentido e, por meio dessa análise, que é textual e discursiva, objetiva-se chegar ao ator da enunciação. Tal intento proporciona o estudo do dialogismo em situação de vestibular, por meio da aplicação dos pressupostos metodológicos e teóricos propostos pela Semiótica. Além disso, essa pesquisa pode contribuir para a revisão das práticas tradicionais empregadas no ensino da redação, as quais impõem a paráfrase e a submissão como modelares na escrita e na produção de textos.

1. CAPÍTULO I: Análise semiótica de enunciados concernentes à proposta formulada na situação de vestibular: a voz institucional.

Esse capítulo tem como objetivo específico depreender o *éthos* da voz institucional representada pela proposta de vestibular. Para se atingir esse objetivo, far-se-á nesse capítulo, a análise semiótica de enunciados concernentes a proposta formulada na situação de vestibular: a voz institucional. Para tanto, será apresentada a proposta do vestibular e, em seguida, será feita a análise do nível fundamental, narrativo e discursivo do texto-base.

Esse trabalho de interpretação é importante para averiguar as relações estabelecidas entre as estruturas do texto-base com as redações produzidas pelos candidatos. Além disso, para que se possa descrever o *éthos* do vestibulando, faz-se necessário construir o *éthos* da voz institucional e o *páthos* do enunciatário inscrito na proposta II do vestibular da PUC Campinas do ano de 2002.

De fato, mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos* (MAINGUENEAU, 2005a, p.71)

No momento da leitura, o sujeito interpretativo, o vestibulando, pode estabelecer uma relação contratual ou polêmica com as imagens projetadas no texto-fonte. Por meio da análise dessas relações, vê-se emergir o simulacro que o sujeito vestibulando constrói de si e para si na situação de vestibular. Além disso, essa análise permite observar se o candidato incorporou o *éthos* do enunciador da proposta. Para se conhecer o *éthos* da totalidade das redações, é necessário examinar o *éthos* da voz institucional. “Para exercer um poder de captação, o *éthos* deve estar afinado com a conjuntura ideológica” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 100).

O texto não se destina a ser contemplado, configurando-se como enunciação dirigida a um co-enunciador que é preciso mobilizar, fazê-lo aderir “fisicamente” a um determinado universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse “fiador” que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado (MAINGUENEAU, 2008a, p. 99).

Para se verificar que imagem do *páthos* é construída pela voz institucional é preciso determinar os valores que a proposta apresenta. A noção de *páthos*, aqui adotada, “parte da idéia de que o enunciatário é tão produtor do discurso quanto o enunciador, dado que este produz o texto para uma imagem daquele, que determina as diferentes escolhas enunciativas, conscientes ou inconsciente, presentes no enunciado” (FIORIN, 2004a, p. 69).

1.1 Proposta do vestibular

Por critérios elucidativos, serão apresentadas, a seguir, as três propostas institucionais, isto é, a formulação dos textos que servem de base para o vestibulando fazer sua redação.

Entretanto, por um critério metodológico, aqui adotado, manter-se-á, ao longo dessa dissertação, apenas o exame da relação da Proposta II com as respectivas respostas textuais e discursivas concretizadas nas redações.

PUCCAMP - Propostas:

PROPOSTA I – DISSERTAÇÃO

Leia o editorial abaixo, da Folha de S. Paulo do dia 02 de outubro de 2001, procurando perceber as idéias principais e o tema desenvolvido. Em seguida, elabore sobre esse tema uma dissertação clara e coerente.

Já há alguns anos está em curso o enraizamento do controle democrático dos serviços públicos no Brasil. Os dados sobre a atuação dos conselhos municipais de saúde pelo país afora são eloqüentes a esse respeito. Mais de 100 mil pessoas participam desses comitês que, entre outras atribuições, têm a função de fiscalizar a qualidade do Sistema Único de Saúde. O tema é um dos abordados no 7º Conselho Paulista de Saúde, que ocorre em Santos.

Cerca de 5.000 municípios brasileiros já têm o seu conselho implantado. Metade das vagas desses colegiados tem de ser ocupada por representantes de usuários; um quarto por profissionais de saúde e o outro quarto por administradores do serviço. Em cidades como São Paulo, o instrumento é tão disseminado que chega a haver conselhos específicos para hospitais e postos de saúde.

A interação entre movimentos populares, abertura política e avanços na legislação e no modo de gerir o Estado foi o elemento que possibilitou essa e outras silenciosas conquistas no controle democrático das chamadas atividades-fim do poder público. Data de 1979 o surgimento espontâneo dos primeiros conselhos populares de saúde da cidade de São Paulo. Hoje essas entidades não-governamentais já constituem uma rede espalhada pela cidade.

Há cerca de um mês, dezenas de milhares de pessoas elegeram 3.000 representantes para os 172 conselhos populares existentes na capital.

Foi a legislação do SUS, depois da Constituinte, que possibilitou a absorção do modelo de controle popular pela própria administração do sistema de saúde. O alastramento, mais recente, das ouvidorias no serviço público tem sido um importante passo na mesma direção. Agora o desafio é permitir que o modelo de controle democrático se alastre para outras áreas.

O Estado de São Paulo desde 99 conta com legislação específica para a defesa do usuário de serviços públicos. Lei federal análoga há muito deveria ter sido aprovada pelo Congresso, como exige o artigo 27 da emenda constitucional no 19, de 4 de junho de 1998. Deputados e senadores, pelo texto, tinham 120 dias para elaborar o diploma legal. Mas o Sol já nasceu mais de mil vezes depois de promulgada a emenda e nada de lei. (Folha de S.Paulo, A2, quarta-feira, 02/10/2001).

PROPOSTA II – DISSERTAÇÃO

(Proposta considerada como texto fundador das redações aqui elencadas)

Leia atentamente os textos que seguem.

I. Direito à terra: o problema está em onde se colocam as cercas. Claro que as cercas são necessárias. A pele é uma primeira cerca. Depois, a roupa. E a casa. Não posso ser invadido. Quem diz isso é o meu próprio corpo, que sente, com imensa sensibilidade, sua necessidade de um espaço. (...) É a própria vida que determina o círculo de espaço que lhe pertence, que lhe é próprio. Daí, propriedade: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo, que não pode ser tocado sem que eu sinta. O espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem. Os limites da minha terra são os limites de que necessito para viver. A terra é o meu pão, minha água, meu calor. Mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo. (Rubem Alves, *Tempus fugit*)

II. Nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade. Do bem mais essencial ao mais supérfluo, do gênero de primeira necessidade àquilo de que não se tem necessidade alguma, tudo parece querer dizer: fazê-me teu, e sê meu! Pois quantas vezes não pensamos ser proprietários de algo, e já nos tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir.
(Saulo Coimbra, *inédito*)

III. – Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
– É de bom tamanho
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
– Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

(João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*)

Os textos tratam de um mesmo assunto sob diferentes aspectos. Escreva uma dissertação, na qual você identificará o tema e comentará, de modo pessoal, os diferentes aspectos sob os quais está sendo tratado.

Proposta III – NARRAÇÃO

Observe atentamente a foto e os textos que seguem.

Observe atentamente a foto e os textos que seguem.

I. As telhas já estão pesando
Sobre esta casa cansada.
Em silêncio ela espera
A hora de ser julgada.

J. Carlos de Queiroz Telles

II. Vão demolir esta casa
Mas meu quarto vai ficar.
Não como forma imperfeita
Neste mundo de aparências:
Vai ficar na eternidade,
Com seus livros, com seus quadros,
Intacto, suspenso no ar!
Manuel Bandeira

(Foto e textos de O livro de São Paulo: ponto de encontro da modernidade. São Paulo: Rhodia, 1979)

A partir da foto e dos textos, redija uma redação em que o narrador seja o “eu” do poema de Manuel Bandeira. Escolha a situação que determina o “julgamento” referido no texto de J. Carlos de Queiroz Telles.

1.2 Notas introdutórias à análise da situação de vestibular

Na situação de vestibular, verifica-se que a voz institucional constrói a imagem de um *páthos*: o vestibulando, enquanto aluno que se propõe a fazer o vestibular. Esse *páthos* projetado deve possuir as seguintes competências, relacionadas ao saber (saber este adquirido, principalmente, na escola): a) como redigir uma redação; b) quais conteúdos devem compor uma redação; c) posicionar-se diante de um texto-base; c) incorporar um *éthos* competente para comentar os diferentes aspectos sob os quais o tema está sendo tratado. Essas competências fazem-se necessárias, pois a *doxa*, enquanto “conjunto de representações socialmente predominantes” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p.176) exige um narrador do “bom-senso”.

Ao construir esse simulacro do leitor, o vestibulando, a instituição define o próprio *éthos*: a) apresenta textos injuntivos e literários; b) prioriza o tipo textual dissertativo; c) prevê um percurso de leitura; d) descreve a desigualdade social; e) traça um cenário da sociedade tido como negativo; f) incorpora um *éthos* crítico, sancionador dos sujeitos espoliadores e impotentes diante das desigualdades sociais.

Ao se analisar as redações, percebe-se que o vestibulando, por sua vez, constrói a imagem do *éthos* a partir do *páthos* sugerido pela voz institucional. Dessa forma, o candidato, seja pelo aprendizado, seja pelo contrato com a sociedade que rege a *doxa* à qual o sujeito está inserido, constrói o simulacro do que julga serem os valores compatíveis com a sociedade: a ordem estabelecida; o acolhimento em relação às classes menos favorecidas; a imagem de um enunciator como um sujeito equilibrado.

1.3 Propostas de vestibular: um gênero discursivo

De acordo com Maingueneau (2008a, p. 86), a enunciação pressupõe três cenas: a) englobante; b) genérica; c) cenografia. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; a cena genérica concerne ao gênero e a cenografia diz respeito ao esforço da enunciação para constituir o seu próprio dispositivo de fala. Assim, as propostas de vestibular apresentam como cena englobante o discurso pedagógico; como cena genérica o gênero *proposta de vestibular*; como cenografia, relacionam-se à cada enunciação específica de um momento específico: o conjunto desta proposta específica (II), a qual permite a um leitor (vestibulando) apresentar seu ponto de vista diante de um tema contemporâneo.

Conforme o exposto, as propostas de vestibular fazem parte do discurso pedagógico, pois circulam na esfera escolar. Elas interpelam um determinado leitor, o vestibulando, com uma função: selecionar os que desejam ingressar no ensino superior. Nessa perspectiva, o gênero *proposta de vestibular* apresenta uma estrutura composicional, uma temática e um estilo, que lhes são característicos.

Postula-se, neste trabalho, que *as propostas de vestibular* são um gênero, pois “é quase impossível uma situação de interação verbal que não tenha como instrumento um gênero textual” (ZANUTTO; OLIVEIRA, 2004, p. 85). Para corroborar essa visão, buscar-se-ão alguns conceitos a respeito dos gêneros, primeiramente, em Bakhtin (2003, p. 263-283): a) cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais se denominam gêneros do discurso; b) dividem-se em primários, produções “naturais”, espontâneas; e produções “construídas”, institucionalizadas, pertencentes aos “gêneros secundários”; c) procuram evocar uma concepção de realidade; d) são escolhidos e determinados pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela

situação concreta da comunicação discursiva; e) correspondem a situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos significantes das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas.

Em seguida, observem-se as concepções de Marcuschi (2005, p.20): a) os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia; b) surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais; c) caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais.

Alerta-se para um fato: Marcuschi apresenta diferente perspectiva daquela da Semiótica, pois representa o conceito de gênero segundo uma Lingüística do texto. Por isso secundariza estruturas lingüísticas como efeitos de sentido produzidos pelo discurso, isto é, segundo a intencionalidade de um enunciador. Para o semioticista, a estrutura organiza o pensamento, logo a linguagem; também não se pensa em coisa alguma que não seja languageiro, lingüístico, enfim. Entretanto Marcuschi é citado pela contribuição que dá justamente ao pensamento teórico que respalda a noção de enunciação (comunicação).

Perante essas afirmações, confirma-se que as *propostas de vestibular* são um gênero, pois: a) desenvolvem-se de acordo com tipos relativamente estáveis de enunciados: textos que apresentam um ponto de vista ou posições polêmicas; b) são produções institucionalizadas; c) evocam problemáticas contemporâneas ao tempo (contexto) e representam uma construção da realidade; d) são escolhidas pela instituição como forma de avaliar os vestibulandos e apresentam temáticas em situação concreta de vestibular; e) contribuem para a função avaliativa em situação de vestibular.

No que concerne à estruturação da II proposta de vestibular da PUC Campinas, podem-se descrever os seguintes elementos relativamente estáveis e característicos desse gênero: a) quanto à temática: o tema é voltado a uma questão social; b) quanto à estrutura

composicional: impõe um tipo textual; apresenta vários recortes de textos, extraídos de diferentes fontes; reúne textos literários e não-literários; apresenta uma proposição na qual há uma prescrição para a elaboração do texto; c) quanto ao estilo: remete a um modo de conceber a realidade; apresenta um contrato objetivante; suscita uma resposta do co-enunciador, estruturada em forma de um posicionamento coerente; apresenta trajetórias tidas como estratégias para orientar a escrita do vestibulando.

Dentro da perspectiva de que as *propostas de vestibular* são um gênero, observe-se a proposta II, adiantando aqui a análise semiótica que será desenvolvida mais detalhadamente a seguir. O texto permite definir a proposta do vestibular como um discurso pedagógico e instrucional e, por isso, pode-se depreender um tom expositivo e argumentativo da voz escolar, dotado de certo traço autoritário. Atente-se para o texto específico da proposição:

Os textos tratam de um mesmo assunto sob diferentes aspectos. Escreva uma dissertação, na qual você identificará o tema e comentará, de modo pessoal, os diferentes aspectos sob os quais está sendo tratado.

Com as instruções, dadas nesse texto, pressupõem-se enunciatários que: a) entendam os “diferentes aspectos” dos textos apresentados; b) saibam escrever dentro das coerções da “dissertação”; c) apresentem informações sob determinada perspectiva, já que devem escrever “de modo pessoal”; d) discutam sobre a noção de propriedade que, nesse contexto, vale como propriedade da terra. Pressupõem-se, enfim, sujeitos que reconstituam um percurso de leitura e sejam competentes para ler implícitos.

A competência do sujeito vestibulando, que deverá fazer a redação, investe-se de modalidades deônticas. Greimas e Courtés (s.d, p.107), assim definem tais modalidades:

Do ponto de vista semiótico, a estrutura modal deôntica aparece quando o enunciado modal, tendo por predicado o dever, sobredetermina e rege o enunciado do fazer. A projeção binarizante dessa estrutura no quadrado semiótico permite a formulação da categoria modal deôntica:

Cada termo do quadrado é suscetível de receber uma denominação substantiva:

Tem-se, na proposta da universidade, a prescrição para o candidato: dever-fazer, prescrição que supõe uma interdição: dever não-fazer. Se ele não fizer a redação segundo as diretrizes propostas, será reprovado, diz o contexto.

Determina-se nesse excerto o tipo textual a que o vestibulando deve se submeter: o tipo textual “dissertativo”. O caráter autoritário se configura por meio do uso do imperativo, bem como por meio das afirmações com aspecto de verdade irreversível. Tome-se como exemplo o presente verbal. Na proposição, além das instruções, pode-se entrever o feixe de expectativas da voz institucional, relacionado ao *páthos*, que diz respeito às paixões a serem despertadas no auditório, segundo a retórica aristotélica. Na proposta, a imagem do auditório é a dos vestibulandos, um sujeito supostamente flexível, orientado pela paixão da obediência: escrever o texto; identificar o tema; comentar aspectos. A imagem do *éthos* é a voz prescritiva institucional: o enunciador da proposta.

A tipologia textual prescrita, a dissertação, apresenta as seguintes características: a) é um texto temático; b) expõe pretensas verdades gerais predominantemente em um presente atemporal; c) desenvolve a estrutura composicional dissertativa de introdução, desenvolvimento e conclusão; d) emprega generalizações, o que resulta em menor índice de iconização figurativa; e) emprega a não-pessoa (ele) para construir um simulacro de equilíbrio; f) elege a norma lingüística culta, em situação de formalidade; g) apresenta o enunciado de maneira lógica e, por isso, as idéias encadeiam-se por relações que, ao privilegiar a coesão e a coerência, respaldam-se nas implicações (porque, pois) e nas concessões (embora, ainda que), entre outras.

Por ser um texto concentradamente persuasivo, a dissertação exige uma argumentação com efeito de objetividade e de consistência para expor um ponto de vista sobre uma dada questão: “o ponto de vista daquele que sustenta uma opinião será igualmente determinado pela maneira como ele instala o discurso de outrem, com vistas a refutá-lo ou a consolidar seu próprio discurso” (BERTRAND, 2003, p. 117). Para que o ponto de vista e a argumentação passem pelas modalidades veridictórias, a dissertação deve se apresentar como um texto que explica, analisa e interpreta a realidade. Com isso, o contrato de veridicção que se firma entre enunciador e enunciatário, em textos dissertativos, é um contrato objetivante, em que se procura criar a ilusão de que o discurso apresenta, de maneira transparente, a realidade discursivizada. Esse contrato objetivante, “exige uma ancoragem na realidade” (FIORIN, 2003a, p. 142).

Por fim, o gênero “constitui-se em instrumento para a construção do estilo, uma vez que projeta expectativas a respeito de tipos de texto, adequados a situações de comunicação”. (DISCINI, 2003, p. 53). Nesse sentido, o enunciador da voz institucional seleciona e usa os gêneros para confirmar e validar a cena enunciativa.

Verifica-se, ainda, que na proposição instaura-se o pronome *você*, por meio do qual o enunciador dirige-se diretamente ao enunciatário. Este que funciona como “filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso” (FIORIN, 2005a, p. 65). Ao instaurar o *você* no enunciado da proposta, há um efeito de aproximação entre enunciador e enunciatário.

1.4 Análise da proposta II do vestibular, considerada como texto fundador das retomadas discursivas.

Para se depreender o *éthos* do enunciador da proposta e o *páthos* imposto pela voz institucional, em um primeiro momento, serão analisadas as três unidades que compõem a totalidade institucional, cada qual como um *unus*⁷. Ao se analisar cada *unus*, a voz do enunciador emerge. A partir do *unus*, busca-se confirmar como a unidade contemplada se articula em um *totus*, ou seja, busca-se descrever como a totalidade institucional recorta e constrói um *totus*. Em um segundo momento, procura-se verificar como os três textos entretêm entre si estruturas recorrentes que determinam sentidos estáveis, os quais, como será descrito nesse capítulo, são captados pelo vestibulando. De acordo como esses sentidos e o recorte feito pela totalidade institucional, pode-se depreender o estilo da proposta II, aqui estudada. Com essa depreensão será possível reconstruir o *éthos* do enunciador do texto-base e, conseqüentemente, o *páthos* de leitor imposto por ele. O todo está nas partes, logo a proposta II deve refletir temas invariantes e concernentes à voz institucional.

⁷ *Unus* I, II e III: referem-se a cada um dos textos que compõem a proposta II do vestibular da PUCC, apresentada na p. 35.

TEXTO I (PROPOSTA II)

I. Direito à terra: o problema está em onde se colocam as cercas. Claro que as cercas são necessárias. A pele é uma primeira cerca. Depois, a roupa. E a casa. Não posso ser invadido. Quem diz isso é o meu próprio corpo, que sente, com imensa sensibilidade, sua necessidade de um espaço. (...) É a própria vida que determina o círculo de espaço que lhe pertence, que lhe é próprio. Daí, propriedade: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo, que não pode ser tocado sem que eu sinta. O espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem. Os limites da minha terra são os limites de que necessito para viver. A terra é o meu pão, minha água, meu calor. Mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo (Rubem Alves, *Tempus fugit*).

O texto apresenta um único parágrafo com períodos curtos. Logo no início, observa-se que o excerto apresenta o tema do direito à terra e descreve atores sociais em conflito. Esse conflito, segundo o implícito do texto, é causado por sujeitos que buscam além do que é necessário para a sobrevivência.

Nível Fundamental

No texto de Rubem Alves, as articulações mínimas de sentido axiologizam-se em *cultura* vs. *natureza* e tematizam-se em limites *benfazejos* vs. *limites nefastos*. Diante dessa axiologização, depreende-se um sujeito que procura descrever o conflito e a competição no que concerne ao tema *propriedade*, figurativizado na posse da terra. A articulação descrita pode ser visualizada no quadrado semiótico:

A orientação do quadrado permite observar que a presença de certos limites é eufórica com a natureza, quando indica conformidade do ser vivo com o meio ambiente. No entanto, segundo o enunciado, há *aqueles* que não se contentam em possuir apenas o necessário para a sobrevivência. Com isso, há a passagem do necessário para o *além das necessidades*, quando sujeitos *fincam cercas além dos limites da necessidade do seu corpo*. Ao passarem dos limites naturais, *os benfazejos*, para os limites impostos, *os nefastos*, os sujeitos transformam as relações sociais *harmônicas* em relações *conflituosas*.

Desse modo, o texto apresenta como do domínio da natureza: *o pão; a água; o calor* discursivizados no espaço natural da primeira fase da vida. O enunciador designa como cultural, por sua vez, o desejo de ir *além dos limites da necessidade*, o que supõe a cobiça pelos bens materiais, numa segunda fase. Perante essas considerações, nota-se que os termos do quadrado são axiologizados do seguinte modo: no termo *natureza*, os limites são determinados como valores eufóricos; o termo *cultura* e a presença dos *limites nefastos*, tidos como valores disfóricos.

Nível narrativo

O enunciador projeta um narrador, actante do enunciado, que procura determinar as causas da assimetria na posse da terra. Para tanto, o texto pressupõe, logo na primeira linha do parágrafo, que a mudança de estado de relaxamento para a tensão, dá-se pelo desejo de se possuir sempre mais: *o problema está onde se colocam as cercas*, o que é corroborado na penúltima linha do texto: *mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo*. A tensão é definida pelas oposições: *conjunção* vs. *não conjunção*, pois, segundo o texto, aqueles que possuem mais terra do que necessitam, acabam por espoliar outros sujeitos do direito à terra.

Semanticamente, o objeto *terra* é revestido no texto por: a) valores de subsistência: moradia; alimentação; identidade; b) valores de cobiça: querer além do necessário; acumular; espoliar o outro. Com essa determinação de valores, observa-se que, nos enunciados de estado, os sujeitos estão em conjunção com a terra; com a identidade; com a subsistência. Já nos enunciados de fazer, pressupõe-se uma transformação operada pelos sujeitos modalizados pela ambição, os quais espoliam os sujeitos para quem a terra é a subsistência. Diante disso, traça-se o programa narrativo de base, em que o sujeito espoliador (S_1) leva o homem que estava em equilíbrio com a terra (S_2) entrar em disjunção com ela.

PN base 1:

$F(\text{ambição}) \rightarrow [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v \text{ terra}) \rightarrow (S_2 \cup O_v \text{ terra})]$

S_1 = sujeito espoliador

S_2 = homens em equilíbrio como a terra

Os programas narrativos de competência e de manipulação são pressupostos, pois, no enunciado, descreve-se apenas que o sujeito espoliador é modalizado, tanto pelo querer *ir*

além dos limites da necessidade, quanto pelo poder entrar em conjunção com a terra *há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade*. Já os sujeitos descritos em equilíbrio com a terra estão em conjunção com o objeto de valor, mas temem ficar disjuntos dele: *não posso ser invadido*. Diante da *presença do querer* vs. *ausência do querer intenso*, tornam-se implícitos dois destinadores-manipuladores: a) um que determina como valor o acumular; b) outro que determina como valor a sobrevivência e o respeito ao que é do outro.

No nível patêmico, as paixões, enquanto “efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito” (BARROS, 1990, p. 60), podem ser percebidas no texto, pois descreve-se, por meio do pronome *aqueles*, sujeitos que não se contentam com os *limites da necessidade* e são modalizados pela ambição. Esse sujeito ambicioso quer a terra como um modo de adquirir poder: *mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo*. O narrador, por meio do relato, ao instaurar o percurso patêmico da ambição descontrolada, faz emergir a tensão no enunciado, pois os sujeitos modalizados pelo querer intenso desestabilizam a sociedade: *o problema é onde se colocam as cercas; não posso ser invadido*. Concomitante a este, há o percurso dos sujeitos que não são modalizados pela ambição e, de acordo com o texto, estão em conjunção com objeto de valor, *terras*, revestido pelos valores da identidade; da alimentação; da presença de limites. Esses sujeitos são modalizados pela satisfação e pela felicidade, pois sabem ser possível a conjunção desejada (Cf. BARROS, 1990, p. 63).

Nível discursivo

Analisar-se-á, a seguir, a sintaxe discursiva do texto I. Nesse texto, há um enunciador que busca convencer um enunciatário de que os valores propostos são os adequados e, para tanto, constrói seu fazer persuasivo a partir do jogo de imagens que faz de si mesmo e do enunciatário, ou seja, um sujeito que acredita que a terra é natural ao homem: *a pele é a primeira cerca; propriedade: aquilo que não me é estranho*.

O enunciador instaura a debreagem actancial enunciativa, com o uso da primeira pessoa do singular: *minha terra, meu pão, meu calor*, o que constrói um efeito de sentido de subjetividade. Desse modo busca aproximar-se do enunciatário e apresentar-lhe valores compartilhados: *o espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem*. No entanto, o “eu” instaurado no enunciado parece um “eu” fictício (FIORIN, 2005a, p. 91), ou seja, esse “eu” não assume a palavra e fala em seu próprio nome. Nesse sentido, o uso do “eu” é uma astúcia do enunciador que procura apresentar seus valores como se fossem sociais e não individuais: *direito à terra; o problema está em onde se colocam as cercas; o espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem*. Com isso, “o texto constrói um tipo de leitor chamado a participar de seus valores” (FIORIN, 2005a, p. 64).

Quanto ao percurso temporal, nota-se que os tempos dos verbos estão relacionados a um momento de referência presente e, com isso, idêntico ao momento da enunciação. Tem-se, pois, a utilização da debreagem temporal enunciativa de primeiro grau, pois os tempos estão relacionados à voz do narrador (Cf. FIORIN, 2005a, p.147). As formas verbais *está; é; podem; ficam* indicam concomitância também ao marco referencial presente. Além disso, nota-se que as formas *está; colocam; é; ficam*; apresentam um aspecto de presente durativo e omnitemporal. Por meio desses verbos, o enunciador constrói as definições e imprime ao

texto o efeito de verdades eternas e imutáveis: sempre haverá sociedades em que os homens ficam cercas além dos limites da necessidade.

O espaço lingüístico organiza-se no texto, a partir do *hic*, ou seja, do lugar do enunciador. Na axiologização das categorias *afastamento* vs. *aproximação*, o pronome demonstrativo *aqueles* situa o narrador no espaço (Cf. FIORIN, 2005a, p. 266) afastado do “eu” que fala. Com função dêitica, o pronome *aqueles* descreve os que estão afastados do narrador e em conjunção com o querer intenso. Por sua vez, o pronome *estes*, pressuposto no texto, marca o espaço da cena enunciativa e a proximidade do “eu” que narra com os sujeitos em conjunção com a harmonia. A separação dos espaços é dada ainda pela conjunção *mas*, que opera de maneira argumentativa. Primeiramente, o enunciador apresenta o espaço dos que estão conjuntos com a harmonia, que supõe um querer relaxado, para, em seguida, apresentar com o *mas* o espaço dos que estão em conjunção com o querer intenso.

Para fazer crer em seu discurso, o enunciador apresenta uma analogia por meio de uma metáfora para a cerca : *a pele é uma primeira cerca. Depois, a roupa. E a casa; quem diz isso é meu próprio corpo; Daí, propriedade: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo.* Com a metáfora, aproximam-se inusitadamente dois campos: *cerca* vs. *pele/roupa/casa/corpo/propriedade*. Ao aproximar os campos, propõe-se que a terra é inerente ao ser humano, assim como o corpo. Além disso, indica-se que as cercas devem ser utilizadas para demarcar terras, somente na medida em que sejam equivalentes à: *pele/roupa/casa/corpo*. Nesse sentido, elas euforicamente determinam o ser humano.

Outro recurso explorado pelo enunciador é o emprego de reiteradas orações subordinadas adjetivas e, portanto, do pronome relativo “que” conforme se observa em: *que lhe pertence; que lhe é próprio aquilo ; que não me é estranho; que é parte de mim mesmo; que não pode ser tocado sem que eu sinta; espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem.*

As orações subordinadas adjetivas evidenciam as qualidades que o enunciador atribui à terra e descrevem uma expansão: do espaço do corpo como *próprio/não é estranho/parte de mim mesmo/não pode ser tocado* para o espaço da propriedade *é um dos direitos que a vida tem*. Isso ocasiona uma relação de dependência entre os termos sintáticos, exigindo um leitor atento, pois o sentido do texto não se apresenta fácil.

Para aprofundar a argumentação, a recorrência dos temas e das figuras asseguram a coerência do texto e criam efeitos de explicação, análise e discussão da realidade, garantindo a relação entre mundo e discurso. As figuras *terra* e *cercas* recobrem as relações discursivas que polemizam o equilíbrio, a harmonia e a presença de limites; *fincam cercas* e *além dos limites*, por sua vez, revestem definitivamente as relações discursivas de desequilíbrio, devido à presença dos limites disfóricos (*cerca*) denunciados; *corpo*, da *roupa*, da *pele*, da *casa*, do *pão*, da *água* e do *calor*, revestem as relações discursivas de equilíbrio, harmonia, já que se trata de limites acolhidos e desejáveis. Por fim, a figura da *cerca* é bi-isotópica, ou seja, apresenta duas leituras: a *cerca* euforizada agradável da *pele*, da *roupa*, da *casa*; a *cerca* disforizada da noção de propriedade que envolve a disputa de terra. Desse modo, a *cerca* recobre, tanto o tema da presença dos limites favoráveis, quanto a ausência deles, o que supõe, numa outra acepção, a ausência de limites, expressão que pode indicar abuso.

Na categorização de espaço *alto/baixo*, depreende-se um tom de voz altivo, que define conceitos, analisa a sociedade e procura construir uma imagem de serenidade e racionalidade.

TEXTO- BASE II (PROPOSTA II)

II. Nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade. Do bem mais essencial ao mais supérfluo, do gênero de primeira necessidade àquilo de que não se tem necessidade alguma, tudo parece querer dizer: faze-me teu, e sê meu! Pois quantas vezes não pensamos ser proprietários de algo, e já nos tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir.
(Saulo Coimbra, *inédito*)

O texto B apresenta um único parágrafo composto por períodos curtos. Neste parágrafo nota-se que o tema da propriedade é apresentado de forma temático-figurativa ampla: *nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade*. De forma sintética, apresenta-se a tese: o ser humano se torna escravo do *próprio desejo de tudo consumir*.

Nível fundamental

As relações fundamentais de sentido podem ser observadas segundo a oposição básica: *natureza vs. cultura*. Ao se entender a cultura enquanto domínio das coerções sociais, pressupõe-se que, no texto, haja a passagem para um estado de insatisfação quando o ser humano se curva às pressões do consumismo, ditado pelo que é cultural. Com isso, traça-se o quadrado semiótico:

Segundo o enunciado, pressupõe-se que o homem passa de um estado da natureza, em conformidade com o que é natural, para um estado de conflito, no qual há o consumismo e o *desejo de tudo possuir*. O que é cultural é sentido como um limite nefasto auto-imposto pelo homem. Esse homem torna-se escravo do desejo de posse, tal como: *nosso próprio desejo; já nos tornamos propriedade*. Com isso, os termos do quadrado indicam que a ausência de limites e o desejo de propriedade são determinados com valores disfóricos: *tudo parece querer dizer: fazê-me, teu, e sê meu*.

Em II, o enunciado descreve o consumismo homologado ao desejo de propriedade, o que faz com que a sociedade *se torne propriedade do próprio desejo de tudo possuir*.

Nível narrativo

Pressupõe-se a mudança de estado do programa narrativo realizado pelo sujeito, pois o destinador afirma que o desejo de tudo possuir acentua-se *em nossos tempos*. Essa mudança é extensa a toda uma sociedade que, segundo o texto, valoriza a propriedade, qualquer que ela seja: *do bem mais essencial ao mais supérfluo*. Nesse sentido, o objeto *propriedade* é revestido dos valores do “status”, do que é socialmente aceito.

Os programas de competência e de manipulação são pressupostos, pois, no texto, há apenas, de modo implícito, sujeitos manipulados por uma sociedade que valoriza a posse competitiva da propriedade. Tais sujeitos querem entrar a qualquer custo em conjunção com o objeto de valor: *propriedade*. Sabe-se também que a conjunção não soluciona a falta, pois, o sujeito, mesmo em conjunção com o objeto de valor, é insatisfeito. Diante dessas afirmações, traça-se o seguinte PN de base, em que, se não fica solucionada a falta, mantém-se a disjunção do sujeito em relação ao objeto.

PN base :

$F(\text{querer intenso}) \rightarrow [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v \text{ busca da propriedade}) \rightarrow (S_2 \cup O_v \text{ busca da propriedade})]$

S_1 = sociedade

S_2 = sujeito movido pelo querer intenso

Por fim, no percurso patêmico, observa-se que o narrador descreve os sujeitos movidos pelo querer e pela cobiça, pois anseiam por bens materiais e desejam conservar o estado de conjunção. (BARROS, 1990, p.61). Dessa forma, o objeto de desejo não é mais a propriedade, mas a própria busca: *já nos tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir*.

Nível discursivo

Para fazer crer na apresentação dos valores, o enunciador instaura no texto um narrador que procura construir o simulacro de uma sociedade marcada pelo desejo de posse. Tais afirmações podem ser percebidas em: *mais supérfluo; mais essencial; primeira necessidade*.

O enunciador instaura a debreagem actancial enunciativa com o uso da primeira pessoa do plural: *já nos tornamos propriedade*. Desse modo, apresenta valores que supostamente partilha com o enunciatário: *nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade*. O “nós” instaurado no enunciado, em alguns momentos incorpora o enunciatário e cria uma cumplicidade entre ambos; já que ambos supostamente compartilham do desejo de propriedade: *pois quantas vezes não pensamos; já nos tornamos propriedade*. Aí está um argumento dado por meio de uma situação exemplar.

Quanto ao percurso temporal, nota-se que os tempos dos verbos estão relacionados a um momento de referência presente em *nossos tempos*, concomitante com o momento da enunciação. O adjunto adverbial de tempo *em nossos tempos* indica o marco temporal presente, assim como os verbos *dá, tem, parece pensamos, tornamos*. Tem-se, pois, a utilização da debreagem temporal enunciativa de primeiro grau, pois os tempos estão relacionados à voz do narrador. O espaço lingüístico, por sua vez, organiza-se a partir do lugar do narrador. Na axiologização *afastamento* vs. *aproximação*, o pronome possessivo *nossos* situa o narrador no espaço da sociedade concomitante ao ato de enunciar e aproxima-o do enunciatário.

Há poucas figuras, mas pode-se descrever que os termos *propriedade* e *bens* recobrem o tema do consumismo. Já as formas verbais *fazê-me* e *sê meu* permitem que o enunciatário evoque o discurso publicitário e da mídia, permeado pela sedução e pelo consumo. Nesse

sentido, o discurso publicitário não tem necessariamente “por efeito nos informar de maneira objetiva sobre as coisas, mas no sentido de que ele informa nosso desejo, *dá-lhe forma*”. (LANDOWSKI, 1992, p. 105).

Tal como em I, a voz que analisa, interpreta e discute a realidade, respalda-se em textos predominantemente temáticos, isto é, com rarefação figurativa e predomínio da dimensão abstrata que faz pensar sobre o mundo.

TEXTO-BASE III (PROPOSTA II)

III – Essa cova em que estás,
 com palmos medida,
 é a conta menor
 que tiraste em vida.
 – É de bom tamanho
 nem largo nem fundo,
 é a parte que te cabe
 deste latifúndio.
 – Não é cova grande,
 é cova medida,
 é a terra que querias
 ver dividida.

(João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*)

O texto III é um pequeno excerto extraído do poema narrativo de João Cabral de Mello Neto: *Morte e vida Severina*. Nessa obra, tematizam-se a miséria e o êxodo rural. Para tanto, descreve-se a trajetória de Severino, desde sua saída do agreste até a chegada no manguezal em Recife. Durante a trajetória do sertanejo, são encontradas nove cenas em que a morte está presente. O excerto recortado pela proposta de vestibular trata de uma dessas cenas, referente ao enterro de um trabalhador rural, numa cova que é um buraco: *nem largo, nem fundo*: é a terra que restou para quem com ela sonhou.

Nível fundamental

Nesse texto, as categorias semânticas do poema são axiologizadas em: *vida vs morte*. A expectativa de divisão de terras refere-se à vida; já a ausência de expectativas e o emudecimento referem-se à morte. A busca pela divisão da terra remete à força de luta, à

vida; receber a terra como *cova medida* é desalento. Desse modo, considera-se a *morte* como o termo disfórico e a *vida* como eufórico. Diante de tal axiologização, o poema estabelece as seguintes relações:

O sertanejo passa da vida (em que há o desejo da divisão de terras para sobreviver, sustentar-se: *é a conta menor que tiraste em vida*) para um estado de posse nefasta da terra (*é de bom tamanho/nem largo nem fundo/ é parte que te cabe deste latifúndio*). Por isso as setas do quadrado semiótico orientam a passagem da vida para a morte. O que é da morte é dado no poema como da ordem da divisão trágica: *é a terra que querias ver dividida*. Já o que é da vida é da ordem da concentração do sonho e do desejo: ele apenas *queria ver dividida*. O discurso promove a ironia. O que parece ser eufórico, desejável, na verdade denuncia as injustiças sociais.

Assim, no modo do parecer, o termo divisão, figurativizado em *cova* e *terra*, parece ser axiologizado com valores eufóricos, mas não é. O termo concentração, figurativizado em *latifúndio*, é axiologizado como valores disfóricos, mas não explicitamente. Desse modo, o poema nega a vida e afirma a morte para denunciar que o retirante só é feliz quando morre. Com isso, denuncia-se uma inversão axiológica dos valores euforizados (vida) e disforizados

(morte) em nossa sociedade. A convocação dessa inversão axiológica permite depreender a ironia presente no poema.

Nível narrativo

No nível narrativo, o poema conta a trajetória de um sujeito que morreu por buscar a divisão de terra. Logo no primeiro verso do poema, verifica-se a transformação de estado do actante, da vida para a morte: *essa cova em que estás*. Além disso, nos enunciados de estado, pressupõe-se que o morto não estava em conjunção com o objeto *terra*. Já nos enunciados de fazer, há uma transformação gerada pela morte: o actante entra em conjunção com o objeto, *a terra*, mas como *cova*, pequena, aliás. Perante essa constatação, o programa de *performance* e de sanção, ambos pressupostos, descrevem a morte como condição para a conjunção com um pedaço de terra. Pode-se observar, assim, o seguinte PN de base:

PN base:

$F(\text{utopia}) \rightarrow [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v \text{ terra}) \rightarrow (S_2 \cup O_v \text{ terra})]$

S_1 = retirante vivo

S_2 = retirante morto

O narrador traça a trajetória do morto, e começa a definir a cova como *a conta menor que tiraste em vida, é a parte que te cabe deste latifúndio; é de bom tamanho nem lagar nem funda*, tal sequência causa o desvelamento da verdadeira trajetória que emerge. Essa trajetória pressuposta indica que o sertanejo lutou para entrar em conjunção com objeto, *terra*, quando era vivo: *é a terra que querias ver dividida*. A ironia enunciativa permite que a narrativa não

seja lida como sedução para que o sertanejo se conforme com a morte e com a sepultura; mas como a provocação para que não se contente com um pedaço de terra *de bom tamanho nem largo nem fundo*, na hora da morte. *De bom tamanho* exacerba a ironia. O enunciado afirma que a cova é de bom tamanho, mas a enunciação grita (em silêncio) contra o tamanho. Como há um enunciado *x*, mas que deve ser interpretado como *y*, tem-se um jogo que se estabelece entre o dizer (ser) e o parecer (dito). Com isso, deve-se confirmar que o poema mostra-se altamente irônico, pois, depois de morto, não há vantagens em se entrar em conjunção com o objeto de valor, já que a terra da cova não está revestida dos valores de divisão, de comodidade: *nem larga, nem funda*.

No percurso patêmico, com a morte, podem-se ser suscitadas duas paixões: a) ao se considerar o morto como um sujeito coletivo, que representa uma classe social, há a frustração, em que “o sujeito continua a desejar os valores, mas sabe ser impossível a realização de seus anseios” (BARROS, 1990, p. 64); b) a insatisfação e a decepção que, na voz do narrador, desdobram-se em resignação. (BARROS, 1990, p. 64). Com a resignação, tem-se instaurado um cenário de pessimismo e de ausência de soluções. Entretanto a ironia do discurso desmonta a resignação e firma o protesto contra o latifúndio.

Nível discursivo

No poema de João Cabral, um texto dramático, isto é, feito para fins teatrais, há uma debreagem de segundo grau. A debreagem de segundo grau cria efeito de sentido de realidade, pois ela dá a impressão de que é a própria personagem quem toma a palavra e de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor. Desse modo, fica implícita uma debreagem de primeiro grau, que teria instalado um narrador no enunciado. O segmento textual se inicia por meio da voz delegada pelo narrador: uma personagem é instaurada como interlocutor (Cf. FIORIN, 2005a, p.177). No poema, tem-se o simulacro de uma conversa. O enunciadador já delegara a voz a um narrador. No segmento recortado, a personagem (uma mulher) encomenda a alma de um morto. Com isso, ela, como interlocutora, fala à beira da cova e trava um diálogo com o interlocutário, discursando acerca das crenças do morto sobre reforma agrária.

Quanto ao percurso temporal, nota-se que os tempos dos verbos estão relacionados a um momento de referência presente e, com isso, idêntico ao momento da enunciação de segundo grau, isto é, da mulher que fala com o defunto. Tem-se, pois, a utilização da debreagem temporal enunciativa de segundo grau, pois os tempos estão relacionados à voz do interlocutor (enunciador de segundo grau). As formas *estás* e *é* indicam concomitância em relação ao momento da enunciação. São formas verbais que instituem o interlocutário, “tu” (o morto). Além disso, as formas verbais *tiraste*, *queiras* indicam uma anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. Ao empregar o pretérito imperfeito *querias*, de aspecto durativo, contínuo e inacabado (Cf. FIORIN, 2005a, p.153), o interlocutor descreve o sonho do morto: a utopia da divisão de terras.

O espaço lingüístico é organizado por meio dos pronomes *essa* e *deste*. Na axiologização *afastamento* vs. *aproximação*, o pronome demonstrativo *essa*, com função

dêitica, descreve o que está na cova e um pouco longe do interlocutor. Por sua vez, o pronome *deste* marca a aproximação dos vivos com o latifúndio (*este latifúndio*). Ainda, de acordo com o poema, o espaço da interioridade, a cova, ganha uma determinação aparentemente eufórica, pois é o lugar do objeto de valor, tal como pede a ironia.

O emprego das orações subordinadas adjetivas evidencia as qualidades que o enunciador atribui à cova: *em que estás; que tiraste em vida; que te cabe; que querias*. Por meio das orações adjetivas podem-se observar duas astúcias do enunciador: a) descrever a cova como o pedaço de terra sonhado pelo morto; b) reproduzir a oralidade, então silenciada pela morte.

Por ser um texto figurativo, figuras recobrem os temas e criam efeitos de realidade, garantindo a relação entre mundo e discurso. Os termos *cova* e *terra*, recobrem a isotopia da divisão e da utopia. No entanto, a figura da *cova* recobre dois temas: a) o tema da morte, pois é o espaço do morto; b) o tema do emudecimento, da brutalidade, pois é o espaço dos que querem a divisão de terra.

1.5 Cotejo entre os três textos

Ao se cotejar os três textos, pode-se depreender a voz que está por trás da proposta do vestibular, uma vez que “o *unus* pressupõe o *totus* , o ‘bloco inteiro’, a totalidade integral” (DISCINI, 2003, p. 34).

Inicialmente ao se considerar que: a) há “possibilidade de dois tipos de escrituras ou melhor, a possibilidade de existência de uma distância estilística de dupla orientação, que se dirige ora no sentido da expansão ora no da condensação.” (GREIMAS, 1975, p. 277); b) a condensação é a ênfase, e expansão é o exagero; c) as transformações do enunciado na categoria *expansão* vs *condensação*, embora sejam mensuráveis ao nível da manifestação, “ela concerne à estrutura sintática e pode ser definida em termos de sintaxe” (GREIMAS, 1975, p. 277). Nota-se que há uma expansão nas oposições: a) o texto I apresenta a trajetória da natureza para a cultura, figurativizada na posse de terra; b) o texto II expande a passagem da natureza para a cultura, ao figurativizar a posse de qualquer propriedade; c) o texto III expande a trajetória para *vida* vs. *morte*, ao figurativizar a posse da terra e da propriedade na cova.

Diante da escolha de textos que apresentam, basicamente, os mesmos termos *eufóricos* vs *disfóricos*, depreende-se que a voz institucional apresenta um modo de presença e impõe ao candidato a orientação de captar os mesmos valores ideológicos apresentados na proposta. Vale lembrar que a escolha dos termos eufóricos e disfóricos apresentada nos três textos, já supõe “um modo próprio de presença no mundo do sujeito” (DISCINI, 2005, p. 35). Tais recorrências permitem verificar o papel de estrategista que se reconhece no sujeito da enunciação e que confirma a existência de uma dimensão cognitiva e patêmica do discurso.

Como o querer intenso modaliza sujeitos, no nível tensivo, tal intensidade propicia a análise de como o valor é apresentado pelo enunciador. De acordo com Fontanille e

Zilberberg (2001, p. 45), o valor possui termos extremos: “para a intensidade, os valores de *absoluto*, onde domina o foco; para extensidade, os valores de *universo*, onde domina a apreensão”. Diante dessa afirmação, observa-se que a perspectiva adotada pelo enunciador da proposta geral que reúne os três excertos: “a partir da alternativa entre valores de absoluto e de valores de universo, vai afetar o discurso” (FONTANILLE, ZILBERBERG, 2001, p. 47-48).

O ponto de vista adotado pela voz institucional direciona o enunciado, pois indica sua preferência em criar uma imagem desejável daquele que critica e denuncia os valores do absoluto e os elege como disfóricos, enquanto valores que privilegiam o conflito social, o consumismo e a morte. Essa afirmação é fundamentada na escolha de enunciados como: *mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade* (Texto I); *àquilo que não se tem necessidade alguma* (Texto II); *é a parte que te cabe deste latifúndio* (Texto III) e na disposição organizacional.

Tal triagem de valores permite observar que o texto-base propõe que a desarmonia, o conflito, a pobreza, a concentração e a morte estão para os valores do absoluto considerados nefastos pelo enunciado geral. Além disso, os valores do absoluto causam a insatisfação: *tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir* (Texto II); a exclusão e a até mesmo a morte: *é a terra que querias ver divida* (Texto III). Diante desse cenário tido como negativo, a perspectiva da voz institucional se faz presente: é difícil reverter a situação de exclusão social.

É necessário perceber que o “enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas constrói discursos que criam efeitos de sentido de verdade ou de falsidade, que *parecem verdadeiros*. O *parecer verdadeiro* é interpretado como *ser verdadeiro*, a partir do contrato de veridicção assumido” (BARROS, 2002, p. 94). Perante a constatação de que não há discursos verdadeiros e transparentes, mas discursos que constroem efeitos de sentido de verdade e de

transparência, a trajetória de junção proposta pelo texto-base constrói-se diante da imagem de um enunciatário, o co-enunciador da proposta institucional. Esse co-enunciador é o filtro do discurso e deve interpretar se o cenário da proposta parece “real”.

Para se falar em veridicção, é oportuno referir-se antes à coerência, a qual remete ao conceito de isotopia. De acordo com Greimas (1976, p.12-13), a isotopia é a recorrência, ao longo do discurso, de um mesmo feixe de categorias justificáveis de uma organização paradigmática. Além disso, o autor descreve que para manter a coerência do discurso é necessário: a) a isotopia racional, a qual garante a “verdade” do discurso, tratando-se de “verdade” como lugar-comum do discurso, esse feixe categorial corresponderia ao sistema de valores de verdade que presidem à organização da lógica que articula o discurso em questão; b) a isotopia semântica, a qual permite que os enunciados ordenem-se numa isotopia paralela. Em outras palavras, é preciso que certa isotopia semântica seja postulada ao mesmo tempo em que a isotopia racional.

Conforme o exposto, a coerência aparece “como permanência implícita do saber dos sujeitos.” GREIMAS (1976, p.13) e valida suas asserções. Nesse sentido, com o objetivo de estabelecer um referente exterior ao discurso, as propostas de vestibular acabam por dar-se um referente interno, uma espécie de discurso segundo que lhes permite falar do referente “real” e que serve de suporte à veridicção do discurso primeiro. Ao referente textual, procura-se investir uma interpretação semântica. Em outros termos, é como se o texto-base veiculasse, ao desenvolver-se, um conjunto de temas e de figuras que constroem o simulacro do mundo “real”, em que há invasores, violência, consumismo e morte.

Depreende-se o sentimento de “realidade” da isotopia referencial do discurso: esta impõe-se ao leitor como um verossímil social (GREIMAS, 1976, p. 75), mais que isso, como um *a priori* lógica que a fala do enunciador apenas descreve e organiza. Perante essas afirmações, verifica-se que a proposta de vestibular conota um mundo “real”: “a conotação

social pode não passar de um conjunto de efeitos de sentido; nem por isso ela deixa de constituir uma dimensão simbólica autônoma” (GREIMAS, 1976, p. 75). Essa conotação social instaura credibilidade à voz institucional.

Essas observações são pertinentes, quando se examina que a passagem de um texto ao que lhe sucede imediatamente até o fim do enunciado da proposta, só pode ser percebida como um *continuum* semântico e postulada como uma isotopia que tece uma ligação entre cada deles. As ligações são asseguradas por repetições como *terra* e *propriedade* e pelo tema da posse, que garantem a permanência da isotopia discursiva.

Além disso, o texto-base apresenta enunciadores utilizados como argumento de autoridade, no sentido de firmar o simulacro de heterogeneidade para a cena enunciativa institucional. Justifica-se essa hipótese ao se recuperar a modalidade veridictória, que supõe a relação entre o ser e o parecer: a) Rubem Alves opera no simulacro da verdade. Por meio do próprio texto, deduz-se que o escritor tematiza e figurativiza sua denúncia contra os que sempre querem possuir mais terra; b) Saulo Coimbra, por sua vez, também parece e é um sujeito que denuncia o consumismo exagerado. Com isso, tematiza e figurativiza a necessidade de não ser escravo do consumismo; c) O poeta, no texto III, segundo a modalidade veridictória, parece e é um sujeito emparelhado com os ideais da Reforma Agrária. Por conseguinte, João Cabral opera no modo da verdade ao tematizar e figurativizar sua denúncia contra a espoliação feita em relação ao homem sem-terra, que deseja e precisa do seu objeto de valor: *a terra*.

Pelas coerções do gênero, *proposta de vestibular*, nota-se que, no texto-base, as diferentes instâncias enunciativas e as diferentes vozes presentes no enunciado constituem um modo fundamental do discurso, a heterogeneidade. Com ela, o discurso torna-se um espaço conflitual e heterogêneo ou contratual e homogêneo, onde vozes discordantes e concordantes

tomam lugar em níveis diferentes. Essas vozes concordam, discordam, constituem-se (Cf. FIORIN, 2003b, p. 32-33).

Diante dessas observações, examina-se que por trás da totalidade institucional há um enunciador que projeta no enunciado único da proposta um narrador implícito. Com isso “sobressai o papel do observador” (BARROS, 2002, p. 87). Nesse sentido, no texto-base, há um observador focalizador, estritamente implícito, que sustenta, no enunciado geral, o papel do narrador único. Esse narrador organiza todo o enunciado, ou seja, há uma instância pressuposta, que está apoiada no observador, “passível de reconstrução unicamente a partir das seleções e ocultações operadas e identificadas no enunciado” (BERTRAND, 2003 p. 124). Esse narrador, com o amparo do observador, assume o fio do discurso e dita: a) o trajeto a ser lido; b) a duração do discurso; c) como termina esse discurso. Nesse sentido, na proposta analisada, o narrador é responsável, principalmente, por disseminar figuras como: *propriedade; terra*, que recobrem um tema social por construírem o simulacro de uma cena de morte e por meio dela denunciar os valores do absoluto. Esse narrador, enquanto aquele que comanda a disposição do discurso (BERTRAND, 2003, p.125) é interior ao enunciado e descreve a passagem do mundo natural para o mundo cultural: a mediação de um querer-intenso transforma a posse da terra em consumismo exagerado e morte. É o olhar da instância da enunciação que conduz o enunciatário a perceber a expansão da terra para a propriedade e para a morte: *direito à terra* (texto I); *nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade* (texto II); *é a terra que querias ver dividida* (texto III).

Nessa perspectiva, verifica-se que no texto-base, apresentam-se narradores que não apenas contam os fatos, mas que apresentam moralizações, como se pode observar nos seguintes exemplos: *a pele é minha primeira cerca* (texto I); *não posso ser invadido* (texto I); *nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à*

propriedade (texto II); *é a parte que te cabe deste latifúndio* (texto III). Da síntese dos três narradores, tem-se o arquinarrador, que resulta no narrador institucional.

Por meio das reiteraões de um modo de dizer, constrói-se o tom da voz institucional. “Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 98). A imagem do fiador, por sua vez, confere ao enunciado uma identidade compatível com o mundo. Devido a essas constatações, observa-se que a moralização entre *limites benfazejos* vs. *limites nefastos* é dada pelo autor da proposta. Corrobora-se essa afirmação, ao se depreender o fiador que transparece na voz institucional: a) apresenta um tom assertivo e crítico que dita comportamentos e condutas; b) direciona o enunciatário para um comportamento eufórico que pode e deve ser valorizado, como: contenção, busca da igualdade, ordem; c) prescreve-se a presença de limites benfazejos.

Dessas condutas modelares emerge a *doxa*, enquanto “‘universo de crenças’ do grupo considerado, ele fornece aos enunciadorees em busca de credibilidade uma parafernália de *estereótipos expressivos* adaptados às mais diversas situações e, paralelamente, outros tantos *estereótipos de leitura* à disposição dos enunciatários.” (LANDOWSKI, 1992, p. 162). A denúncia dos comportamentos inadequados é depreendida na sanção, que pressupõe a realização de uma ação transgressiva ou, em todo caso, “assim julgada, em relação a um universo de valores e a normas estabelecidas no meio social” (BERTRAND, 2003, p.41).

Para tematizar e figurativizar a construção de um mundo em que a falta é determinante na trajetória do homem, o texto-base, ou seja, o enunciado único subjacente aos três textos, apresenta duas corporalidades: a dos *homens espoliados* e dos *espoliadores*. Para explicitar as duas corporalidades o enunciador explora estereótipos que reforçam os papéis sociais: o justo, o invasor, o consumista, o excluído. Com isso, ele traça uma sociedade em que a pobreza é da

ordem da desigualdade social, das condições econômicas desiguais (Cf. LANDOWSKI, 2002, p. 14); e cuja injustiça é construída pelos próprios homens. Mesmo que o mundo pareça espontaneamente um universo articulado e diferenciado, nem por isso há fronteiras naturais, há apenas as demarcações que o homem constrói a partir das articulações perceptíveis do mundo natural. (Cf. LANDOWSKI, 2002, p. 14).

Perante essas afirmações, depreende-se o *étos* do enunciador da proposta, ou seja, “por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 97-98). Nesse sentido, no texto-base, os comportamentos euforizados e os estereótipos fazem emergir os espoliadores e os espoliados, estes são os miseráveis e excluídos; e aqueles, por sua vez, são os proprietários e excludentes. Os dois comportamentos não se misturam. Com essas construções, a voz institucional, por meio da proposta II, atribui aos seres funções precisas. Além disso, com as descrições, emerge a visão que a voz institucional constrói da sociedade: “como uma arquitetura sólida imutável” (GREIMAS, 1976, p. 79). Por essa visão, o enunciador da proposta escolhe textos heterogêneos, mas com valores e visões homogêneos. O que parece ser imutável deve mudar é o grande implícito.

Essa visão de mundo é a ideologia, que reflete classes sociais em confronto. Cabe ressaltar que a ideologia, vinculada à visão de mundo das classes sociais, “não se constituem como dados obtidos fora da linguagem” (DISCINI, 2005, p. 61), mas como representação da realidade ordenada pela linguagem:

“é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem”.
(ALTHUSSER, 2003, p. 88)

Com a representação da realidade, o enunciador da proposta apresenta-se como um sujeito, implicitamente, cheio de certezas. Essa certeza é uma astúcia do enunciador para que o mundo construído na proposta institucional faça sentido, “para que o mundo faça sentido e

seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado” (LANDOWSKI, 2002, p. 3). Diante do exposto, o texto-base constrói o simulacro de que: a) conhece os atores sociais que fazem parte de um cenário em conflito; b) descreve a sociedade de modo não transparente, já que se utiliza de três textos, um dos quais uma peça teatral, para constituir a denúncia social. O enunciador da proposta II afasta-se da transparência, pois se afasta do senso-comum.

É importante lembrar que a voz institucional elaborou a proposta de vestibular diante da imagem construída do enunciatário. Nesse sentido acredita que os valores apresentados, nessa situação de vestibular, são os mesmos apreendidos pelo enunciatário, no caso o vestibulando, pela instituição escolar:

aprendem-se na escola as ‘regras’ do bom comportamento, isto é, as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja ‘destinado’ a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe (ALTHUSSER, 2003, p. 58).

Essas constatações permitem afirmar que o enunciador da proposta erige também um enunciatário que julgará pertinente esse modo de perceber o mundo: a) o querer intenso ligado à ambição e ao desejo de posse é inerente à sociedade; b) em todas as sociedades há a assimetria das classes sociais; c) as diferenças sociais são incontornáveis; c) os sujeitos são impotentes para transformar a sociedade, mas podem tornar-se potentes, diante da elucidação e crítica do discurso da voz social que denuncia a ordem das coisas. A proposta “encarna”, portanto, por sua própria enunciação, a denúncia das propriedades comumente associadas a uma cultura que: a) privilegia estereótipos; b) analisa de modo simplista a sociedade, dividindo-a de modo maniqueísta. A revolta é a paixão desencadeadora, juntamente com a insatisfação relacionada ao *status quo*.

Pode-se por fim, sintetizar que, em situação de vestibular, o *éthos* da voz institucional constrói-se diante de um *páthos* com o qual julga compartilhar os mesmos valores. Desse

modo, a voz institucional sugere valores que prendem o *éthos* do vestibulando em determinados ideais. Esses ideais não são compatíveis com a cobiça dos espoliadores, por serem contrários ao modo de presença defendido. A voz institucional apresenta opiniões com as quais o *éthos* dos vestibulandos deve comungar, em situação de vestibular, diante das coerções do gênero:

O falante com a sua visão de mundo, os seus juízos de valor e emoções, por um lado, e o objeto de seu discurso e o sistema da língua (dos recursos lingüísticos), por outro – eis tudo o que determina o enunciado, o seu estilo e sua composição. É esta a concepção dominante”. (BAKHTIN, 2003, p. 296).

Essas opiniões se relacionam a um posicionamento no mundo, segundo o qual não se deve aceitar passivamente que espoliadores continuem a “fazer a festa”.

CAPÍTULO II: Análise semiótica das redações do vestibular: a voz do vestibulando.

Nesse capítulo serão examinadas vinte redações que foram produzidas diante de uma proposta institucional, em situação de vestibular. Para a análise, será utilizado o procedimento teórico-metodológico, que é o percurso gerativo de sentido. Por meio dessa ferramenta, será depreendido o *éthos* do vestibulando do vestibular da PUC Campinas do ano de 2002.

Para a construção de uma redação em situação de vestibular, fica posto no enunciado da proposta que se esperam do vestibulando certas competências e habilidades para leitura e interpretação de texto. Desse modo, a expectativa é que o candidato apresente os seguintes saberes: um saber interpretativo de um texto-fonte, seguido de um saber-fazer sobre o que entendeu da leitura realizada.

Esse saber interpretativo pode ser recuperado por meio das marcas deixadas na redação apresentada pelo vestibulando. O saber-fazer, por sua vez, é determinado pela ideologia a que o candidato se submete e ao gênero.

Seja qual for o ponto de vista veiculado pelo texto, é importante salientar que o sujeito nunca é soberano. Primeiramente, porque crenças fincadas na sociedade e representativas de diferentes segmentos sociais ditam o que deve ser dito. Depois, porque coerções de gênero ditam como dizer. Os gêneros são formas relativamente estáveis de enunciados; estáveis tanto em relação ao conteúdo temático-figurativo, quanto em relação à estrutura textual (DISCINI, 2005, p. 34).

Dentro dessa perspectiva, pela totalidade de redações que se estabeleceu como recorte textual a esta dissertação, será possível conhecer as coerções impostas pela instituição escolar, no que concerne à elaboração de um texto em situação de vestibular. Além de se entrever as práticas escolares, será possível, pelo modo como o vestibulando articula as coerções de gênero, descrever o estilo, concebido enquanto *éthos*.

Por meio do percurso gerativo de sentido, será possível observar as escolhas tímicas realizadas no nível fundamental; explicitar a construção de mundo, que permeia as redações de vestibular, no nível narrativo; e, por fim, descrever as figuras que recobrem determinados temas e remetem a uma ideologia: a ideologia institucional da situação de vestibular.

A análise das redações permite verificar o que o olhar do candidato focaliza no percurso de leitura que ele constrói dos textos apresentados pela instituição. Tal focalização orienta as discussões a respeito de um *éthos* responsivo ao texto-base. Com as escolhas do enunciador das redações, percebem-se convergências e divergências entre o percurso de leitura imposto ao *páthos* pelo enunciador da proposta institucional e a interpretação depreendida pelo *éthos*.

2.1 Esclarecimentos sobre as redações

Considerou-se cada redação como um *unus*, que pressupõe o *totus*, ou seja, cada unidade remete à totalidade que compõe as vinte redações analisadas. Buscou-se analisá-las em conjunto, como um *corpus*, para exemplificar como o candidato tece sua narrativa de acordo com os simulacros que constrói. Com isso, foi possível, pela recorrência do modo de dizer, reconstruir um caráter, um tom de voz e um estilo, entendido como o *éthos* do vestibulando.

As redações dos vestibulandos constam da seção “Anexos” dessa dissertação. As produções dos alunos estão designadas segundo critérios utilizados pela PUCC, por isso, elas apresentam uma seqüência numérica própria. Essa seqüência reproduzida, tal como foi oferecida pela PUCC, apresenta hiatos numéricos. Exemplo: Tem-se o texto 11 (T11), que segue a numeração linearmente até o texto 20 (T20). Depois, está o texto 41 (T41) até texto 50 (T50). Isso não significa que foram pulados ou omitidos textos para a análise contemplada.

As redações consideradas para exame foram digitadas especialmente para este trabalho de pesquisa.

A textualização original se manteve quanto: à paragrafação; à grafia das palavras, tendo sido aqui reproduzidos os considerados erros de ortografia. Mantiveram-se, com fidelidade, todos os recursos lingüísticos de coesão textual. Temos, enfim, as mesmas redações manuscritas, como pode ser comprovado por meio da leitura do Anexo B.

O objetivo da digitação das redações se ampara no desejo de viabilizar a leitura dos textos escolares, já que, em alguns casos, a cópia xerográfica dificultava a legibilidade e, em outros, a letra dos vestibulandos poderia causar dificuldades.

Não foram usadas indicações como *sic*, no momento da transcrição dos originais. Assim sendo, as redações se mostram *in natura*, isto é, sem que se dê a elas um olhar prescritivo de certo e errado.

2.2. Redações de vestibular: um gênero discursivo.

No capítulo I, postulou-se que as *propostas de vestibular* são um gênero. Para tanto, buscou-se respaldo em Bakhtin (2003) e Marcuschi (2005). Nesse capítulo, também trabalha-se com o pressuposto de que as *redações de vestibular* são um gênero. Tal afirmação é válida, pois as redações: desenvolvem-se de acordo com tipos relativamente estáveis de enunciados: a) textos que respondem a um ponto de vista ou a posições polêmicas; b) são produções institucionalizadas; c) representam uma construção da realidade; d) contribuem para a função avaliativa em situação de vestibular; e) relacionam-se ao conhecimento prévio do vestibulando.

No que concerne à estruturação das redações analisadas nessa dissertação, podem-se descrever os seguintes elementos relativamente estáveis e característicos desse gênero: a) quanto à temática: responde a uma proposição, prescrita pela instituição (Cf. ZANUTTO; OLIVEIRA, 2004, p. 10); b) quanto à estrutura composicional: submete-se a um tipo texto, a dissertação; c) quanto ao estilo: remete a um modo de conceber a realidade; apresenta um contrato objetivante; corresponde a uma resposta ao enunciador institucional, estruturada em forma de um posicionamento coerente; depreende trajetórias de leituras oferecidas pelo texto-base; constitui-se pela relação de dependência com a voz institucional.

Por fim, “se cada esfera de comunicação tem os seus gêneros próprios” (FIORIN, 2005c, p. 5), o discurso pedagógico faz uso, na situação aqui analisada, de dois gêneros: *proposta de vestibular* e *redação de vestibular*. Os gêneros, por sua vez, fazem “uso dos tipos na sua composição” (FIORIN, 2005c, p.5). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que de acordo com as coerções de gênero: a) a voz institucional impõe o tipo textual, *dissertação*, ao vestibulando; b) o candidato aceita essa imposição para receber uma sanção positiva.

2.3 Análise Semiótica das Redações.

Inicialmente, observa-se que, no plano da expressão das redações consideradas, onze apresentam-se sem título, como resultado da coerção do suporte, isto é, uma única página com cinquenta linhas. Ainda cumpre ressaltar que há inadequações do uso da língua portuguesa, no que diz respeito à situação de formalidade cobrada pela própria instituição de avaliação. Além disso, vale notar que as redações variam de quatro a sete parágrafos, mas em sua maioria, apresentam de cinco a seis parágrafos.

De acordo com as coerções de gênero *redações de vestibular*, do tipo textual *dissertação*, as redações desenvolvem uma argumentação lógica que discorre sobre causas e conseqüências da assimetria na posse da terra, desde as fronteiras sociais até os atores em confronto: os sem-terra.

Para que esse confronto e essa construção de verdade sejam explicitados, será considerada a imanência do texto e descritos os níveis fundamental, narrativo e discursivo do percurso gerativo do sentido.

Nível fundamental

Nas retomadas discursivas de vestibular, que tiveram como base a proposta II do vestibular da PUC Campinas do ano de 2002, os vestibulandos recuperaram, do texto-fonte, as seguintes oposições semânticas mínimas fundamentais: *natureza* vs *cultura*. Os candidatos construíram a redação sob essas articulações.

Os semas *harmonia*, *liberdade*, *natureza* e *coletividade* recobrem, na totalidade dos alunos, relações discursivas de compatibilidade e equilíbrio. Os semas *desarmonia*, *opressão*, *cultura*, e *individualismo*, por sua vez, recobrem relações não compatíveis, não equilibradas,

portanto, relações conflituosas. Diante dessa axiologização, já se depreende a imagem de um sujeito que procura contemplar a competição entre atores sociais. Permeando tudo está o tema nuclear, que é o direito à terra como propriedade.

A articulação citada pode ser visualizada no quadrado semiótico, a seguir:

Observem-se estes trechos que exemplificam as afirmações:

Em comunidades mais primitivas, os homens viviam sob um regime que não aceitava divisões: os instrumentos de trabalho, a terra e os próprios frutos de seu cultivo, eram coletivos. A situação começou a mudar quando algumas pessoas passaram a nomear objetos e a delimitar áreas como sendo exclusivas de determinados grupos (T11).

A posse da terra sempre esteve associada com a evolução do homem. Desde que este deixou de ser nômade e passou a se fixar num pedaço de terra (para plantar e colher seu próprio alimento), fronteiras foram estabelecidas, separando os homens de culturas diferentes (T15).

Rousseau afirmou que a origem da desigualdade entre os homens originou-se com o advento da propriedade. Quando um indivíduo cercou um pedaço de terra e disse: “isto é meu”, e encontrou pessoas suficientemente simplórias para aceitar, originou-se a propriedade. (T18).

A propriedade privada é uma realidade mundial. Após a queda do muro de Berlim simbolizando o fim da URSS e consequentemente a vitória capitalista sobre o socialismo, a propriedade comunitária (característica socialista principalmente) deixou de ser uma alternativa para o processo econômico, passando a ser um método ultrapassado (T45).

Nos exemplos acima, verifica-se que o desejo de posse é revestido pela *dêixis* negativa traçada no quadrado semiótico. A direção das setas apresenta a orientação fundamental seguida no enunciado das redações. Analisando o quadrado, pode-se perceber que os termos são axiologizados do seguinte modo: *coletividade, natureza, divisão, harmonia, liberdade* como valores eufóricos; *individualismo, cultura, desarmonia, acumular e opressão*, por sua vez, como valores disfóricos.

A orientação fundamental do quadrado descreve que o sujeito espoliador está conjunto com a *desigualdade*, tematizada no desejo de acumular, nas coerções culturais de uma sociedade capitalista, em que está inserido. A *igualdade* está tematizada a *liberdade*, na *natureza* e na *coletividade*. Conforme pode ser verificado nos recortes das redações.

O modo de axiologizar indica um sujeito que sanciona negativamente um grupo social que privilegia o lucro. Essa concentração faz-se presente como feixe de valores da interdição, por sua determinação de acumulação do capital e dos lucros, e das práticas de divisão social.

Por meio da orientação do quadrado semiótico, pode-se depreender também, que as redações buscam criar um efeito de sentido patêmico. Para tanto, elas constroem percursos temporais e espaciais *distensos e harmônicos* vs. *percursos tensos e desarmônicos*. Com isso, as retomadas discursivas constroem o simulacro de que a sociedade passa das relações *compatíveis/ equilibradas*, existentes em um sistema de valores individuais, para as relações *conflituosas*, em que impera o sistema de valores econômicos.

Ao axiologizar as relações *harmônicas* vs. *as relações conflituosas*, observa-se que os vestibulandos, enquanto leitores de um texto-base, organizam suas redações em torno do tema da posse de terra, ou seja, a partir da valorização de uma determinada isotopia, presente na totalidade institucional. Os candidatos apregoam a conjunção com a coletividade e a divisão de bens como forma de apresentar a harmonia do ser humano com o meio em que vive. A conjunção, euforizada, passa a ser tematizada pela presença da *igualdade* entre os homens e pela ausência do *querer intenso e da divisão*. Essa conjunção é figurativizada por meio dos seguintes termos: *comunidades primitivas; socialismo; não se aceitavam divisões; sobrevivência*. A disforia, por sua vez, passa a ser a tematizada pela ausência de igualdade; pela presença do querer intenso e da divisão e apresenta a seguinte figurativização: *mundo capitalista; delimitar áreas; fronteiras; cercou um pedaço de terra*.

Diante das escolhas dos termos *eufóricos* vs. *disfóricos*, depreende-se que o vestibulando reordena, ao seu próprio modo, os termos mínimos de articulação de sentido do texto-base, uma vez que pelas escolhas feitas, pode-se entrever o que o candidato privilegia e o que rejeita do texto-base. O privilégio ou a rejeição são marcas da ideologia do vestibulando, que já podem ser sentidas no modo como ele procura criar o simulacro daquele que critica o sistema capitalista.

Nível narrativo

No nível narrativo, apesar de algumas variações, conforme diferentes reduções do texto-base, as redações apresentam uma série de constantes, que serão descritas a seguir.

Se, no nível fundamental, os vestibulandos recuperam os traços mínimos de sentido, para mostrar o que entenderam do texto-base, no nível narrativo, a grande maioria mantém o

foco de tensão presente na totalidade institucional: *elite abastada e possuidora de bens* vs. *classe menos favorecida e destituída de bens*.

Para construir essa axiologia, um número significativo de redações conta como as comunidades primitivas foram liquidadas e, em seu lugar, foi erigida uma base econômica nova, baseada no capital. Em consequência dessa passagem da *natureza* para a *cultura*, ou melhor, das *comunidades primitivas* para as *sociedades civis*, os indivíduos foram obrigados a renunciar à liberdade natural, à posse natural de bens e à riqueza. Com isso, houve a necessidade de transferir a um terceiro - o Estado - o poder para criar e aplicar leis e, pretensamente, manter a harmonia.

Portanto, no que concerne ao nível narrativo, as retomadas discursivas iniciam-se pela apresentação de um sujeito em conjunção com o objeto de valor: *terra*. Esse é o programa narrativo comum às redações. Isso se observa em:

Em comunidades mais primitivas, os homens viviam sob um regime que não aceitava divisões: os instrumentos de trabalho, a terra e os próprios frutos de seu cultivo, eram coletivos. A situação começou a mudar quando algumas pessoas passaram a nomear objetos e a delimitar áreas como sendo exclusivas de determinados grupos. Aqueles que tivessem maior proximidade com o líder da comunidade, eram beneficiados com as maiores extensões territoriais e com terrenos mais férteis, por exemplo. Perdia-se o sentido de coletividade, para dar lugar ao indivíduo e seus pertences (T11).

A posse da terra sempre esteve associada com a evolução do homem. Desde que este deixou de ser nômade e passou a se fixar num pedaço de terra (para plantar e colher seu próprio alimento), fronteiras foram estabelecidas, separando os homens de culturas diferentes (T15).

O primeiro ser que cercou um pedaço de terra já tinha suas intenções capitalistas muito antes dos burgueses europeus. A propriedade, ainda hoje, é um bem sonhado por muitos (T41).

Encontramos JJ Rousseau, teórico que assegura que o drama da humanidade iniciou-se quando o primeiro ser humano delimitou um pedaço de terra e afirmou : “isto é meu” (T50).

Como se nota nos enunciados, demonstra-se a passagem de um estado *distenso-eufórico*, anterior a um conflito entre valores, que assinala a presença do objeto de valor desejado, para um estado de conflitos. As redações mostram que o ato de se impor novos valores ao sujeito rompe uma duratividade harmônica. O aspecto incoativo de mudança dá início a uma nova duratividade e as conseqüências desse novo percurso temporal são descritas como negativas. Mesmo nas redações que não privilegiam o percurso temporal, o tempo concomitante com o momento da enunciação é descrito como da tensão e do conflito.

Com a disjunção do objeto de valor, traça-se um programa narrativo de base:

S₁ - dono da terra; governo

S₂ - homem (sem-terra)

PN de base: $S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v \text{ terra}) \rightarrow (S_2 \cup O_v \text{ terra})$

A demonstração da conjunção de S₂ com o objeto de valor e a extensão dos bens de consumo é estabelecida em enunciados como estes:

em comunidades mais primitivas, os homens viviam sob um regime que não aceitava divisões: os instrumentos de trabalho, a terra e os próprios frutos de seu cultivo, eram coletivos. (T11).

há lugar para todos (T17).

sabe-se que os frutos da terra são de todos. (T18).

os limites da “terra”, que é meu “corpo” são definidos através de minha necessidade para viver” (T43).

A disjunção do homem da terra com a própria terra e a intensidade da concentração dos bens de consumo é posta em discurso, ora de maneira pontual, ora de maneira durativa:

a situação de absoluta segregação social que originou-se com o surgimento da propriedade (T11).

não é assim que vem acontecendo desde a invenção da propriedade privada (T13).

mas o problema surge quando homens pertencentes à mesma sociedade, de mesma cultura, se julgam superiores aos seus conterrâneos (T15).

quando um indivíduo cercou um pedaço de terra e disse “isto é meu” (T18).

o primeiro ser que cercou um pedaço de terra já tinha intenções capitalistas muito antes dos burgueses europeus (T41).

todas as contradições de classe que marcaram a história tiveram seu início no surgimento da propriedade privada (T42)

após a queda do muro de Berlim simbolizando o fim da URSS e consequentemente a vitória capitalista sobre o socialismo, a propriedade comunitária deixou de ser alternativa para o progresso econômico (T45).

desde os movimentos de misticismo ocorridos em grande parte do nordeste brasileiro encontramos a população oprimida e passando fome (T46).

no início do século XVI mais uma porção de terra era descoberta pelos precursores da expansão marítima, os portugueses, por volta de 1500 “acharam” um imenso território (T47).

Perante esses enunciados, pode-se afirmar que os vestibulandos recuperam do texto-base: a) uma tensão oriunda do querer intenso, ou seja, uma tensão causada pela necessidade de se possuir o objeto de valor; b) duas micro-narrativas: de conjunção e de disjunção com o objeto de valor.

O texto fundador priorizado por muitos vestibulandos foi o de Rubem Alves (Cf. pág. 35, texto I, Proposta II), em que há enunciados que remetem ao direito natural do homem à propriedade. De acordo com Chauí (1998, p.400), há um discurso social que afirma que há o “**direito natural**: por natureza todo indivíduo tem direito à vida, ao que é necessário à sobrevivência de seu corpo e à liberdade”.

Para outros vestibulandos, o texto fundador foi o de João Cabral (Cf. pág. 35, texto III, Proposta II), em que há o ápice do querer intenso. Com isso, as retomadas discursivas concentraram a argumentação nas consequências desse querer intenso e descreveram a miséria, a desigualdade e as fronteiras sociais.

Existem, no entanto, redações em que a transferência do objeto de valor, oriunda do desejo intenso, apresenta-se mais pressuposta, como em:

Ambos formados por pessoas que exigem a reforma agrária, que querem, apenas que lhes seja devolvido aquilo à que têm direito: a terra, o alimento, a vida (T13).

Todavia, a propriedade atingiu tal valor, que sua distribuição, descontrolada pela ambição de poucos, é hoje uma das principais causas da pobreza, em nosso país, e muitos outros (T48).

Diante dos enunciados pontuais, que incidem sobre um fundo durativo e causam uma brusca descontinuidade nos discursos, pode-se determinar que a extensão dos bens de produção cede lugar à intensidade da concentração destes bens.

Perante o exposto, na totalidade das retomadas discursivas, observa-se que as redações contam que o objeto *terra*, objeto existente e em circulação, está revestido dos valores de *alimentação, subsistência e identidade*. Esse objeto era extenso a toda uma comunidade e, com isso, havia harmonia com o meio e entre os homens. No entanto, quando o sujeito é desprovido do objeto, ele torna-se desprovido dos valores que tornam possível uma existência harmônica com o meio e com outros homens, pois, instaura-se uma alta concentração de bens. Esse sujeito espoliador do objeto, *terra*, é descrito como ambicioso e ganancioso. Tais modalizações descrevem a ultrapassagem de um limite, motivadora da moralização e da sanção negativa:

o homem valoriza seu desejo de possuir (T11).

todos querem ser proprietários, e, com isso, se apropriam daquilo de que não necessitam nem lhes pertence (T13).

há pessoas que fincam suas cercas para além de seus limites (T16).

Um mundo que idolatra a busca pela propriedade, a busca pelo lucro, a busca pela descontrolada ascensão (T20).

ânsia de consumo (T41).

A propriedade das terras esta cada vez mais concentrada nas mãos de um número menor de pessoas (T42).

o homem tem como necessidade ampliar seu espaço (T43).

com a ganância do homem e a ambição, tudo se transformou e os menos beneficiados são prejudicados até tempos atuais (T46).

chegando ao cúmulo de um único homem ser “dono” de quase um estado (T47).

todos os seres humanos possuem, das formas mais variadas, múltiplos desejos de posse (T50).

Diante desses enunciados, observa-se que o querer intenso instaura a tensão intersubjetiva, quando os homens competem por mais concentração de bens. Desse modo, a organização modal das retomadas discursivas segue a mesma instaurada no texto-base, ou seja, no Capítulo I pôde-se observar a totalidade institucional permeada pelas conseqüências negativas do querer intenso: *falta de limites, consumismo e morte*.

Tal trajetória está presente nas retomadas discursivas, uma vez que, no programa narrativo de base das redações, tem-se: *um sistema que privilegia a concentração de bens* dota o sujeito de estado *homem* do valor modal do *querer* e do *poder fazer*. O programa de base configura-se, portanto, por meio da narrativa de transformação do sujeito *homem*, ao entrar em conjunção com o objeto de valor descritivo: *terra*. Observa-se nas redações estudadas que, com a *performance* do sujeito, o objeto de valor *terra* torna-se exclusivo de um sujeito espoliador, que procede de modo seletivo e interpreta a intensidade de bens de consumo.

Nessa perspectiva, a conjunção com a *terra* não é mais considerada o valor, mas a conjunção com o *desejo de tudo possuir*. O sujeito que perdeu o objeto, *terra*, segue manipulado por intimidação, pois acredita no poder-fazer do novo dono das terras. Observem-se estas seqüências textuais:

As pessoas, cada vez mais, queriam possuir, mas grande parte delas não podia fazê-lo, pois as inovações tecnológicas tinham um preço, que só poderia ser pago por aqueles que detivessem o capital (T11).

propiciando a formação do latifúndio pelos donos dos meios de produção, e desta forma deixando a maior parcela da população brasileira distante das riquezas, sem a sua “fatia do bolo” que já se tornou imenso nas mãos dos donos do poder. (T14).

Como a propriedade confere status e poder às classes mais abastadas, essas últimas utilizam-se de sua posse de terras para subjulgar a grande parcela de párias do país (T18).

Com tudo isso, pode-se entender que o desenvolvimento capitalista, elucidado pelo exemplo do Brasil, acabou privilegiando uma minoria e colocando a maioria à margem da possibilidade de cultivar um pedaço justo de terra (T45).

Os grandes latifúndios dominam tais regiões e exploram seus empregados como na época da escravidão onde parece estarmos voltando ao passado (T46).

Apesar de tantos movimentos – entre outros, o dos Sem-Terra- o pequeno proprietário ainda é oprimido pelos grandes proprietários, e suas pequenas propriedades fagocitadas pelos grandes latifúndios (T48).

As correlações entre *extensidade* vs *intensidade* podem ser verificáveis em qualquer escala discursiva (LOPES, 2005, p. 203) e possibilitam descrever como os discursos instauram aquilo de que tratam. A extensidade “mostra-se na tensão contínua entre o uno e o múltiplo e nas relações parte-todo, dentro do mundo dos objetos” (LOPES, 2005, p. 206).

Na intensidade, por sua vez, “o que varia é a medida, seja da tonicidade - numa linha que vai do átono ao tônico -, seja do andamento - num contínuo que vai do mais lento ao mais rápido” (LOPES, 2005, p. 206). Nota-se nas redações que o aumento na intensidade corresponde a uma atenuação da extensidade do objeto *terra*.

O andamento que, nas redações estudadas, vai do mais rápido ao mais lento, pode ser percebido na relação entre a imanência textual, isto é, a narratividade, com o plano da expressão, ou seja, a textualização em parágrafos. Observa-se que há, em um número significativo de redações, nos parágrafos de abertura e de encerramento, a compactação de informações concretizadas em figuras que condensam a história da posse da terra.

Diante do exposto, isto é, da concentração figurativa que remete à concentração temática, depreende-se uma percepção mais acelerada dos sujeitos em relação ao mundo construído pela linguagem. Por sua vez, o parágrafo que reúne figuras e temas, em liame entre a introdução e a conclusão, apresenta uma sequência mais lenta, no que diz respeito ao encadeamento figurativo e temático. A esse segmento textual, nas retomadas discursivas, reservam-se mais linhas. Isso remete a um olhar mais pausado sobre o mundo, de modo a não perder detalhes.

Esse olhar que determina uma percepção, mais ou menos pausada do sujeito, pode ser depreendido, nas redações, tanto pela expansão, quanto pela concentração de lexemas.

A expansão, entendida nas redações como um regime pautado pelo andamento lento e pela desaceleração, mostra a perspectiva adotada pelo enunciador que procura apresentar um lexema e depois detalhar seu significado, para o que o enunciatário entenda o termo, assim

como ele, enunciador, deseja. Já a concentração, entendida como um regime que privilegia o andamento rápido e a aceleração, mostra a perspectiva do ator da enunciação, que procura simular várias características e conceitos e depois concentrá-los em um lexema. Desse modo, o enunciador procura construir um percurso de leitura do qual o enunciatário não pode escapar. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

a) Expansão:

Talvez tudo isso seja resultado do mundo capitalista com o qual fomos acostumados a viver. Um mundo que idolatra a busca pela propriedade, a busca pelo lucro, a busca pela descontrolada ascensão. É um mundo em que a lei vigente é a do “pode quem tem”. E assim sempre foi. Tem poder quem tem o que mostrar, quem tem com o que se exibir, e quem não tem acaba mesmo ficando às margens. Não importa qual seja a propriedade, o que importa somente é tê-la. Um mundo que muitas vezes recebe muito de alguém e nada lhe dá. Um mundo repleto de trabalhadores que trabalham a vida inteira, e muitas vezes não conseguem ao menos um lugar próprio para morar. (T20).

No enunciado acima, o enunciador da redação procura marcar o *mundo capitalista* pelo *mais*, e expande esse sema, como em: *mais propriedade, mais lucro, mais ascensão, mais injustiça, mais ingrato*. Desse modo, procura configurar o *mundo capitalista* enquanto aquele que privilegia a intensidade e os valores do absoluto, conforme será descrito ao longo desse capítulo.

b) Concentração:

Em comunidades mais primitivas, os homens viviam sob um regime que não aceitava divisões: os instrumentos de trabalho, a terra e os próprios frutos de seu cultivo, eram coletivos (T11).

Os trabalhadores participavam do processo produtivo, mas não tinham direito ao produto, pois não eram detentores dos meios de produção. (T11).

os movimentos sociais intensificaram-se, gerando lutas pela posse de terras. As pessoas passaram a revoltar-se contra a propriedade privada, contra os latifundiários improdutivos, exigindo que fosse feita a tão sonhada reforma agrária. Algumas famílias conseguiram assentar-se, porém não lhes foram dados subsídios para que produzissem, pois as ferramentas para o trabalho não lhes pertenciam e a semente para o cultivo também tinha um custo. Após vários conflitos, não foi possível satisfazer a todos os cidadãos que exigiam seu direito de poder plantar e colher o fruto de seu esforço dignamente. (T11).

Já por outro lado, é também abundante o número de pessoas que não têm onde morar, pessoas que não tem o que comer, ou seja, pessoas sem terra. Não possuem terra, mas têm o desejo de possuí-las, e com isso garantir o mínimo suficiente para ter uma vida decente. E é esse o objetivo dos sem-terra (T20).

Trabalhadores do campo garantem seu ganha pão somente em épocas de safra, tendo portanto, que buscar recursos no mundo urbano. Lá chegando, depara-se com centenas de marginalizados, excluídos, que um dia também tentaram a sorte na cidade. Com isso ele torna-se mais um nas ruas, ou se integra ao grupo dos que lutam pelo seu pedaço de terra, os sem-terra (T47).

Nota-se, nos enunciados acima, os semas marcados pela ausência: *sem produto, sem cidadania, sem moradia, sem comida*. Com esses semas, define-se a classe social dos

marginalizados: os sem-terra. Tal segmento social, de acordo com o enunciado considerado, é excluído da sociedade pela triagem, por um grupo modalizado pelo querer intenso.

Verifica-se que há, nas redações, tanto um fazer normativo, encarregado de fundar os valores que determinam uma anterioridade e uma atualidade; quanto um fazer avaliativo, em que a figura do narrador censura o segmento social movido pelo querer intenso. Com isso, depreendem-se das retomadas discursivas um *pólo distenso* vs *pólo tenso* (Cf. FONTANILLE; ZILBERBER, 2001, p. 155-158). Com a determinação da polaridade, as redações constroem a imagem de uma a sociedade em: *universalidade* vs *exclusividade*. A universalidade é anterior ao marco referencial presente da enunciação, descrita como unida e harmônica; a exclusividade é concomitante ao marco referencial presente da enunciação, descrita como desunida e conflituosa. Observam-se tais fatos segundo duas *dêixis*:

Há uma nítida fronteira, que separa o sistema descrito como da *anterioridade*, ao “aqui” da enunciação, marcado pela extensão máxima de valores e do bem-estar geral; do sistema descrito como da *atualidade*, marcado pela concentração desse bem-estar. Desse modo, o sistema da *atualidade* tem o ápice dos valores de exclusão em detrimento dos valores de integração. Tais afirmações podem ser observadas nos trechos abaixo:

a situação começou a mudar quando algumas pessoas passaram a nomear objetos e a delimitar áreas como sendo exclusivas de determinados grupos. (T11)

e, atualmente, aqueles que lutam, protestam, exigem que o direito à posse de terra seja atendido são reprimidos e ignorados pelo Estado. (T13)

Tais afirmações são percebidas no nível tensivo, em que a perspectiva adotada, a partir da alternativa entre *valores de absoluto* vs *valores de universo*, vai afetar o discurso. Diante dessa alternativa, nas redações, pressupõe-se o simulacro de um sujeito enunciador que opera com a escolha de valores desde as etapas mais profundas do modelo gerativo. Desse modo, pode-se observar que o narrador, inscrito no enunciado, adota a perspectiva de denunciar os valores do absoluto, definidos como valores extremos, em que domina o foco da intensidade. Para tanto, apresenta o *sistema capitalista* como àquele que escolhe o ápice dos valores, em detrimento de sua extensão, enquanto o *sistema comunitário primitivo* adota a extensão máxima. Traça-se, perante essa *maior intensidade* vs *menor extensão de bens*, uma correlação inversa, entendida como quando “as valências variam em razão inversa uma da outra; a textualização resulta nos seguintes tipos de enunciados: *mais* pede *menos*, *menos* pede *mais*” (FONTANILLE, ZILBERBERG, 2001, p. 26). Desse modo, nas redações, esse *mais* remete ao poder, ao lucro, a concentração de terras; o *menos*, por sua vez, remete à pobreza, à necessidade, à ausência de terra. Nessa relação, o *mais* pressupõe o *menos*, pois os excluídos terão sempre menos poder, lucro e terra.

O ponto de vista adotado pelo enunciador, vestibulando, indica sua preferência em criar a imagem daquele que está em conjunção com os valores do universo. Para isso, sanciona negativamente os que são modalizados pelo *querer intenso*, e procura criar uma argumentação daquele que quer suprir a falta:

Conheçamos nosso limite e vejamos a necessidade do nosso próximo (T14)

Um caminho poderia ser alicerçado em uma distribuição mais equânime de terras.

(T18)

Além disso, as retomadas discursivas procuram conotar um “mundo real” em que se contrastam os valores do universo, próprios do *sistema primitivo*, aos valores de absoluto, próprios do *sistema que privilegia o lucro*. Desse modo as redações dão a entender que a desarmonia, o conflito, a pobreza, a concentração e a miséria, estão para o *sistema capitalista*; assim como, a harmonia e a divisão estão para o *antigo sistema*.

Diante dessas afirmações, pode-se dizer que, nas redações, os sujeitos espoliadores são movidos pela intensidade do querer. Tal intensidade determina os valores de absoluto do grupo e também um fechamento da sociedade para os sujeitos espoliados, excluindo-os do acesso à terra, ao *status* e ao poder. Isso, pois, os sujeitos espoliadores fecham a circulação dos bens de produção e determinam a concentração de bens em uma classe social mais favorecida.

A perspectiva adotada vai funcionar, ela própria, como uma instância de triagem (Cf. FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.48). Tal triagem de valores permite entrever um modo de presença do mundo, não apenas dos actantes dos enunciados: o homem (sem-terra), descrito, como vítima da exclusão; os sujeitos espoliadores movidos pelo querer intenso. Ela

permite entrever, também, um modo de presença do próprio ator da enunciação, que quer se construir como um sujeito que procura a conjunção com os valores do universo. Para tanto, o ator da enunciação, o vestibulando, critica o querer intenso e propõe que a sociedade busque o fim do fechamento e da concentração dos bens de produção. Além disso, ele sanciona negativamente os sujeitos espoliadores. Essas afirmações são comprovadas nos seguintes trechos:

A propriedade das terras está cada vez mais concentradas nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, e as desigualdades aumentam (T42)

Enquanto a luta dos capitalistas é para aumentar o lucro, o da população é por um pedaço de terra para produzir o básico (T42)

Há latifúndios que têm terra e não usam, não fazem plantio, nem construções, ou seja, as terras estão paradas. Nelas poderiam morar muitas pessoas que não tem terra. (T49)

Essa perspectiva adotada pelo vestibulando deve ser considerada em relação ao texto-base da proposta II, (Cf. pág. 35, proposta II) já que, na totalidade institucional considerada, há uma situação de tensão modalizada pelo querer intenso. Esse querer causa a exclusão da classe menos favorecida, inclusive, com a morte (texto III, Proposta II, pág. 35). Ao descrever como os menos favorecidos são excluídos da sociedade de consumo, o enunciado da proposta enfatiza as consequências nefastas da divisão injusta e das fronteiras entre classes sociais.

Existem, no entanto, algumas redações em que o narrador implícito sanciona, negativamente, um determinado grupo de excluídos: os sem-terra, por considerá-los como

aqueles que não trabalham e, por conseguinte, não produzem. Com isso, algumas retomadas discursivas desqualificam os que se mantêm disjuntos da terra:

e o sem-terra , como não produz, não comercializa, e não obtém dinheiro (T15).

as pessoas, sem propriedade, acabam perdendo sua identidade e aumentam os problemas sociais (T42).

Mas também não acha certo que uma propriedade que tinha um dono, que pagou por ela e que a usufrui totalmente ou não, seja desapropriada e passadas a pessoas que talvez só fazem parte deste movimento por baderna e que na opinião de muitos se quisesse realmente trabalhar buscaria uma ocupação (T44)

Embora não depende delas, e sim do governo quem têm de ajudá-los (T49).

Essa desqualificação deixa entrever uma isotopia de leitura focalizada pelo vestibulando no texto-base, uma vez que na totalidade institucional os menos favorecidos apresentam dois percursos possíveis: a) são excluídos da harmonia, da identidade e da felicidade, já que estão disjuntos da terra e dos bens de consumo [textos I Alves e II de Coimbra (Cf. pág. 35, Proposta II)]; b) por meio da ironia, depreende-se a resistência dos menos favorecidos [texto III de Cabral, (Cf. pág. 35, Proposta II)]. Portanto, na totalidade das retomadas discursivas, constrói-se o tema da impotência do homem sem terra e necessitado dela. Isso é retomado pelo trajeto de falta de combatividade do sujeito espoliado e pelo seu “status” de herói derrotado.

Por meio da modalidade do querer intenso e da paixão da ambição, a totalidade institucional descreve a transformação da conjunção, do relaxamento e da distensão inicial, para um estado de disjunção e tensão final.

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que, no campo patêmico, as retomadas discursivas retomam as paixões do texto-base, pois, como se pôde observar, as redações procuram construir a imagem de uma sociedade atual marcada pela tensão e modalizada pelo querer intenso.

Em presença de tal percurso patêmico, verifica-se que um número significativo de redações adota, na introdução, um regime de andamento mais rápido. Desse modo, há poucos detalhes da distensão inicial e da transferência do objeto de valor. No entanto, no desenvolvimento, ao enumerarem a tensão e ao detalharem as conseqüências da *performance*, o andamento é mais lento. E, por fim, na conclusão, as redações voltam a adotar um andamento mais rápido, ao proporem, para a posterioridade, soluções simplistas, utópicas e acomodadas.

Tal diluição é observada com o uso de advérbios temporais, com as modalizações, e com os verbos no futuro do pretérito. Esses recursos procuram construir o simulacro de um sujeito que poderia voltar a ficar em conjunção com o objeto, terra; o que propiciaria a conjunção com a harmonia, com a divisão, com a identidade e com a igualdade.

Observem-se nos enunciados abaixo como o percurso patêmico ocorre nas redações, depois de instaurada a tensão:

a) Frustração e indignação:

Os trabalhadores participavam do processo produtivo, mas não tinham direito ao produto, pois não eram detentores dos meios de produção (T11).

Chegando ao cúmulo de um único homem ser “dono” de quase um estado, como é o caso do Acre (T47).

Esse país ainda possui uma mentalidade retrógrada e escravocrata (T18).

Enquanto a luta dos capitalistas é para aumentar o lucro, o da população é por um pedaço de terra para produzir o básico para sobreviver (T42).

O narrador das retomadas discursivas acima cria o simulacro de um sujeito que fala em nome da sociedade, do país, do povo. Por meio desse recurso, procura despertar no destinatário a revolta. Para tanto, relata como a própria essa paixão modaliza os sujeitos:

b) Revolta:

As pessoas passaram a revoltar-se contra a propriedade privada, contra os latifundiários (T11).

O narrador também eleva a voz do protesto próprio e, nesse momento, viabiliza o enunciatário revoltado, como nestas seqüências, opinativas por excelência:

Pessoas passam a viver sem o mínimo de dignidade, tendo como casa favelas, como refeição apenas restos (T14).

São gritantes as conseqüências que, por conseguinte, se perfazem (T18).

A propriedade, aos olhos dos grandes proprietários, nada mais é que um investimento, fonte de acúmulo de riqueza. Não necessita de terra para sobreviver, e sim para manter o luxo. (T48).

Nos limites das redações, na conclusão, o destinador procura resolver a tensão, transformando o sujeito disjunto do objeto de valor em um sujeito da espera e configurando-o, portanto, enquanto um sujeito que coloca no outro a esperança de que tudo se transformará. Esse *outro*, em algumas redações, é o próprio actante *espoliador, o sistema de governo ou mesmo a sociedade*. Desse modo, as retomadas discursivas procuram instaurar a restauração e o retorno à conjunção que, muitas vezes, foi descrita na introdução.

Tal atitude indica uma confiabilidade no sistema de valores vigente. Constrói-se a verdade de que a justiça será feita, mesmo que, pela *performance* descrita, não seja justo crer nesta justiça. Além disso, constrói-se um ator da enunciação idealizado enquanto um ator justo, que se afasta dos excessos, ao oferecer a todos um caminho, uma verdade construída.

Pode dizer também, que o enunciador das redações instaura no enunciado um sujeito que está disposto a esperar passivamente por uma configuração eufórica de sua existência, uma vez que este não é competente para realizar o percurso que objetiva: a conjunção com o estado durativo da conjunção. Observem-se alguns exemplos de conclusões:

c) Resolução da falta:

dividindo igualitariamente as riquezas geradas, numa total regressão às comunidades mais primitivas, não podemos abolir o conceito brutal de propriedade (T11).

e a solução para esse problema é simples: a mentalidade das pessoas deve se libertar do conceito de “ter” muito e passar para o conceito de “ter o necessário” (T13).

- um dia possamos ver reformas agrárias e sociais na realidade, aumentando a participação da população tanto econômica quanto politicamente (T14)

- um caminho poderia ser alicerçado em uma distribuição mais equânime de terras, ou seja, na reforma agrária. Esse caminho não é fácil, mas há sempre uma chance na sua tentativa (T18).

E uma possível solução seria fazer o óbvio: um debate-congresso, ou algo que o valha, entre essas três categorias, de modo que se discuta com PROPRIEDADE (!), os itens à serem assentidos no tocante à nossa reforma agrária, além de determinar um consenso quanto ao conceito de propriedade. Afinal, na base do diálogo se resolve muitas coisas (T19).

- talvez assim as posses e as propriedades não seriam tão valorizadas nem mesmo veneradas, e essa divisão entre “ter” e “não ter” seria superada (T20).

Ou seja, terras e boas escolas para todos podem ser o começo de um povo sem desigualdades e que convive em harmonia com as propriedades existentes (T41).

- Quem sabe a uma volta à Antiguidade e à propriedade comum. Se este dia chegar, talvez o homem com sua imensa inteligência saiba aproveitar o que de mais importante lhe pertence (T42).

-enquanto não se vê o fim desta discussão, cabe aos brasileiros esperar, e acreditar que um dia algo será feito (T44).

para isso ocorrer a humanidade deve se assentar no trinômio esperança, reformas e igualdade (T45)

- portanto, o governo teria que analisar a situação dos integrantes dos movimentos sem terras e achar uma solução, assim todos ficariam com terras e nenhuma terra ficaria parada. (T49).

As retomadas discursivas são, por excelência, textos sancionadores. Os vestibulandos, ao adotarem a perspectiva de desaceleração no programa narrativo da sanção, colocam, portanto, em primeiro plano, as consequências da *performance*.

Nessa perspectiva, para passar pelas modalidades veridictórias, que resultariam no julgamento epistêmico do destinatário-sujeito, o narrador conta o porquê de sancionar negativamente a *performance* do sujeito espoliador. Para tanto, ele descreve a concentração de terras, mostra a manipulação pela intimidação; enfim, constrói um cenário injusto e opressor, procurando despertar no destinatário a revolta contra esse sujeito espoliador.

Um recurso das retomadas discursivas é julgar o novo sujeito, possuidor do objeto de valor, de modo negativo, descrevendo-o como opressor, tirano e causador da pobreza. Outro recurso seria julgar, negativamente, aqueles que cumprem o contrato com um sistema que privilegia o lucro. Desse modo, o narrador afasta de si os valores que julga serem negativos; valores como: ambição, desejo de posse e consumismo.

Diante dos valores eleitos pelo narrador como positivos, observa-se que as narrativas são cenários de embates veridictórios do que seria a construção da verdade. Além disso, muitas narrativas servem como pretexto para reafirmar-se a crença no sistema vigente, uma vez que, elas apresentam um narrador que, apesar de revoltado, crê no sistema para voltar à ordem social.

Nível discursivo

O vestibulando, como o orador, “deve ser capaz de responder às perguntas *que* suscitam debate e que são aquilo *sobre o que* negociamos” (MEYER, 2007, p.35). Diante dessa afirmação, o saber demonstrado pelo candidato deve ser compartilhado pelo enunciador da proposta.

Entende-se que, no contexto argumentativo, enunciador e enunciatário não são adversários, “mas *patners*, envolvidos numa troca, com normas compartilhadas” (MOSCA, 2004, p.134). Assim, constata-se que o *éthos* é o duplo do *páthos*. Quando o *éthos* constrói para si seu *páthos*, ele antecipa as formas de reposta do enunciatário como questionamentos daquilo que propõe (Cf. MEYER, 2007, p.53). Dessa forma, observa-se que o enunciador procura diminuir a distância do *páthos* construído ao propor saberes e dizeres com os quais julga partilhar com o enunciatário.

Diante da oposição entre duas corporalidades: *a dos espoliadores* vs *a dos espoliados*, observa-se que o vestibulando apresenta um sujeito que adota como perspectiva a crítica aos espoliadores e, muitas vezes, a defesa dos espoliados. Com isso, em todas as redações, o candidato instaura um narrador que adota o “bom-senso”, aqui entendido como um pensamento autoritário que “tem a pretensão de ir além da ilusão para chegar à verdade, ou, como costumamos dizer, chegar às coisas como elas *realmente* são” (GEERTZ, 2004, p.128). Ao adotar o bom-senso, todos os narradores procuram reafirmar e reproduzir verdades: a) o desejo de posse sempre foi inerente ao homem; b) a divisão de terras é uma constante; c) quem trabalha merece a terra, quem não trabalha não a merece.

Perante essas constatações, observa-se que os enunciadores das redações acreditam que, tanto eles, quanto os enunciatários, percebem a sociedade brasileira como um lugar de privilégios e injustiças. De acordo com os simulacros que constrói, o enunciador, candidato,

procura criar a imagem daquele que se revolta diante desse estado de desigualdades e acredita que pode haver um salvador que mude a situação caótica que descreve nas redações. Daí o tom autoritário que exige mudanças e sua apresentação como um sujeito corajoso para propô-las. Todas essas construções deixam entrever a imagem *páthos* construída pelo ator da enunciação.

Para o exame da construção dos simulacros, retomam-se nessa dissertação os estudos de Geertz (Cf. 2004). O autor afirma que o senso comum obtém as opiniões diretamente da experiência: “os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade” (GEERTZ, 2004, p. 114). Diante dessas reflexões, verifica-se que, nas redações estudadas, subjacente às reflexões, estende-se uma teia de conceitos do senso comum que o vestibulando acredita como reais, tais como: a) os desocupados são uma força que desorganiza; b) a elite e o governo são os agentes das transformações; c) o sistema capitalista é mantido pela produção e pela desigualdade social.

Essa teia de pensamento faz com que se reforce o sistema capitalista, pois se valoriza qualquer coisa que se relacione ao dinheiro. Com isso, constrói-se na totalidade das redações, um *éthos* crítico que quer se construir como aquele que, ao denunciar, procura restaurar a ordem natural que foi quebrada pela *elite*. E, com grande astúcia, o vestibulando critica uma classe social que privilegia a concentração. Desse modo, exime a si mesmo de responsabilidades.

Na sintaxe discursiva observam-se a utilização de vários recursos para que a redação pareça verdadeira. Primeiramente, nota-se que o ator da enunciação procura ostentar um conhecimento generalizado, ou pelo menos intuitivo, das técnicas argumentativas, de suas condições de aplicação, de seus efeitos, etc. Com isso, pode-se entrever a imagem do enunciatário, não como aquele “considerado um ignorante, mas, ao contrário, alguém bem

informado” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 173). Alguns recursos da sintaxe discursiva podem ser assim enumerados:

1) Com o argumento pragmático (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 302) fixam-se as conseqüências do querer intenso e sancionam-se negativamente os sujeitos movidos por essa paixão. Além disso, tal argumento, aliado à terceira pessoa, propicia ao vestibulando contar os fatos, como se pudesse distanciar-se deles, criando a ilusão de afastamento. Esse recurso foi amplamente explorado pelos candidatos e pode ser observado em várias redações, entre elas, destaca-se:

Com a ganância do homem e a ambição, tudo se transformou e os menos beneficiados são prejudicados até tempos atuais e por não possuírem uma família nobre, assim passam fome devido a má distribuição de terra (T46).

Nesse enunciado, observa-se como o querer intenso – *ganância do homem e a ambição* – modaliza o sujeito para possuir sempre mais. Desse modo, a ambição causa aos sujeitos espoliados a *fome*. Assim, observa-se a sanção negativa para os que elegem a intensidade do querer e a triagem das classes sociais. Com tal julgamento, feita pelo narrador, pode-se entrever a imagem que o ator da enunciação cria de si e para si mesmo, ou seja, a imagem de um sujeito que não compactua com o querer intenso. Tal imagem foi depreendida do *páthos* inscrito no texto institucional, uma vez que o texto-base também sanciona negativamente os que são modalizados por tal paixão. Observem-se outros enunciados das redações:

A exclusão da população das riquezas do país causa o desemprego (necessário para manter a economia de mercado capitalista) e a desvalorização da mão-de-obra, fazendo com que a

massa trabalhadora esteja exposta a salários insuficientes, deparando com mais uma privação, a privação dos direitos humanos (T14).

A rapidez com que as mudanças econômicas (a propriedade inclusive) se efetuaram não respeitando a estrutura social e histórica de cada país, trouxe graves problemas: a concentração de terras, baixa produtividade em relação à potencialidade de produção, conflitos sociais e instabilidade política consequentemente, e a possibilidade cada vez mais distante de uma reforma agrária, uma vez que os grandes proprietários de terras aproveitaram a política econômica neoliberal propagada pelo mundo para conseguirem mais poder (T45).

Os exemplos acima são representativos da totalidade das redações, não só por explorarem a causa/conseqüência, ou sancionarem, negativamente, os sujeitos espoliadores, mas também, por julgá-los de modo eufemístico. Isto, pois, esses enunciados atribuem à transformação da distensão para a tensão, não apenas a sujeitos modalizados pela ambição, mas também, a *mudanças econômicas, ao mundo capitalista*. Além disso, observa-se que, ao enumerarem de maneira justaposta as conseqüências da *performance*, os narradores das retomadas discursivas criam um efeito de sentido de que os fatos aconteceram tal como a verdade construída do narrador descreve. Portanto, não haveria como reverter essa situação.

Tal descrição é apreendida pelo vestibulando do texto-base. No texto I de Rubem Alves (Cf. Texto I, pág. 35, Proposta II), por meio do argumento pragmático, o enunciador constrói a imagem de um mundo naturalmente dividido.

Veja-se abaixo, outro trecho de redação:

- *As pessoas, sem propriedade, acabam perdendo sua identidade e aumentam os problemas sociais, causados pela alta violência, nas grandes cidades, crescimento exagerado das mesmas e falta de infra-estrutura, provocando uma urbanização* (T42).

Nesse enunciado, por meio do argumento pragmático, o narrador transforma o sujeito *espoliado* em anti-sujeito, ao descrevê-lo como uma das causas para o aumento dos *problemas sociais*. Também, de modo eufemístico, o narrador julga os sujeitos *espoliadores*, visto que, atribui as causas dos problemas sociais, não apenas ao sujeito movido pelo querer intenso, mas também a fatores externos ao homem, como: *alta violência, crescimento exagerado das mesmas e falta de infra-estrutura, provocando uma urbanização*. Desse modo, o narrador procura construir um círculo vicioso, de maneira a garantir a lógica de sua argumentação. Além disso, ele procura criar, de si e para si mesmo, a imagem de um sujeito que apenas descreve e analisa, de modo imparcial, a sociedade contemporânea.

2) Argumento de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.348).
Esse recurso constrói o efeito de sentido de realidade, ou de referente. Ao nomear actantes, o discurso do vestibulando adquire autoridade e credibilidade e constrói a ilusão de verdade e de saber.

Se propriedade é “aquilo que não me é estranho”, “que é parte de mim mesmo”. Segundo Rubem Alves, também somos vítimas de roubo quando temos nossa ideologia manipulada por qualquer tipo de instituição (T41).

Talvez não soubessem os grandes pensadores capitalistas como Locke e Rousseau, a tamanha desigualdade social que sua teorias viriam, séculos mais tarde, frutificar (T48).

La Boétie, um dos pais da tradição libertária, sistematizou sua filosofia política. (T50).

Thomas Hobbes como defensor do Estado enquanto instituição que deve abolir um “estado de guerra permanente” entre os homens (T50).

Encontramos JJ Rousseau teórico que assegura que o drama da humanidade iniciou-se quando o primeiro ser humano delimitou um pedaço de terra e afirmou “isto é meu”. Encontramos John Locke e Karl Marx, o primeiro grande defensor da propriedade privada e o segundo, um de seus maiores críticos (50).

Com a análise dos enunciados acima, pode-se entrever um saber escolar, que privilegia a fala de pessoas de prestígio, como: *Locke, La Boétie, Rousseau e Marx*, por exemplo. Por meio desses filósofos, os vestibulandos buscam criar a ilusão de que os fatos e opiniões, apresentados nas redações, são corroborados por pensadores conceituados pela instituição escolar. Além disso, os enunciadores procuram construir a própria imagem, como daqueles que são conhecedores de saberes que circulam na elite e deixam entrever a imagem-fim do enunciatário como um co-autor do texto, na medida em que acreditam que esse saber escolar integra as coerções que o enunciatário quer ver reproduzidas na redação. Tal propósito confirma-se quando os candidatos desenvolvem, nos enunciados, os epítetos para especificar os filósofos, como em: *grandes pensadores capitalistas, um dos pais da tradição libertária, teórico que assegura que o drama da humanidade*. Com isso, buscam ostentar saber, mas como dito, um saber compartilhado pelo enunciatário.

3) Orações subordinadas:

Assim, “há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade de seu corpo”. Um exemplo concreto é a desigualdade da distribuição de terra no Brasil os latifundiários possuem imensas fazendas, muitas vezes improdutivas, enquanto que a maioria da população rural não tem nem ao menos a terra de que necessita para sobreviver (T13).

Embora o Brasil não tenha uma densidade demográfica muito menor que a do Japão, lá, Terra do Sol Nascente, eles há muito tempo já perceberam os limites físicos de um país, e puseram-se no encalço de uma solução (T17).

como na época da escravidão onde parece estarmos voltando ao passado. A maioria monopoliza regiões de maiores carências e tendo privilégios de governadores e políticos (T46).

sangrentos conflitos que permeiam a região palestina e outras regiões do globo que abrigam locais sagrados. A mesma busca desenfreada pela propriedade fundamenta também todo o processo histórico brasileiro que descortina o lamentável quadro de concentração fundiária no país. É neste sentido que vergonhosamente obras como Morte e vida severina, de João Cabral de Melo neto, permanecem atuais. Quantos são os brasileiros que ainda encontram a cova como única fração de terra incontestável após terem aderido à causa da resolução da desigualdade fundiária por aqui....(T50).

O uso das orações subordinadas constrói a imagem de um ator da enunciação que é capaz de analisar fatos e associá-los a outros. Tal como se observa nos enunciados acima, em que por meio da oração subordinada adverbial comparativa tecem-se relações entre: a) a atualidade e anterioridade (T46); b) a situação atual do Brasil com os conflitos palestinos (T50). Outro tipo de oração empregada é a subordinada concessiva, com esse recurso se

instaura o pressuposto de que, se o Japão conseguiu uma solução para o problema agrário, o Brasil também pode fazê-lo (T17).

Desse modo, o emprego das orações deixam entrever, novamente, um ator da enunciação modalizado pelo saber escolar, pois este dita técnicas para composição do gênero dissertativo e, entre elas, está o uso das orações subordinadas. Além disso, cria-se o simulacro de um enunciatário competente para garimpar o texto em busca do sentido.

4) Orações coordenadas:

Porém, o movimento dos “Sem Terra” busca a divisão de grandes extensões de terras improdutivas para construírem suas casas, fazerem suas plantações e se sentirem donos de suas próprias terras, vivendo com dignidade e respeito, mas são tratados como marginais pelo fato da invasão de terras abandonadas, muitas vezes consideradas” mortas” (T12).

- Todos protegem casas, mas poucos preocupam-se em proteger algo mais valioso como idéias, conceitos e opiniões; algo que nunca nos deveria ser roubado (T41).

Já no texto II, a terra é retratada como propriedade e poder, desejada pelo homem, esta pode adquirir um caráter de pura necessidade ou, até um luxo, uma exautação ao latifúndio. Esta é tomada como algo a possuir, mas, que em determinado momento exerce em nós o poder inverso: passamos então a sermos possuídos por ela (T43).

O sucesso da propriedade privada só pode ser destacado nos países desenvolvidos (França, Japão. EUA). A dinâmica capitalista respeitou a estrutura e características peculiares de cada nação e a sua implementação foi gradual. A elevada produtividade da terra, uso de mão-de-obra especializada, a ocorrência de uma reforma agrária abrangente (T45).

As orações coordenadas enumeram conceitos pela justaposição e criam o efeito de sentido de que os fatos aconteceram, realmente, do modo construído pelo discurso. Pode-se observar que a justaposição, em T45, colabora para descrever qual imagem o narrador quer construir dos países desenvolvidos: países que respeitam outros e contribuem para o desenvolvimento das nações. Com isso, o narrador determina a leitura a ser feita pelo enunciário e procura construir-se como um sujeito englobante, que conhece os fatos e sabe como enumerá-los.

5) Pronome *se*:

Inicia-se um ciclo vicioso e crescente (T15).

Cercando territórios não só registra-se aquele pedaço de terra como posse (T41).

Nos exemplos acima, o emprego do pronome “se” permite o apagamento dos sujeitos que seriam os agentes da desigualdade social.

6) Os advérbios:

- Gradativamente, aqueles começam a acumular dívidas (T15).

- Lamentavelmente, não é esse pensamento que permeia a sociedade, principalmente no Brasil (T18).

- Obviamente, um país que teve, em sua formação, a divisão de suas terras estabelecidas através de capitâneas hereditárias e sesmarias (T48).

- A razão de existência deste texto é absolutamente desprovida de qualquer caráter histórico ou filosófico (T48).

Como se observa, nos enunciados acima, os advérbios, tanto deixam entrever a posição do autor da enunciação (T18 e T48), quanto estabelecem a divisão temporal entre a tensão e o relaxamento (T15).

7) A linguagem em situação de formalidade ou “a forma em que são apresentados os dados não se destina somente a produzir efeitos argumentativos relativos ao objeto do discurso; pode também oferecer um conjunto de características relativas à comunhão com o auditório” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 185). Observem-se alguns exemplos:

numa total regressão às comunidades mais primitivas, não podermos abolir o conceito brutal de propriedade (T11).

Além disso, o que mais flagela é que esta realidade alcançou as fronteiras da globalização (T14).

Tomemos como exemplo o Brasil. É ridículo e inconcebível que num país de dimensões territoriais abissais, haja um grupo como o MST (T17).

E é nesse contexto que se insere a gênese da tão propalada desigualdade que campeia à larga no país (T18).

O mundo do século XXI passa por um período de estagnação ou, segundo visões mais pessimistas, por um retrocesso em relação a distribuição de terra para a população (T45).

E suas pequenas propriedades fagocitadas pelos grandes latifúndios (T48)

desejo de propriedade é um atributo sine qua non de caracterização do homem (T50).

A linguagem empregada nos enunciados acima procura criar a imagem de credibilidade do ator da enunciação. Ela cria o simulacro de um enunciatário conhecedor do saber ensinado na escola.

8) Aspas - discurso relatado:

- Em todo e qualquer país, usa-se o mesmo argumento: “cheguei aqui, ocupei, comprei; portanto, a terra é de minha propriedade”. E a pergunta mais comum dentre os indignados é: “quem disse que isso garante o direito de ser dono da terra, ou algo que o valha?”. Como se vê, opiniões fortes, de um lado e de outro (T19).

“isto pertence a mim”. (T20).

Mesmo com milhares de hectares ainda enfrentamos os problemas da distribuição agrária em nosso país. O que nos encaixa no contexto de “país populoso, mas pouco povoado”. (T47)

“Que cada ser humano faça implodir seu desejo mais genuíno de posse! E assim ver-se-á tiranias desabando como castelos de areia”. Com palavras e expressões semelhantes a esta, La Boétie, um dos pais da tradição libertária, sistematizou sua filosofia política (T50).

Observa-se que, com o discurso relatado e com o uso das aspas, o enunciador estabelece vários sentidos ao texto, pois procura: a) instaurar a “verdade” por meio da palavra do *outro* (T19, T20); b) eximir-se da responsabilidade das afirmações, pois elas seriam atribuídas a outros (T47); c) criar o simulado de que a redação reproduz a fala de filósofos, tal como foi dita (T50).

9) Intertextualidade

A intertextualidade nas redações, dá-se apenas por meio da alusão ou da citação do texto do outro. O enunciador procura, então, aproximar-se dos textos apresentados pela banca do vestibular e, às vezes, reproduzi-los literalmente. O ator da enunciação acredita construir, com esse recurso, uma redação que, por retomar os textos apresentados, seria mais verdadeira, visto que os valores da retomada discursiva estariam em conjunção com os da banca do vestibular. Trata-se de argumentos de autoridade.

Os limites da “terra”, que é meu “corpo”. (T43).

É neste sentido que vergonhosamente obras como Morte e vida severina, de João Cabral de Melo Neto, permanecem atuais (T50).

Já Saulo Coimbra mostra uma visão mais detalhada e menos pessoal de propriedade (T19).

Encontramos, Rubem Alves, filósofo e escritor que, em Tempus Fugit, registra argumentos um tanto “metafísicos” para reconhecer a sua busca pela propriedade, por mais limitada que ela seja” (T50).

10) O Argumento por exemplificação, que é usado para “fundamentar a regra” (PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.407) pode ser observado nos enunciados abaixo:

Embora o Brasil não tenha uma densidade demográfica muito menor que a do Japão, lá, na Terra do Sol nascente, eles há muito tempo já perceberam os limites físicos de um país, e puseram-se no encalço de uma solução. Tentaram fazer uma expansão territorial, o que os tornou protagonistas da 2ª. Guerra Mundial. Mas em meados do século XX, com a Revolução Meiji, encontram a solução: a Reforma Agrária. E num país minúsculo e quase tão populoso como o Brasil, quase não há pessoas que dormem em baixo de pontes (T17).

A propriedade privada é uma realidade mundial. Após a queda do muro de Berlim simbolizando o fim da URSS e consequentemente a vitória capitalista sobre o socialismo, a propriedade comunitária (característica socialista principalmente) deixou de ser uma alternativa para o processo econômico, passando a ser um método ultrapassado (T45).

O impulso à terra pode ser flagrado, por exemplo, em relações amorosas. Em meio às mais inocentes festas de aniversário de crianças, quando dois garotinhos disputam pelo melhor pedaço de bolo (T50).

Os sangrentos conflitos que permeiam a região palestina e outras regiões do globo que abrigam locais sagrados (T50).

Ao apresentar a argumentação por exemplos, o ator da enunciação deixa entrever um sujeito que compara o conflito da posse de terra a outros conflitos históricos e pessoais que ele conhece, tais como: *a revolução Meiji; os sangrentos conflitos palestinos; a queda do muro de Berlim; festas de aniversário*. Tal recurso revela a visão de que o mundo, para esse sujeito,

funciona sob a forma de paradigma, uma vez que é regido pelo regime do já visto, pelo já conhecido. Portanto, pode-se depreender um sujeito da enunciação que crê que os homens, suas ações e suas paixões são sempre os mesmos. Desse modo, ele procura construir a argumentação tendo como base um círculo vicioso para o qual há poucas soluções.

Além disso, ao citar tantos conflitos históricos, o enunciador das redações procura construir-se como conhecedor do mundo, como um *étos* qualificado. Assim pode-se entrever a construção da imagem de um enunciatário que valoriza pertinente a apresentação desse tipo de informações.

Além dos recursos da sintaxe discursiva, observa-se que, para compor o tema da propriedade, o enunciador das redações explora várias figuras.

As figuras recobrem os percursos temáticos que procuram construir a imagem de uma sociedade dividida, tal foi descrito no texto-base. Há, nas retomadas discursivas, a recorrência de traços semânticos de exclusão que permitem a organização da leitura da isotopia dos destituídos, figurativizados em: *trabalhadores, pessoas, brasileiros, gente humilde, massa trabalhadora, multidão de injustiçados, centenas de marginalizados, pobres, sem terra, acampamento dos sem-terra*; leitura que se contrapõe à da fartura: *da elite, dos mais abastados, dos proprietários, dos latifundiários, dos donos*. A divisão é figurativizada por: *cercas, fronteiras*.

Aplicando os conceitos de Fontanille e Zilberberg (2001), quanto às operações axiológicas *tônicas* vs *átonas*, vê-se que os sujeitos concentradores dos bens de consumo são reconhecidos pela presença de bens e pelo raro, como no caso de: *elite, mais e proprietários*. Já os destituídos são reconhecidos pela ausência de bens e pela quantidade, como em: *sem-terra, multidão, massa, gente e pessoas*.

Essa oposição, entre *possuidores* vs *destituídos*, pressupõe o modo de presença do ator da enunciação. Essa presença pode ser percebida considerando-se: a) o centro dêitico:

harmonia vs. desarmonia; b) a extensão do bem estar e da harmonia, presentes na *anterioridade vs. intensidade*; c) a concentração dos bens na sociedade contemporânea.

O vestibulando procura apresentar um narrador que recusa a dominação de um sujeito sobre o outro, ao criar o simulacro daquele que denuncia essa dominação. Pode-se observar esse posicionamento do candidato, por meio do investimento temático e figurativo que se materializa na redação.

Além desses percursos, as figuras determinam que a divisão ocorre por tensões entre sujeitos e, por isso, há as figuras *do corpo, da pele e da morte* recobrando o tema do ser humano, do cidadão e do homem que vive em sociedade. Há, também, para figurativizar o querer intenso, a figura recorrente do *sistema capitalista*:

A exclusão da população das riquezas do país causa o desemprego (necessário para manter a economia de mercado capitalista) (T14).

Seu litimi primário dá-se pela pele, que é sua cerca, e posteriormente vem a roupa e a casa. (T43).

Outras figuras constantes são a dos *administradores e dos políticos, proprietários* sempre como coadjuvantes na construção de uma sociedade que concentra capital.

Alves é um escritor que se assemelha a um político, pois exaltou as vantagens e necessidades da propriedade e foi superficial falando das desvantagens, ignorando-as (T19).

Proprietários estes que por terem tantas posses e tanto para fazer, acabam deixando parte dessas terras abandonadas (T20).

Por fim, para tematizar o lugar das tensões, as figuras espaciais recorrentes são: *mundo, sociedade, cultura, país, Brasil, propriedade e terras:*

Um dos graves problemas que leva o Brasil a ser um país de terceiro mundo
(T12)

Vivemos em um mundo em que a necessidade de possuir de ter é muito valorizada
(T13).

A propriedade privada é uma realidade (T45).

Dentro da coerção de gênero e diante de uma proposta de redação polêmica, o vestibulando deve abordar alguns temas, como:

- necessidade de terras;
- consumismo exagerado;
- desejo do homem de tudo possuir;
- consequências da ganância do homem;
- exclusão social;
- conflitos pela terra;
- terras como subsistência;
- terras como fonte de lucros;

- propriedade como divisão social;
- sociedade capitalista: valores sócios econômicos.

Cabe ressaltar que, algumas redações trazem uma figurativização diferente. Como T47, cujas figuras são: *expansão marítima, nativos, belas praias e palmeiras, natureza esplêndida*. Figuras essas, que recobrem o tema do descobrimento do Brasil, enquanto descobrimento do paraíso terreal. Observem-se alguns trechos de T47, que comprovam as afirmações feitas:

No início do século XVI mais uma porção de terra era descoberta pelos precursores da expansão marítima, os portugueses por volta de 1500 “acharam” um imenso território que abrigava nativos “com suas vergonha de fora”, uma natureza esplêndida e diversa, belas praias e palmeiras, onde canta o sabiá (T47).

Tratava-se, então, de uma considerável porção territorial, no entanto, a economia e consequentemente, a população concentram-se no litoral. Sob ameaças de invasões, ou seja, por receio de perder as terras, houve uma tentativa de ocupar o norte do país (T47).

Além disso, T50 explora as seguintes figuras: *castelo de areia, cadeias, monarca, franceses, marido, esposa, comandante mor, tiranos*. Tais figuras recobrem o tema da opressão, ou seja, para buscar construir um sentido de verdade, T50 exemplifica outras relações de poder que existem na sociedade, e não só à que se refere ao tema agrário:

O impulso à posse pode ser flagrado, por exemplo, em relações amorosas. Em meio às mais inocentes festas de aniversários de crianças, quando dois garotinhos disputam pelo melhor pedaço do bolo. Em meio à própria comunidade científica: lamentáveis são os casos de

grandes cérebros que, a despeito de seu potencial, centram-se em trapaças rumo a status acadêmicos...(T50)

Outras redações expandem as figuras, como T41, que compara as *cercas* aos *condomínios fechados*. Tem-se, também T48, que figurativiza a *corrupção nos cartórios, em escrituras falsas, na carência de fiscalização*. Já, em T46, as figuras procuram instaurar a revolta no enunciatório, examinador, com: *filhos morrem, comem farofa ou palmeira*.

Cercando territórios não só registra-se aquele pedaço de terra como posse, mas também protege-se o espaço daqueles que não tiveram acesso às tão faladas propriedades. Condomínios fechados, por exemplo, ao tentarem proteger suas posses do resto do mundo, os proprietários submetem-se ao cárcere de seus próprios muros (T41).

A população vive em situação precária, para sobreviver muitas comem farofa ou palmeiras, seus filhos morrem devido a baixa nutrição (T46).

A corrupção nos cartórios facilita a obtenção de escrituras falsas, e a carência de uma fiscalização intensifica o problema. Cabe ainda citar as raras e ineficazes punições à grilagem (T48).

Para criar o efeito de verdade, o enunciador, vestibulando, procura estruturar os temas em parágrafos e costurá-los com uma coesão tipicamente escolar. Desse modo observa-se, novamente, um diálogo com as regras escolares. Há casos, em que o candidato abre mão de ser o autor do texto para ser, apenas, um reproduzidor de “dicas” escolares de como se escrever uma redação, como se observa em T16 e T43:

Outro aspecto que pode-se citar é o desejo de possuir uma propriedade e ser chamado de proprietários pelas pessoas ao nosso redor. A propriedade é o bem mais essencial pois com

ele, não há necessidade de nada. Porém esse desejo, muitas vezes faz com que nos tornemos propriedade de nossos próprios desejos (T16).

Outro aspecto que também é possível observar-se é a necessidade de possuir uma propriedade, nem que fosse um pequeno espaço de terra, para que as necessidades humanas de cada um possam ser supridas através do trabalho (T16).

Já no texto II, a terra é retratada como propriedade e poder, desejada pelo homem, esta pode adquirir um caráter de pura necessidade ou, até um luxo, uma exautação ao latifúndio. Esta é tomada como algo a possuir, mas, que em determinado momento exerce em nós o poder inverso: passamos então a sermos possuídos por ela (T43).

A terra pode também ser interpretada como o “fim” que cabe a todos nós, é essa a leitura dada pelo texto III, onde a terra é a cova que nos é dada por direito, não há aqui nenhuma conotação de “espaço corporal” e nem mesmo como, propriedade necessária para a sobrevivência. (T43).

Alguns conectores recorrentes são: *este; enquanto; mas; porém; todavia; contudo; no entanto; entretanto; nesse contexto; pois; enfim; portanto; com efeito; logo; desde; como é possível perceber; a partir dos exemplos citados; em virtude dos fatos mencionados; feitos esses breves comentários; por esses e outros motivos; outro aspecto; pode-se citar; um exemplo típico; tomemos como exemplo; um exemplo; assim; talvez; é claro; já; cabe ainda citar; com isso; então.*

Ainda coerente com o gênero, o enunciador das retomadas discursivas instaura a debreagem enunciativa e o tempo verbal do presente. Desse modo, ele emprega os tempos do pretérito, apenas, para instaurar a distensão e a conjunção do sujeito e seu objeto. Já os tempos verbais do futuro são empregados para resolver a falta.

Com o percurso temporal, as retomadas discursivas instauraram a tensão, uma vez que, nas redações, como descrito no nível narrativo, utiliza-se de um marco temporal pontual para indicar a transferência do objeto de valor, como em: *este deixou de ser nômade* (T15); *quando um indivíduo cercou um pedaço de* (T18); *quando algumas pessoas passaram a nomear objeto* (T11).

Sintetizando o percurso temporal da totalidade interpretativa, tem-se o “hoje”, o “atualmente”, concomitantes ao “agora” da enunciação, marcados pela tensão e pelo aspecto contínuo e durativo. A transferência do objeto de valor, por sua vez, é recorrentemente, descrita como pontual. Já os verbos, em anterioridade com o “agora” da enunciação, constroem a imagem da harmonia antes da divisão da humanidade; quando imperava, segundo uma parcela significativa das redações, a coletividade.

Visualiza-se que o querer intenso é um traço incoativo em que, temporalmente, inicia-se a transformação da junção. O poder indica as consequências desse querer intenso e, por fim, o saber mostra as possíveis soluções para a falta.

Com o percurso temporal, as retomadas discursivas valorizam crenças, instauradas pela tradição, pois descrevem uma sociedade em que os valores podem e devem ser extensos. Com isso, o enunciador procura intensificar a verdade apresentada nas redações e apresentar um discurso homogêneo, ordenado e transparente.

Para fazer crer, o enunciador explora diversos marcos temporais históricos, pois, desse modo, o enunciatário consegue reconhecer, tanto o mundo, quanto julgar o conhecimento do enunciador. Diante disso, os marcos históricos, descritos nas retomadas discursivas, constroem uma impressão de verdade. Vejam-se alguns exemplos:

após a queda do muro de Berlim (T45);

Revolução Industrial (T11);

início do século XVI (T47).

Além disso, para descrever a tensão atual, há os tempos verbais de aspecto contínuo, como em:

há quase dois milênios (T19);

vivemos em um mundo em que a necessidade de possuir de ter é muito valorizada (T13);

atualmente vivemos em meio a uma economia capitalista (T14).

Limite e limiar; concentração e diluição; tensão e distensão: são conceitos que, ao serem contrapostos, marcam o conflito descrito pelos enunciadores, criando o simulacro do espaço tópico em crise.

Esse espaço tópico é a *sociedade atual, o Brasil, o acampamento dos sem terra, o país*. Para evidenciar a distensão, o espaço heterotópico é sistematizado nas *civilizações mais antigas, primitivas*. Já, o “aqui” do narrador é descrito pelas tensões, pelo lugar de conflitos.

Pode-se comparar a descrição histórica construída pelo vestibulando, no nível da percepção, a uma câmera cinematográfica, que se afasta dos fatos e os “filma” do alto. Desse modo, a câmera passa mais rápido pela distensão, aproximando-se da tensão.

Tal postura de afastamento permite verificar a percepção do espaço *alto/baixo*, bem como, a voz, o corpo e o caráter do vestibulando; não o vestibulando de carne e osso, mas o que é depreendido pelo modo de dizer. Depreende-se uma voz que fala do alto, um corpo ereto, um caráter que quer se construir pela justiça, uma vez que: procura a defesa dos excluídos; propõe a necessidade de mudanças; procura construir uma análise histórica; cita filósofos; usa a linguagem em situação de formalidade e emprega os recursos argumentativos.

No entanto, as mudanças propostas pelo enunciador devem ser feitas dentro de um sistema, do qual o enunciador faz parte e o perpetua. Emerge dessa postura, o *éthos* da justa medida, pois, nas redações, aceitam-se as divisões sociais e acredita-se no sistema para corrigi-las; ou então descreve-se a impotência para a erradicação das desigualdades sociais.

O espaço lingüístico é expresso, nos enunciados das redações, mediante a utilização de adjuntos adverbiais de lugar: *civilizações antigas, das terras, da casa, da zona rural, do norte*. Esse espaço é descrito como distenso, como o lugar da necessidade e da sobrevivência: *alimento, imenso território, belas praias, coletivas, suprir necessidade, não era poder, mas sobrevivência, união, terras abundantes, criação de animais*.

Já o espaço sistematizado em: *nas civilizações atuais; cova; Brasil; acampamentos dos sem terra; pobreza; América Latina; EUA; favelas; centros urbanos; terra; casa; mundo capitalista; em nosso país; São Paulo*; é o lugar da tensão e dos conflitos.

Outro espaço, recorrente nas retomadas discursivas, é a *propriedade*, descrito como causa da privação, uma vez que é o lugar do lucro. Há, em muitas redações, a extensão do espaço da propriedade do Brasil para: *ao mundo, como EUA, Portugal Espanha França México Império Romano, URSS, Japão, América Central, mundo do séc. XXI, modelo asiático, em todo e qualquer país, violência*.

A *propriedade*, definida de acordo com os interesses do enunciador, o redator da redação, é, portanto, apontada como causa: *da pobreza; da divisão; da injustiça; do lucro; do homem ser o único dono; das vastas propriedades improdutivas; dos sem terra; dos marginalizados; lugar de reprodução da sociedade opressora*. Busca-se, com o espaço da *propriedade*, configurar o lugar *do lucro, da ascensão, do poder*. Lugar este, marcado *pela corrupção, pelas explorações, pelas hierarquias, pela opressão, pela sociedade discriminatória, pela estagnação, pelo retrocesso, pelo negativo*.

Outros espaços tensos, citados pelos enunciadores, são: *Acre; São Paulo; zona da Mata; nordeste brasileiro; cartórios; festas de aniversários; sangrentos conflitos; região palestina; cárceres*.

Em, T41, há o espaço interno, que seria o das idéias, o da educação:

Todos protegem casas, mas poucos preocupam-se em proteger algo mais valioso como idéias, conceitos e opiniões: algo que nunca nos deveria ser roubado. Talvez essa seja a propriedade que através de boa instrução, é a mais difícil de nos ser tirada.

Observa-se, por fim, na categoria *concomitância* vs. *não-concomitância*, articulada em *anterioridade* vs. *posterioridade*, que o vestibulando remete a *não-concomitância* e a *anterioridade* ao relaxamento; já, a *posterioridade* e a *não-concomitância* marcam a resolução

da falta. Por fim, a concomitância com o “aqui” e com o “agora” da enunciação marcam o conflito e a tensão.

Ao instaurar um tempo e um espaço definidos, o vestibulando constrói um modo de presença no mundo, dado pela ordem da estaticidade. Tal estaticidade, que reproduz uma ideologia, produz o simulacro de um mundo de lugares determinados, definidos e difíceis de serem mudados.

2.4 *Éthos* do vestibulando

Por meio da análise da totalidade das retomadas discursivas, depreende-se o *éthos* do vestibulando, não um *éthos* individual, mas a imagem de enunciador da totalidade discursiva. Desse modo, o enunciador das redações constitui-se como um *éthos*, que tem relação com um texto-fonte e que é erigido a partir de um gênero.

Por meio do percurso gerativo de sentido, pôde-se descrever como o vestibulando procura construir o mundo natural, enquanto pretensamente transparente e naturalmente dividido, e supõe uma determinação acabada nas divisões sociais. Diante desse modo de conceber o mundo, o candidato reproduz a identidade daquele que acredita na completude do ser humano, apenas por meio de um Estado provedor, ou por meio de uma sociedade que irá aprender com seus erros.

Cabe lembrar que o texto-base constrói a imagem de um enunciatário capaz de: a) ler implícitos e de garimpar os enunciados apresentados em busca dos sentidos imanentes; b) desembocar nas paixões da revolta, da inquietude e da frustração. O *éthos* do vestibulando, por sua vez, apresenta-se como um *éthos* responsivo, que quer dialogar com a imagem do enunciatário inscrita no texto institucional. O vestibulando perscruta, portanto, o que o enunciador da proposta quer ver materializado na redação.

Nessa perspectiva, diante da descrição dos enunciados que fazem emergir as imagens construídas pelo vestibulando, o conhecimento prévio do candidato, o que inclui as coerções do gênero; pode-se afirmar que as retomadas discursivas remetem ao modo recorrente de ser do sujeito linguageiro, que corresponde ao *éthos* das totalidades das redações: um *éthos* da justa medida. A *justa medida* sustenta-se por meio do exame: a) da eleição ou rejeição de determinados valores, aos quais o vestibulando aderiu ou afastou-se, como: necessidade de conjunção com bens de produção; sociedade naturalmente dividida; todos são movidos pelo

querer intenso e pelo consumismo; não há como transformar a sociedade; a mudança social deve seguir as imposições do Estado; b) a moralização presente na necessidade de limites; c) a inclinação por certas práticas sociais como: criticar a elite; defender os menos favorecidos; dividir, de modo maniqueísta, a sociedade.

Tais atitudes revelam-se um meio de conquistar adesão e não necessariamente um comprometimento social. Desse modo, o candidato procura mostrar o que entendeu do texto e formular uma redação que seja sancionada positivamente em situação de vestibular.

UNUS

Partindo do princípio de que o *unus* (unidade integral) remete ao *totus* (totalidade integral), nesse momento será feito o exame integral de duas redações para a análise do *éthos*. As redações foram escolhidas de acordo com as recorrências depreendidas em relação ao *éthos*. Desse modo, pretende-se analisar:

Tipo I – Redações em que se depreende um *éthos* crítico.

Tipo II - Redações em que se depreende um *éthos* dissimulado.

2.5 ANÁLISE DE UMA NARRATIVA DO TIPO I

Tem-se abaixo a reprodução do texto T18:

Chance de Mudança

Rousseau afirmou que a origem da desigualdade entre os homens originou-se com o advento da propriedade. Quando um indivíduo cercou um pedaço de terra e disse: “isto é meu”, e encontrou pessoas suficientemente simplórias para aceitar, originou-se a propriedade.

Não obstante, sabe-se que os frutos da terra são de todos e que a terra não pertence a ninguém. Lamentavelmente, não é esse pensamento que permeia a sociedade, principalmente no Brasil. Esse país ainda possui uma mentalidade retrógrada e escravocrata, em que poder é sinônimo de dinheiro e grande propriedade. E é nesse contexto que se insere a gênese da tão propalada desigualdade que campeia à larga no país.

Platão, em sua época, já afirmava que “a pobreza dos homens resulta do aumento de seus desejos, e não da diminuição de suas posses”. Parece que esse pensamento está mais atual que nunca. Porquanto o homem deseja acumular cada vez mais riquezas, propriedades, bens, muito além de suas necessidades de sobrevivência. E são gritantes as consequências que, por conseguinte, se perfazem.

No Brasil, por exemplo, a elite e sua visão reacionária são as grandes responsáveis pela brutal concentração de terras no país. Como a propriedade confere status e poder às classes mais abastadas, essas últimas utilizam-se de sua posse de terras para subjugar a grande parcela de párias do país. Ademais, como fruto das disproporções entre ricos e a arraia-miúda, o Brasil situa-se em 6º. lugar no IDH e é amiúde, abalado pela pobreza abjeta.

Urge pois, uma mudança na visão de propriedade. Marx em sua célebre tese sobre Feuerbach, afirma que “os filósofos até hoje interpretaram o mundo de várias maneiras, chegou a hora de mudá-lo”. Um caminho poderia ser alicerçado em uma distribuição mais equânime de terras, ou seja, na reforma agrária. Esse caminho não é fácil, mas há sempre uma chance na sua tentativa.

Observa-se que foi usado como argumento, no primeiro parágrafo, um breve histórico sobre a posse de terra. No entanto, nota-se que o narrador, instaurado no enunciado pelo enunciador, vestibulando, já orienta sua argumentação por meio de nomes de prestígio:

Rousseau. Essa tendência para, astutamente, construir o simulacro de que os conceitos apresentados na redação considerada não são dele, narrador, mas de filósofos de prestígio, será mantida até o final da redação. Por meio de tal recurso já se depreende a imagem de um sujeito que procura ostentar um saber. Desse modo, mesmo frente ao cenário negativo que descreveu na narrativa, o narrador propõe como solução a reforma agrária.

Nível fundamental

No enunciado, as relações fundamentais de sentido podem ser observadas segundo a oposição básica: *natureza* vs. *cultura*. Entende-se a natureza como o domínio das pulsões individuais e a cultura como o domínio das coerções sociais. A redação considerada estabelece as seguintes relações:

Segundo o enunciado, o homem passa do estado natural, em que outro homem não *cercou um pedaço de terra*, para um estado de *posse de terra*. Por isso, pode-se representar, no quadrado semiótico, o percurso da *natureza* para a *cultura*.

O que é natural é dado na redação como da ordem da coletividade: *frutos da terra são de todos e não pertencem a ninguém*. Já o que é construção da cultura é dado como da ordem da individualidade, tal como: *brutal concentração de renda*. O enunciador designa como cultural a concentração de posses e as desproporções entre ricos e pobres.

Desse modo, os termos do quadrado são axiologizados do seguinte modo: *a divisão, a necessidade* e os *limites* são valores eufóricos; *a acumulação* e o *supérfluo*, por sua vez, são disfóricos.

O termo *igualdade* aparece como uma prescrição e, portanto, como uma injunção positiva; já *desigualdade* aparece como uma interdição, uma injunção negativa. *Não-igualdade* aparece como uma não-interdição, uma não injunção, e por fim, *não-desigualdade* aparece como uma prescrição, portanto, uma injunção.

A orientação fundamental do quadrado descreve o sujeito espoliador conjunto com o *querer intenso*, tematizado no *desejo de acumular, na desigualdade e na riqueza*. Já a *igualdade, o limite, a divisão, a necessidade e a sobrevivência* estão em conjunção com a apatia e são tematizados *na pobreza*.

O modo de axiologizar indica um sujeito que sanciona negativamente o discurso capitalista uma vez que, o capitalismo faz-se presente como feixe de valores da interdição, pela determinação de concentração do capital e dos lucros e das práticas de exclusão social. Já os valores da prescrição são pressupostos pelo caráter de divisão.

Nível narrativo

Nesta redação, o autor projeta no enunciado um sujeito que quer fazer crer que o objeto de valor buscado não é apenas a *propriedade*, mas o próprio desejo. Para tanto, o narrador, actante do enunciado, conta a história do homem e a relação deste com a *propriedade*.

Há uma mudança de estado, no início do primeiro parágrafo, no enunciado: *originou-se com o advento da propriedade*. E, tal mudança é extensa à sociedade contemporânea, uma vez que aqueles que foram desprovidos da *propriedade* não mais conseguiram a conjunção com objeto de valor. A tensão é definida pelas oposições: *conjunção* vs. *não conjunção*.

Semanticamente, o objeto *terra* está investido dos valores de *sobrevivência*, *abrigo*, *proteção*, *igualdade social*, *identidade* e, principalmente, de *harmonia com o meio*. Ao se observarem os enunciados de estado e os enunciados de fazer, pressupõe-se que naqueles, os homens estavam em conjunção com a *liberdade*, *com a coletividade*. Já nos enunciados de fazer, há uma transformação gerada pelo sujeito *indivíduo* que *cerca terras* e *separa os homens*. Essa separação entre homens instaura a tensão intersubjetiva e tem-se o programa narrativo de base:

PN de base: $F(\text{desejo}) \rightarrow [S_1 \rightarrow (S_2 \cup O_v)]$

S_1 = sujeito “indivíduos”

S_2 = sujeito “simplórios”

Sabe-se que os programas narrativos projetam sempre um programa correlato. Nessa redação, enquanto o *indivíduo* adquire um valor, outro sujeito *as pessoas simplórias* é espoliado dele. A ação do *indivíduo* é enfatizada e a dos *simplórios* é quase ocultada.

O programa narrativo de competência é pressuposto, pois não se descreve como o sujeito *indivíduo* tornou-se competente para adquirir o objeto de valor. Valoriza-se, por sua vez, o programa de *performance* em que o sujeito *indivíduo* apropria-se do objeto de valor *terra* e, ainda, expande seu próprio poder, pois, apresenta ‘status’, *subjuga a arraia-miúda*.

A manipulação é feita por intimidação, uma vez que o anti-sujeito *indivíduo* intimida pelo falar imperativo: *isto é meu*; por submeter os sujeitos *simplórios*: *subjugar a arraia-miúda*. A manipulação é bem sucedida, pois sugere que o sujeito *simplório* crê na punição, por isso está emudecido na narrativa.

Por fim, o narrador impõe uma sanção negativa àqueles que interpretarem, como corretos, os valores do sujeito *elite*: *fazem parte de um grupo que procura acumular cada vez mais, serem os causadores das disproporções entre ricos e pobres*.

Para conseguir um julgamento positivo, o enunciador da retomada discursiva procura manipular o enunciatário, ou seja, o examinador. Um recurso para isso é despertar efeitos passionais. Para construir esses efeitos o narrador, instaurado no enunciado, mostra que o sujeito *indivíduo* é movido pelo desejo ou pela ambição; e deixa pressuposto que o sujeito *simplório* é movido pelo medo.

Observando a redação, nota-se que há um estado inicial de relaxamento, quando não havia desigualdade ou divisão da propriedade. A cobiça e o desejo fazem a transformação e criam um estado de tensão, que se expande, nos enunciados, para a discursivização da sociedade contemporânea. Tal cobiça evolui para criar a frustração como em: *gritantes as conseqüências*. Instaura-se, assim, o sentimento da falta, uma vez que a sociedade encontra-se em uma situação insustentável – *amiúde abalado pela pobreza abjeta*. A falta detectada no sujeito espoliado remete a paixões, como a insatisfação na enunciação.

Para reparar a falta, o narrador é movido por um *querer - fazer*, que se manifesta com a possibilidade de acabar com a injusta distribuição de terras: *um caminho poderia ser alicerçado em uma distribuição mais equânime de terra, ou seja, na reforma agrária.*

Além de qualificar-se pelo *querer-fazer*, o narrador qualifica-se pelo *poder-fazer*, ao propor a reforma agrária. Imprime-se em T18 um tom revoltado, por meio do qual rejeitam-se os valores de uma *elite*, descrita como: *mentalidade retrógrada e escravocrata*. No entanto, o narrador não rejeita o sistema de que faz parte e em que permanece; ele acredita nesse sistema, por ver nele uma chance de conseguir a conjunção com os valores espoliados: *mas há sempre uma chance na sua tentativa.*

Nível discursivo

Nesta redação, o enunciador instaura a debreagem actancial enunciva, com o uso da não-pessoa, para ser coerente com a coerção do gênero, construindo um *éthos* que enuncia verdades lógicas e não pareceres subjetivos.

No primeiro parágrafo, na introdução, há uma retrospectiva histórica, com o uso da debreagem temporal enunciva e dos verbos em anterioridade ao marco referencial presente. Com o marco temporal, procura-se criar a ilusão de que os fatos contados são “coisas ocorridas”, de que o discurso copia o real (Cf. BARROS, 2005, p. 59).

Com os verbos, *originou-se*, *cercou* e *encontrou*, todos concomitantes com o marco referencial pretérito, há um contraponto entre o conceito de terra, como era antigamente, e como esse conceito é “agora”, nas sociedades tensas.

No terceiro parágrafo, o marco referencial *em sua época* é concomitante com a anterioridade do verbo *afirmava*, de aspecto durativo, uma vez que reproduzem-se, no texto, quais eram os conceitos sempre afirmados por *Platão*.

A partir do segundo parágrafo, há uma debreagem temporal enunciativa, concomitante com o “agora” da sociedade moderna. O uso dos verbos no presente colabora para criar o efeito de um sujeito que tudo sabe. Esse sujeito enumera esses saberes com os verbos atemporais presentes em: *permeia, possui, insere, parece, são, confere, afirma*.

O enunciador procura criar o simulacro de objetividade com os tempos verbais. Além disso, quer mostrar uma verdade ilimitada e parecer ser “dono da verdade”, uma vez que instaura, na cursividade do discurso, uma pontualidade na transferência do objeto de valor e um duratividade nas conseqüências dessa transferência. Por meio do percurso temporal, pode-se observar como o narrador instaura, no enunciado, um sujeito espoliador que transforma a narrativa e que usufrui dessa transformação.

Na redação, nota-se que o observador apreende o mundo segundo um andamento, imposto à narrativa da seguinte maneira: mais lento para a atualidade, mais rápido para a *anterioridade* e para *posterioridade* (Cf. RAMOS-SILVA, 2007, p. 37). Com isso, vêem-se menos contornos no percurso de aquisição do objeto de valor e na resolução da falta. Da axiologização, entre *mais lento* vs. *menos lento*, depreende-se um sujeito que intensifica as conseqüências da *perfômance*, criando o efeito de maior profundidade. No entanto, esse sujeito dilui o percurso da transferência do objeto de valor e dilui as soluções para a resolução da falta. Salientam-se, portanto, as conseqüências negativas do conflito, causado pela posse da terra, e deixa-se em segundo plano o fazer e como reverter a situação. Para deixar mais claras tais constatações, observe-se o gráfico:

Esmiuçando o gráfico, tem-se, inicialmente, um sujeito distendido, em harmonia com o meio. No entanto, diante de um fato pontual “*isto é meu*”, que quebra esse contínuo, cria-se uma descontinuidade, em que se notam os modos de presença, tanto do sujeito da anterioridade, quanto da atualidade.

Diante dessa oposição, entre *anterioridade* vs. *atualidade*, observam-se os sistemas ordenados na *anterioridade*, o sistema de *participação*. O valor que prevalece é do universo, da circulação extensiva de bens, da mistura entre os grupos, como se observa em: *frutos da terra são de todos*. Já na posterioridade, os valores do absoluto imperam, pois são modalizados pelo alto grau de intensidade do querer. Esse alto grau de intensidade leva: ao fechamento dos grupos; à concentração dos *frutos da terra*; a nítidas fronteiras de separação; à triagem, tanto dos sujeitos que fazem parte do poder, quanto dos que são excluídos. Pode-se visualizar a oposição descrita, no gráfico abaixo:

Depreende-se do gráfico, um ator de enunciação que quer se constituir pela conjunção com os valores do universo e pela abertura dos bens de produção. Para tanto, acusa os causadores da concentração de renda: *a elite e sua visão reacionária são as grandes responsáveis pela brutal concentração de terras no país.*

Além disso, há uma expansão figurativa que remete a uma expansão temática, com a qual se depreende uma percepção mais lenta do sujeito em relação ao mundo. Desse modo, observa-se a expansão dos lexemas que foram apresentados no parágrafo introdutório: *indivíduo*, *pessoas simplórias*. Por conseguinte, observa-se que, no transcorrer da narrativa, há uma expansão do lexema *pessoas simplórias*, para *parcela de párias do país* e *arraia miúda*. Já o lexema *indivíduo*, anti-sujeito de *simplórios*, na redação, é, no tempo do “agora”, concentrado no lexema *elite*, e descrito como: sujeitos de *mentalidade retrógrada e escravocrata*.

Enquanto a *elite* é marcada pelo sema *mais*: /mais propriedade/; /mais desejo/; /mais riqueza/; /propriedades/; /bens/; /mais poder/; /mais abastadas/; os *simplórios* apresentam a ausência de marcas, pois são descritos como: /pobres/; /párias/; /arraia-miúda/; /pobreza abjeta/.

Com esse recurso, o ator da enunciação determina dois pólos: *o pólo dos mais abastados* vs. *o pólo dos menos abastados*. Como a axiologia, entre *marcado* vs. *não marcado*, o ator *elite* é descrito como o causador da miséria e da concentração de terras e marcado pelo *status* e pelo *poder*, enfim, pelo *ter*. Já o ator *pessoas simplórias* é marcado pela ausência de *status* e de poder; sendo marcado, enfim, pelo *não ter*.

Nessa redação analisada, querer é um traço incoativo em que, temporalmente, inicia-se a transformação da junção: *isto é meu*. Já o *poder* indica as conseqüências desse querer intenso: *gênese da tão propalada desigualdade; brutal concentração de rendas. O saber, por*

fim, mostra as possíveis soluções para a falta: *distribuição mais equânime de terras, ou seja, na reforma agrária.*

Com o percurso temporal, o ator da enunciação valoriza crenças, instauradas pela tradição, pois descreve uma sociedade em que os valores podem e devem ser extensos, sancionando negativamente os que são modalizados pelo querer intenso. Com isso, o enunciador procura densificar a verdade apresentada na redação.

Por meio da sanção negativa, o ator da enunciação quer construir a imagem de quem está em conjunção com os valores do universo e, para tanto, constrói uma narrativa do restabelecimento da ordem social. Dessa forma, ele propõe soluções dentro do mesmo sistema que acusa: *esse caminho não é fácil, mas há sempre uma chance na sua tentativa.*

Ao propor a solução, depreende-se o modo de presença do enunciador, como da *justa medida*, uma vez que tanto crê no Estado para acabar com a miséria, quanto exclui a possibilidade da classe menos favorecida efetuar a mudança social. Isso, pois, ao longo do texto, o ator *pessoas simplórias* é desqualificado, não apenas por ter sido emudecido na narrativa, ou por ser denominado como *pária* e por fazer parte da *pobreza abjeta*; mas por sua condição de herói vencido, intimidado e subjugado: *subjulgar* [sic] *a grande parcela de párias do país.*

Já na espacialização *alto/baixo*, há uma voz que fala do alto: o olhar vem do topo para baixo, com um enunciador que quer evidenciar seu saber. Para tanto, constrói um discurso acusatório. Para que obtenha êxito no julgamento epistêmico, o enunciador utiliza-se dos seguintes mecanismos de persuasão: é crítico ao analisar a sociedade, citar os filósofos e usar da norma culta em situação de formalidade.

Na sintaxe discursiva observam-se os seguintes recursos para a redação parecer verdadeira:

1) Dentre os argumentos baseados na estrutura do real, pode-se destacar o argumento pragmático, descrito por Perelman e Tyteca (2002) como “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.303). Com o emprego desse argumento, cria-se um efeito de sentido de raciocínio lógico, de um enunciador que entende e analisa os problemas sociais.

Causa - o homem deseja acumular cada vez mais riquezas, propriedades, bens, muito além de suas necessidades de sobrevivência. Conseqüência - gritantes as conseqüências.

Causa - visão reacionária da elite. Conseqüência - Brutal concentração de terras no país.

Causa - Propriedade confere status. Conseqüência - utiliza a terra para subjugar grande parcela de párias do país.

2) O argumento de autoridade “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.348). Desse modo, o argumento de autoridade se insere entre outros acordos e quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras.

No entanto, Perelman e Tyteca (2002) assinalam que mesmo as palavras alheias, reproduzidas pelo enunciador, mudam de significação, pois quem as repete sempre toma para com elas uma posição, de certa maneira nova, ainda que seja pelo grau de importância que lhes concede.

Na redação estudada, o narrador busca se utilizar de vários nomes de prestígio, como: *Rousseau, Platão e Marx*. Com esse recurso, além de explorar as falas desses filósofos, deixa entrever o simulacro que constrói do um enunciatário-examinador, ou seja, como um sujeito que conhece e analisa a sociedade como os grandes filósofos conheciam e analisavam.

Rousseau afirmou que a origem da desigualdade entre os homens originou com o advento da propriedade.

Platão, em sua época, já afirmava que “a pobreza dos homens resulta do aumento de seus desejos, e não da diminuição de suas posses”.

Marx, em sua célebre tese sobre Feurbach, afirma que “os filósofos até hoje interpretaram o mundo de várias maneiras, chegou a hora de mudá-lo”.

Os recursos descritos em, 1 e 2 permitem construir um *éthos* que quer ser definido como competente e intelectual. O ator da enunciação não apenas traz o argumento de autoridade, enquanto efeito de objetividade, citando as falas com aspas para criar uma ilusão de integralidade; como também alia sua própria voz à dos filósofos.

3) Na redação analisada, observa-se que o vestibulando quer usar a “língua padrão”. Com isso, há uma conivência com o ouvinte, que também é construído por meio da imagem daquele que compartilha desse modo de se expressar (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 185). Desse modo, a linguagem utilizada reforça esse *éthos*, que busca credibilidade pela exploração dos recursos gramaticais, como: o uso dos adjetivos, do vocabulário mais elaborado, a apresentação de números. Tais recursos colaboram para a apresentação de um mundo pleno de certezas: 6º. lugar no IDH.

4) As aspas e as Orações Subordinadas Substantivas Objetivas Diretas foram utilizadas, para criar, no texto, um efeito de sentido de verdade, uma vez que seriam as falas “reais” do filósofo: *isto é meu; a pobreza dos homens resulta do aumento de seus desejos, e não da diminuição de suas posses; os filósofos até hoje interpretaram o mundo de várias maneiras, chegou a hora de mudá-lo.*

5) As Orações Subordinadas Substantivas Subjetivas colaboram para a objetividade, pois o sujeito não aparece explicitamente. Além disso, elas levam o enunciatório a acreditar que os enunciados são verdades do senso comum e não dele, enunciador: *sabe-se que os frutos da terra são de todos, e que a terra não pertence a ninguém. Parece que esse pensamento este mais atual que nunca.*

6) As Orações Subordinadas Adjetivas intercalam orações, exigindo um leitor atento. Elas criam o simulacro de um ator da enunciação competente, que enuncia verdades, memoriza máximas de filósofos e possui um vocabulário elaborado: *que permeia, em que poder é sinônimo de dinheiro, que se insere a gênese, que campeia a larga no país.*

7) Ao comparar o fato do Brasil ser a sexta economia com o grau de miséria existente no país, põe-se no topo a desigualdade social e desqualifica-se o Brasil. Dessa maneira, explora-se o argumento quase-lógico de comparação, uma vez que a idéia de medida está subjacente ao argumento (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.275). Ainda, de acordo com Perelman e Tyteca, “a escolha dos termos de comparação adaptados ao auditório pode ser um elemento essencial da eficácia de um argumento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.278).

8) Nota-se que a trajetória argumentativa empregada procura imprimir ao texto uma direção, de modo que as conseqüências do querer intenso sejam atribuídas ao ator do enunciado, a *elite*, como se observa nos enunciados: *brutal concentração de rendas; são gritantes as conseqüências que, por conseguinte, se perfazem.* Com isso, a redação considerada explora o argumento de direção baseado na estrutura do real. Esse argumento, “desperta o temor de que uma ação nos envolva num encadeamento de situações cujo desfecho se receia” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 327).

9) Com o argumento de superação, argumento baseado na estrutura do real, o ator da enunciação busca soluções para o tempo do futuro: *um caminho poderia ser alicerçado.* Com

esse argumento, enfatiza-se a direção que se imprime ao texto, ou seja, desvalorizar um estado, uma situação, com a qual poderia contentar-se, mas presume-se que um estado mais favorável possa proceder (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 327). A astúcia da enunciação está em atribuir a ele, narrador, a solução para o caminho a ser seguido: *uma distribuição mais equânime de terras*.

10) Ao fazer uso da estratégia retórica do ataque *ad hominem*, ao atacar a moral financeira da elite, o narrador coloca-se acima de qualquer suspeita. Com isso, busca diminuir a distância com o enunciatário para instaurar, em favor próprio, uma comunhão de pensamento que aproxima dos interlocutores (Cf. MEYER, 2007, p. 50).

11) A argumentação por hierarquia dupla é “fundada sobre as ligações de coexistência. Assim é que a hierarquia das pessoas acarreta uma hierarquização de seus sentimentos, de suas ações, de tudo que dela emana” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 387). Diante dessas afirmações, nota-se que a ganância e a ambição da elite são desvalorizadas; o afastamento do querer intenso, por sua vez, é valorizado. Como toda argumentação pressupõe acordos prévios, pode-se afirmar que o *páthos*, construído pelo ator da enunciação, também comunga desses mesmos valores que condenam o desejo intenso. Como o *páthos* é o duplo do *éthos*, observa-se que o enunciador de T18 constrói um antimodelo, a *elite*, ao apresentar de modo convencional e deliberado um comportamento que causa um efeito repulsivo (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 418).

12) O enunciador da proposta emprega astutamente a dissociação das noções, ao sancionar negativamente a classe mais abastada. No entanto, ao incorporar a linguagem de prestígio e a citação de filósofos, pode-se reconstruir um fiador que reproduz um falar da elite. Com a dissociação, T18 adquire consistência (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 469). Desse modo, a noção da pertencer a uma classe social mais alta e criticá-la, resolve-se pela dissociação entre elite detentora de terras e a necessidade de reforma agrária.

Além da argumentação, por meio do advérbio, *lamentavelmente*, pode-se perceber a posição do narrador que se coloca contra os que acreditam que os frutos da terra são de alguns, diferentemente, de uma sociedade opressora. Portanto, cria-se um efeito de sentido de que o narrador de T18 é equilibrado e está em conjunção com os que querem uma divisão equânime de terras e com os que acreditam que: *os frutos da terra são de todos e que a terra não pertence a ninguém. Lamentavelmente, não é esse pensamento que permeia a sociedade.*

Além dos recursos argumentativos, o narrador explora o uso de figuras que recobrem o tema da *propriedade*, como espaço da opressão e da injustiça, e procura ancorar o discurso em uma sociedade tensa e contemporânea. Para tanto, a redação vai iconizando o discurso para levar o enunciatário a reconhecer “imagens do mundo” e crer na “verdade” apresentada, como em: *dinheiro, bens, ricos, arraia-miúda.*

Há várias isotopias temático-figurativas espalhadas ao longo da redação, como: a) *frutos da terra* percorre o tema da coletividade; b) *riqueza, propriedade, bens*, recobre o tema da desigualdade, da concentração; c) *cercou* remete à necessidade do homem demarcar o que julga pertencer a ele, pois, este é movido pelo desejo e pela cobiça.

Com as isotopias temáticas fazem-se presentes, no texto, as seguintes relações:

- a) extensidade/intensidade;
- b) divisão/concentração;
- c) opressor/oprimido.

Éthos/páthos

A redação analisada é um exemplo de como o *unus* é responsivo ao texto-base e imprime a este uma visão própria, que remete a um modo de presença do sujeito. Nesta redação, observa-se a interpretação que o vestibulando constrói do enunciado da proposta: escrever um texto de sanção, criticar a elite, indignar-se contra a exclusão dos menos favorecidos. Portanto, um *éthos* convergente ao *páthos* inscrito na proposta institucional.

Observou-se que: a) o ator da enunciação é responsivo aos valores do texto-base, tais como: sancionar negativamente os sujeitos espoliadores, denunciar as conseqüências do querer intenso; b) o respeito às coerções do tipo textual dissertativo, ou seja, houve a disposição correta dos parágrafos: tese, argumentação, conclusão; a linguagem em situação de formalidade foi empregada; houve a argumentação lógica; empregaram-se os conectores coesivos; c) o ator da enunciação soube ler alguns implícitos, ao construir uma narrativa, em que as causas da desigualdade são atribuídas ao autoritarismo e à violência.

Essa última constatação é coerente, pois o percurso de leitura do texto-base apresenta, como pressuposto, a necessidade da mudança da divisão de terra. No entanto, cabe lembrar que o enunciador de T18, ao apresentar a origem violenta da propriedade, ele também deixou entrever o papel que atribui aos sujeitos desprovidos da terra, por ele descritos como *simplórios*. Ao descrever os sujeitos como *ingênuos*, *tolos*, revela-se o pressuposto de que o conflito de terras se dá não apenas, porque há um querer intenso ou porque há a violência, mas por haver submissão daqueles que não sabem como lutar pela terra.

Perante tais constatações, depreende-se o *éthos* desse enunciador como o *éthos* da justa medida, que se apresenta com um tom mais crítico e que quer construir-se pela denúncia, pois, embora descreva a elite e o sistema como retrógrados e excludentes, ainda acredita que a mudança só possa ocorrer dentro desse sistema. A solução apresentada pelo enunciador

revela, ainda, uma prática escolar que ensina os alunos a terminarem o texto com propostas e soluções, para serem, sancionados com boas notas.

Além de ser responsivo à proposta institucional, o ator da enunciação é também responsivo à instituição escolar. Observa-se, na linguagem, certo artificialismo no emprego da norma culta em situação de formalidade. Além disso, como foi descrito no percurso gerativo de sentido, o enunciador privilegia a fala de filósofos, tanto pelo prestígio social a eles conferido, quanto pela imagem que a citação de tais filósofos constrói dele, vestibulando. Tanto a imagem que constrói de si e para si mesmo, quanto a linguagem empregada deixam entrever uma prática escolar que privilegia o falar “difícil”, pois o associa ao falar “bem”.

Por fim, a sanção negativa, aliada à linguagem, às citações de filósofos e a conclusão apresentada pelo vestibulando, deixam entrever algumas práticas sociais, as quais o candidato assume. Tais recursos fazem emergir a perspectiva sob a qual o enunciador da redação constrói a si mesmo: analisar a sociedade e o conhecimento humano e, a partir deles, propor soluções para resgatar a dignidade da classe menos favorecida. Cabe lembrar que, tais conflitos devem, nessa redação, serem solucionados pela própria elite.

2.6 ANÁLISE DE UMA REDAÇÃO DO TIPO II

Reproduz-se abaixo uma redação do tipo II- (T15)

A posse da terra sempre esteve associada com a evolução do homem. Desde que este deixou de ser nômade e passou a se fixar num pedaço de terra (para plantar e colher seu próprio alimento), fronteiras foram estabelecidas, separando os homens de culturas diferentes.

Mas o problema surge quando homens pertencentes à mesma sociedade, de mesma cultura, se julgam superiores aos seus conterrâneos. Num mesmo espaço de terra, a fertilidade de solo pode variar. E aquele que possuir a parte mais fértil terá uma vantagem sobre o outro. Surgem, daí, as cercas, dando origem à fronteiras geográficas e, conseqüentemente, fronteiras sociais.

Inicia-se um ciclo vicioso e crescente. Como a natureza humana se baseia na competição intra-específica, os homens com melhores terras competem com os de piores terras quanto à produção de gêneros agrícolas. Os proprietários das piores terras não conseguem produzir tudo aquilo que necessitam (já que suas terras não são tão férteis), tendo que recorrer ao excedente gerado pelos proprietários das melhores terras. Gradativamente, aqueles começam a acumular dívidas, e a única maneira de saná-las é cedendo a terra que lhes pertencia à estes. Torna-se visível a concentração de terras nas mãos de poucos. E esse pedaço cedido de terras será utilizado pelo recém “senhor de terras” como área para pecuária extensiva ou como área para o plantio de gêneros agrícolas que o mercado exige, ele muitas vezes torna o solo fértil (por exemplo o plantio de cana para a obtenção do açúcar. Surgem o latifúndio improdutivo e o sem terra, que promovem a estagnação da economia. O latifúndio se produz, e em larga escala, o que gera lucro ao “senhor”, sendo, na

maioria das vezes, monocultores. E o sem-terra, como não produz, não comercializa, e não obtém dinheiro, impossibilitando-o de comprar produtos da indústria nacional. Conseqüências: recessão e movimentos pró-reforma agrária.

No Brasil, este ciclo dificilmente será quebrado, já que os grandes senhores de terra são, ao mesmo tempo, integrantes do senado brasileiro, e não aprovarão leis que diminuam ou que acabem com seu coronelismo .

Observa-se que foi usado no primeiro parágrafo como argumento, um breve histórico sobre a posse da terra, já orientado por figuras de generalidade do sentido: *o homem; fronteiras; culturas*. Essa tendência para a generalização será mantida até o final da redação, de onde se depreende a imagem de um sujeito que contempla o círculo vicioso da competição entre atores sociais.

Nível fundamental

No enunciado, as relações fundamentais do sentido podem ser observadas segundo a oposição básica: *natureza* vs. *cultura*. A redação considerada estabelece as relações demonstradas a seguir:

Segundo o enunciado, o homem evolui de um estado natural, *sem cercas*, para um estado de prioridade às *fronteiras geográficas* e *fronteiras sociais*. Por isso, fica representado no quadrado semiótico, o percurso do homem da *natureza* para a *cultura*.

O que é cultural, isto é, o que é construção da cultura, tal como a *competição entre os homens bem sucedidos e o os outros*, é dado na redação como da *natureza humana*. O enunciator da redação designa como natural a competição.

Nível narrativo

Iniciando a análise do nível narrativo, observam-se os enunciados de estado e os enunciados de fazer. Nos enunciados de estado, os *homens nômades* estavam em conjunção com a *liberdade*, com a *coletividade*, com os *alimentos*: valores que revestem o objeto, *terra*.

No enunciado de fazer, há uma transformação gerada pelo sujeito *homem* que estabelece *fronteiras*, fixa-se em um *pedaço de terra* e *separa* os homens de acordo com suas culturas.

Essa separação em culturas instaura a tensão intersubjetiva, que se acentua quando os homens de uma mesma cultura competem.

$F(\text{ambição}) \rightarrow [S_1 \rightarrow S_2 \cap O_v \text{ terra}) \rightarrow (S_2 \cup O_v \text{ terra})]$

S_1 = latifundiários

S_2 = pequenos proprietários

Na relação de imanência textual, isto é, da narratividade com o plano da expressão, ou seja, a textualização em parágrafos, observa-se a compactação de informações concretizadas em figuras que condensam a história da posse da terra, nos parágrafos de abertura e de encerramento. Essas figuras são: *terra*, *homens*, *nômade*, *alimento*, *fronteiras*, entre outras.

Diante do exposto, isto é, da concentração figurativa que remete à concentração temática, depreende-se uma percepção mais acelerada dos sujeitos em relação ao mundo construído pela linguagem. Por sua vez, o parágrafo que reúne figuras e temas, em liame entre a introdução e a conclusão, apresenta uma sequência mais lenta, no que diz respeito ao encadeamento figurativo e temático. A esse segmento textual reservam-se dezesseis linhas. Isso remete a um olhar mais pausado sobre o mundo, de modo a não perder detalhes.

Voltando à narratividade, destaca-se que, discursivamente, o *homem das piores terras* recupera o actante narrativo, que é um sujeito incompetente para a viabilização da posse da terra: ele não pode nem sabe interagir com a terra.

Como o *poder* e o *saber* são modalidades que constroem a competência, o sujeito, o narrador da redação, atribui o fracasso a um *não poder* e a um *não saber fazer*. Dessa incompetência pressuposta, com a negação de um *poder* e de um *saber* cultivar a terra, resulta também, o fracasso da própria política fundiária em que existem *grandes senhores de terra*,

que *integram o senado brasileiro*, e emperram a aprovação de leis que acabem com *seu coronelismo*.

Observa-se que o destinador-manipulador, *a sociedade*, manipula o sujeito *homem* por tentação, pois a ele são oferecidos valores positivos em troca de produção. O *homem* acredita na persuasão. No entanto, por ser modalizado pelo querer intenso, os *homens da melhores terras* querem entrar em conjunção com mais terras do que necessitam para sobreviver; e, para isso, manipulam o sujeito *homens das piores terras* por intimidação: se este não renunciar a terra, não terá como pagar as dívidas.

O sujeito *homens das piores terras* quebra o contrato ao não produzir, sendo punido com a disjunção com o objeto, *terra*. Já o sujeito *das melhores terras* cumpre o contrato, sendo recompensado, pragmaticamente, com mais terras e, cognitivamente, com prestígio, lucro.

Nas relações veridictórias, analisa-se se foram cumpridas as obrigações assumidas, se o narrador que parecia defender os excluídos, realmente o faz: *o problema surge quando os homens pertencentes à mesma sociedade, de mesma cultura, se julgam superiores aos seus conterrâneos*. No entanto, o enunciador vitimiza os *sem-terra*: *aqueles começam a acumular dívidas* e a ação inicial de defender, *aqueles que não têm a concentração de renda e que não se julgam superiores*, não se realiza. Realiza-se a desqualificação do grupo que possui as *terras não férteis*, já que são definidos como “sem terra” e descritos como: *promovem a estagnação da economia; não produzem; não comercializam; não obtêm dinheiro; não compram produtos da indústria nacional, (promovem) recessão*.

O percurso patêmico mostra, na introdução, um sujeito movido pela paixão simples da ambição, enquanto movido pelo querer intenso. Já, no desenvolvimento do texto, há a instauração da tensão, que evolui para a acomodação, uma vez que o narrador não descreve a revolta ou a indignação. Com esse percurso instaurado, tem-se o efeito de sentido de que a

transferência do objeto de valor é da ordem da serenidade e de que as consequências sociais negativas são causadas pelo sujeito espoliado.

Essa serenidade deixa entrever a visão de mundo do ator da enunciação, que descreve a divisão social como natural do ser humano, da sociedade. Com isso, o enunciador de T15 não culpa o homem por essa divisão injusta. Nota-se que nessa redação os homens acreditam serem produzidos pelas condições de existência social e não ser por elas responsáveis. Portanto, conforme indica Barros (2002) em seus estudos, o homem não se acha responsável pela “divisão da sociedade em classes e da luta classes, ou seja, da dominação e da exploração de uma classe sobre as outras” (BARROS, 2002, p. 149).

No percurso do destinador-julgador, encarnado na figura do narrador, a sanção é explícita. Os sem-terra querem a terra, mas não fazem parte do sistema capitalista, por não produzirem, não comercializarem, não comprarem, e, naturalmente, não pagarem impostos. Por todas essas ações, os sem-terra são sancionados negativamente, tanto porque é atribuída a eles a causa da recessão; quanto por não serem capazes de transformar a terra não-fértil em fértil.

Toda essa micro-narrativa, *de terras férteis e terras inférteis*, é uma construção do narrador para que se creia em uma imagem do mundo, ao modo dele. E, ao detalhar, com tantas minúcias, a transferência do objeto de valor, busca fazer o destinatário crer nos fatos, sem interpretá-los demais.

Nível discursivo

No nível discursivo, as figuras da terra são recorrentes, como se observa em: *terra; fertilidade do solo; parte mais fértil; cercas; melhores terras; piores terras; gêneros agrícolas; área de pecuária; área para o plantio de gêneros agrícolas; latifúndio*.

Com as figuras, observam-se as nítidas fronteiras do texto. De um lado, o tema dos *despossuídos* é concretizado em: *(donos) das piores terras; proprietários das piores terras*. Todas essas figuras são concentradas em um único lexema: *sem-terras*. Por outro lado, o tema dos *possuidores* é concretizado em: *aquele que possui parte mais fértil; homens com melhores terras; proprietários das melhores terras; senhor de terras; monocultores; senhores de terras*. E há uma concentração dessas figuras em: *integrantes do senado*.

Para o tema da *propriedade*, as figuras são muitas: *espaço de terra; fertilidade de solo; parte mais fértil; melhores terras; piores terras; melhores terras; terras; área de pecuária; plantio de gêneros agrícolas; solo fértil; plantio de cana; latifúndio*.

As fronteiras que separam os grupos sociais são concretizadas nas figuras: *cercas; fronteiras sociais*. Por fim, a concentração de rendas é apresentada pela figura: *nas mãos de poucos*.

No nível discursivo, além das figuras, o enunciador instala uma *debreagem actancial* enunciativa, com o uso da não-pessoa, como exige o gênero dissertativo. Nesta redação, a não-pessoa contribui para construir um *éthos* equilibrado e, aparentemente, frio, que se isenta das opiniões e procura analisar logicamente os problemas sociais, sem a subjetividade própria da *debreagem actancial* enunciativa.

Observa-se, também, que o enunciador instaura a *debreagem temporal* enunciativa no primeiro parágrafo, com os verbos no pretérito e em anterioridade com o marco temporal presente, *sempre*, como em: *esteve; passou; foram*. O advérbio *sempre* indica acontecimento

contínuo (Cf. FIORIN, 2005a, p.169). Essa continuidade causa um efeito de construção da verdade, ao indicar uma duratividade extensa e, por isso, difícil de ser revertida.

Ainda no primeiro parágrafo, a conjunção de aspecto incoativo, *desde que*, determina o início de um processo, de um ponto de vista retrospectivo, e revela um marco temporal anterior ao momento atual (Cf. FIORIN, 2005a, p.173), já que é concomitante com o marco temporal pretérito, sistematizado nos verbos: *deixou; passou; foram*. Os tempos verbais e o uso da conjunção colaboram para que se instaurem fronteiras nítidas entre: a apresentação de uma *sociedade nômade*, descrita como do passado e a descrição de uma *sociedade não-nômade*, descrita como do presente.

No segundo parágrafo, com o tempo verbal *surge*, concomitante com o “agora” da enunciação, inicia-se a descrição da sociedade contemporânea, na qual, segundo o texto, o homem é movido pela sua natureza competitiva.

Já no terceiro parágrafo, o advérbio de aspecto progressivo *gradativamente* instaura a continuidade (Cf. FIORIN, 2005a, p.169), e é extensivo a toda argumentação desse parágrafo. Nesse sentido, indica o desenrolar paulatino de uma ação.

No último parágrafo, com o tempo verbal *aprovarão*, há um marco temporal futuro, em posterioridade com o momento de referência atual. Por meio desse recurso, será descrita a sociedade da posterioridade, em que ocorrerá, segundo a redação analisada, a continuidade da competição e da desunião entre os homens.

Nota-se que, com a construção histórica, o ator da enunciação quer se construir, tanto como aquele que sabe indicar os caminhos que diminuirão a desigualdade: *aprovar as leis*; quanto por aquele que conhece as dificuldades do país: *este ciclo dificilmente será quebrado*.

Com a descrição do passado, do presente e do futuro, descrevem-se situações discursivas:

Anterioridade	Presentificação	Posterioridade
União	Desunião	Manutenção da desunião

Esse percurso relatado no enunciado é axiologizado negativamente pela enunciação.

Tem-se um *éthos* do vestibulando que se emparelha ao *páthos* instituído pela proposta.

Diante da axiologia *anterioridade* vs. *posterioridade*, observa-se que há um marco temporal pontual que divide o presente e o passado, no seguinte enunciado: *desde que este deixou de ser nômade*.

Essa divisão entre presente e passado, permite observar os valores descritos:

Passando para o nível da tensividade, ao se observar o gráfico, nota-se uma relação sintagmática de sucessão de governos. Essa sucessão permite descrever a sociedade dos valores universais como a que se propõe a extensão máxima dos bens de produção e do bem-estar dos homens. Já a sociedade dos valores absolutos define-se pela intensidade dos valores, pela concentração de bens, pelo fechamento da elite a outros segmentos sociais. Por fim, observa-se que o sistema de valores econômicos, na sociedade dos valores absolutos, prepondera sobre os valores individuais.

Ao contrapor dois sistemas com valores diferentes, depreende-se, nesta redação, um narrador que procura construir sua imagem como um sujeito que se coloca em conjunção com os valores do universo. Para isso, critica os valores do absoluto, tanto por estes levarem ao fechamento dos grupos sociais *surgem, daí, as cercas, dando origem à fronteiras geográficas, fronteiras sociais*; quanto por intensificarem a concentração dos bens de produção: *torna-se visível a concentração de terras nas mãos de poucos*.

Diante dessa intensidade de concentração de bens, pode-se depreender que o querer dos *homens das melhores terras* pede sempre mais. Na redação considerada, esse *mais* remete à concentração de terras, ao dinheiro: *Torna-se visível a concentração de terras nas mãos de poucos*. Nessa relação, *mais* pressupõe o *menos*; pois os excluídos, ou seja, os *sem-terra*, terão sempre menos terra e menos poder aquisitivo: *impossibilitando-o de comprar produtos da indústria nacional*.

Ao denunciar essa exclusão social, cria-se o efeito de sentido de que o enunciador de T15 compartilha valores universais de extensão da subsistência: *plantar e colher o próprio alimento*. No entanto, quando descreve um sistema que privilegia a intensidade da concentração nas mãos de poucos, que não permite a mistura dos grupos; o narrador não credita a esse sistema a culpa pela ausência de extensão dos bens de produção, do bem-estar e da harmonia, mas ao fato de existirem diferentes objetos de valor: *terras férteis e terras não férteis*.

Voltando ao nível discursivo e analisando a sintaxe discursiva, observem-se os recursos que o enunciador utiliza para fazer crer em sua redação. Eis alguns exemplos:

1) O uso do argumento lógico de causa e consequência é a base do terceiro parágrafo. Esse argumento é construído pelo enunciador para provar a tese do ciclo vicioso, que é apontada como a causa de existirem o *senhor de terra* e o *sem-terra*.

2) Há também o uso das orações coordenadas, justapondo conceitos, como se eles fossem verdades absolutas.

3) Outro recurso explorado, na redação, é o uso do pronome apassivador *se*. O uso do pronome, junto com a não pessoa, instaura o efeito de sentido de objetividade. Além disso, o uso do pronome *se* em T15 permite tanto o apagamento de quem seria o causador da má distribuição de terras, quanto à atribuição da desigualdade à existência de terras férteis e não férteis: *inicia-se um ciclo vicioso*.

4) Uso das orações adjetivas intercaladas busca um leitor atento que recupere o sentido do texto e que entenda as relações lógicas de causa e de consequência.

5) No enunciado, “donos da terra”, o uso das aspas parece antecipar as críticas dirigidas ao enunciador, pois, por meio desse recurso, pode-se indicar que não seria ele, o enunciador, que define quem são *os donos da terra*, mas sim, a sociedade.

Quanto ao espaço tópico, o *Brasil* é descrito como lugar de dilemas que envolvem a terra e a divisão do latifúndio em *terras férteis e em não-férteis*; em *terras produtivas e em improdutivas*. Por fim, o espaço metaforiza um lugar de lutas e de competições.

Há, no espaço, dois pólos: um marcado pela *presença da fertilidade da terra* e outro *pela ausência da fertilidade*. *Aquela* traz a conjunção com a produção e com a fartura. Já está é o espaço *da ausência*, é disjunto da produção e da fartura.

Com axiologia entre *marcado* vs. *não marcado*, pode-se descrever a concentração de terras nas mãos daqueles que possuem o espaço marcado, ou seja, *as terras férteis*. Já o espaço não-marcado, isto é, *as terras não férteis*, é o lugar dos despossuídos, ou seja, dos *sem-terras*. Percebe-se, portanto, que a tensão é gerada também pelos diferentes espaços descritos na redação.

Éthos/Páthos

Por meio do percurso gerativo de sentido, é possível verificar que o *éthos* da retomada discursiva, representada pela redação de vestibular, é convergente ao *páthos* inscrito na proposta institucional. A convergência pode ser percebida: a) pelo respeito às coerções do tipo textual dissertativo; b) pela adesão do ator da enunciação aos valores ideológicos do texto-base, tais como: sancionar negativamente os sujeitos espoliadores e o querer intenso.

Além de ser responsivo à proposta institucional, há, ainda, outro diálogo que entra no jogo de construção da redação: o diálogo que o ator da enunciação mantém com a sociedade da qual faz parte. Desse modo, o enunciador de T15 quer sancionar negativamente um sistema que privilegia o lucro, embora acredite em uma sociedade que baseia as relações sociais nos bens de produção.

Com isso, emerge da redação, um enunciador que procura criar a imagem de que a ordem estabelecida é necessária. T15 afirma que é dada, aos sem-terra, a oportunidade de possuírem propriedade. Entretanto, esses sujeitos são descritos como incompetentes para fazerem a terra produzir e gerar lucro. Com isso, revela-se um ator da enunciação que acredita que é preciso dar lucro para fazer parte do jogo social.

Enquanto o ator da enunciação propõe para os sem-terra o papel temático de passividade, incompetência vista como impotência e de identidade esvaziada; ele propõe, para os donos da terra, o papel temático de: comerciantes, produtores e responsáveis pelo crescimento da economia. Os donos da terra são tematizados, por fim, como atores que contribuem para o crescimento da economia.

Diante da construção desses papéis temáticos, constrói-se um ator da enunciação que procura a estabilidade social, ao se posicionar contra as invasões. Há, no texto, estratégias para fazer crer em um mundo estável, naturalmente dividido. Mundo, em que é desigual a

fertilidade da terra, mas não a divisão operada pelo homem: “num mesmo espaço de terra, a fertilidade de solo pode variar”.

Por fim, com a construção da argumentação por causa e consequência, a exploração dos recursos anafóricos e catafóricos, as orações subordinadas, os períodos longos e complexos, o enunciador procura criar um *éthos* distante, não comprometido; um *éthos*, da justa medida, que procura construir-se pela isenção e pela dissimulação. Vale lembrar que, como o enunciador adere aos valores ideológicos propostos pelo texto-base, ele procura atribuir à sociedade e ao sistema capitalista, à naturalidade da assimetria da terra. Tal aparente contradição será trabalhada e analisada no capítulo III dessa dissertação.

CAPÍTULO III : Confronto entre a voz institucional e a voz do vestibulando.

Nesse capítulo será desenvolvida a descrição semiótica dos lugares enunciativos em confronto: a presença, na esfera de comunicação, da polêmica constitutiva do discurso escolar. Nessa perspectiva, serão confrontadas a voz do vestibulando e a da instituição, cada qual representante heterogeneidade constitutiva.

Na totalidade das redações, reconhece-se uma única posição do narrador-observador: o *éthos* da justa medida. No entanto, consideradas as totalidades descritas no capítulo II: *éthos* crítico e *éthos* dissimulado, destaca-se que crítico ou dissimulado são traços examinados segundo gradações: menos ou mais. Nas duas totalidades, depreende-se um corpo sério e um tom de voz contido. Esse tom é captado da coletânea e dialoga com uma sociedade em que “são considerados disfóricos o excesso (pólo positivo) e a insuficiência (pólo negativo), enquanto a justa medida é vista como termo eufórico” (FIORIN, 1989, p. 350). Desse modo, essas prescrições são seguidas nas redações: os enunciadores afastam-se da grosseira ou da vulgaridade.

Conforme descrito, no capítulo II, o vestibulando apresenta recorrências no modo de enunciar que permitem uma esquematização no modo de ler e de interpretar as redações. Nessa perspectiva, postula-se que o texto-base entra como condição de construção de sentido do discurso das retomadas discursivas, ou seja, há um sujeito que se deixa manipular pela proposta institucional. Conseqüentemente, as redações dizem o que dizem, porque há um texto, o enunciado do vestibular, que afirma essa verdade. A análise dessa dependência permite verificar que os candidatos, ao materializarem seus discursos, constroem, no modo de parecer, a produção de enunciados originais; mas dissimulam, no modo do ser, a dependência

de outro discurso. A fonte enunciativa espera transmitir, por meio de seu discurso, o saber sobre o ser dos valores e sobre o fazer. Essa fonte pretende conferir um determinado sentido de mundo ao enunciatário, o vestibulando. O enunciatário, por conseguinte, deve adotar, por meio da manipulação realizada, um comportamento adequado, para conseguir cognitiva e posterior adesão ao sistema de valores propostos. Essa é a dinâmica da manipulação enunciativa, que vem da proposta para o candidato.

Ao se cotejarem as duas totalidades, a voz institucional e a voz do aluno, também é possível examinar o que é individual e o que é social no discurso dos vestibulandos, pois “o objeto da semiótica é explicitar as estruturas significantes que modelam o discurso social e o discurso individual” (BERTRAND, 2003, p. 15). Com a análise, como será descrito ao longo desse capítulo, pode-se examinar que a totalidade das redações capta figuras, temas e valores do texto-base. As redações não produzem, portanto, um discurso individual, inédito e criador, mas elas são modeladas pelo discurso social apresentado pela voz institucional. Não poderia ser diferente, uma vez que o vestibulando é modalizado pelo querer ingressar na universidade. Essa modalização determina a inclinação do candidato para aderir aos valores inscritos no enunciado da proposta e incorporar um modo de ser que foi projetado para ele, nessa cena enunciativa. Acresça-se a essa incorporação, a modalização pelo saber, adquirido na escola.

Postula-se também, neste trabalho, que, nas aulas de leitura, compreensão e interpretação de textos, a escola induz o aluno a ser submisso aos conceitos apresentados. Em sua dissertação de mestrado, NERIS (2007) descreve que a instituição escolar ensina a resumir e a fazer paráfrase. Essa prática, segundo o autor, prega uma uniformização de respostas e exhibe a perspectiva de um olhar único (Cf. NERIS, 2007, p. 126). Desse modo, o estudante acha mais facilidade em responder afirmativamente às coerções com posições consolidadas. Vale lembrar que, segundo (KLEIMAN, 1997, p.13):

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de *conhecimento prévio*: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimentos, como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto.

Nessa perspectiva, as variações de leituras, verificadas nas retomadas discursivas, são resgatadas do texto-base, já que “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, 2002, p. 53). Em outras palavras,

todo ato de enunciação é **assimétrico**: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciator (MAINGUENEAU, 20008a, p. 20).

Vale lembrar que é inerente ao *éthos* responsivo as diversas possibilidades de leitura do texto-base. No entanto, elas também remetem ao grau de saber de cada vestibulando. Diante das coerções de gênero, o diálogo com a proposta de redação permeia e legitima todas as retomadas discursivas; no entanto, o grau de saberes e de habilidades influencia na escrita das redações e está relacionado ao conhecimento prévio a que o aluno esteve submetido. Volta-se ao papel que a instituição escolar exerce na enunciação e no enunciado do candidato. De acordo com Kleiman (1997), o contexto escolar não favorece a delineação de objetivos específicos em relação à leitura. No ambiente escolar “a atividade de leitura é difusa e confusa, muitas vezes se constituindo apenas em um pretexto para cópias, resumos, análise sintática, e outras tarefas do ensino de língua” (KLEIMAN, 1997, p. 30).

Perante essas primeiras constatações, podem-se definir três elementos característicos da situação de vestibular: a) as coerções genéricas, “que respondem pela especificidade de cada gênero” (DISCINI, 2005, p. 38); b) o ponto de vista sobre o mundo, a ser veiculado pelo texto-base; ou seja, a enunciação, enquanto relação enunciator-enunciatário filtrará os valores

eufóricos e disfóricos representados no enunciado institucional; tais valores apóiam-se na *doxa* compartilhada; c) o conhecimento prévio de cada candidato.

Confronto entre vozes

O percurso temático da “assimetria na posse de terra” é explorado há anos por políticos, mídia e literatura e outras esferas da comunicação. Nas propostas de vestibular, a disputa por terra constitui um motivo dissertativo estereotipado. Esse mote pode situar-se sob diferentes pontos de vista e a posição contextual do sujeito, isto é, do sujeito responsivo a aspirações sociais, determina as variações temáticas e figurativas do discurso. A voz institucional, no contexto do vestibular analisado, apresenta-se com um valor informativo que respalda a argumentação e procura justificar a origem e a causa da desigualdade social. De acordo com Greimas (1976, p. 182-183), a preocupação em explicar a fragmentação da sociedade humana constitui um tema característico da mitologia da origem do homem. Nessa perspectiva, entende-se que o enunciado da proposta, ao apresentar o conflito por terra, atualiza conhecimentos já assumidos e investidos no espaço da sociedade contemporânea. O princípio de explicação, no enunciado da proposta e nas redações, permanece o mesmo: o querer intenso, o desejo de prepotência explica a divisão social. As conotações podem servir para consolidar grupos e explicar as divisões de classe: pobres e ricos.

O enunciado da proposta, no nível profundo, propõe que as relações sociais são de exploração, ao descrever que uma classe social mais favorecida se apropria de bens e os acumula; enquanto isso, a classe menos favorecida é espoliada. Essas idéias são descritas no texto-base por meio de definições: *mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites das necessidades do seu corpo* (texto I, pág. 35, capítulo I), *e já nos tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir* (texto II, pág. 35), *essa cova em que estás/com palmos medida,/é a conta menor/ que tiraste em vida* (texto III, pág. 35), capítulo I); de generalizações: *não posso ser invadido* (texto I, pág. 35), *nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade* (texto II, pág. 35); e

mesmo da consequência nefasta, a morte: *essa cova em que estás* (texto III, pág. 35). Com isso, a voz institucional procura explicar e justificar a realidade estratificada segundo classes sociais em conflito.

As redações identificam e estabelecem os semas positivos: *limites benfazejos, equilíbrio, vida, divisão de terras*. Nesse sentido elas interpretam os *limites nefastos, o consumismo e a morte*, como contrários à ordem; já que os sujeitos que encarnam esses valores recusam a comunicação intersubjetiva e rejeitam integrar-se a uma estrutura social. Nessa perspectiva, o vestibulando propõe a continuidade do texto-base ao indicar a necessidade de: a) enfraquecer a exclusão e a intensidade de concentração; b) fortalecer a divisão e extensão de bens econômicos.

Por meio da análise das redações, verifica-se que elas, além de estabelecerem semas positivos, retomam do enunciado da proposta as atitudes euforizadas do homem na sociedade contemporânea: contentar-se com os *limites benfazejos*; procurar evitar o consumismo; aceitar a divisão de terras; rejeitar o querer intenso; não se submeter à classe mais favorecida; lutar por uma sociedade mais justa. O texto-base ainda propõe que sempre haverá homens dispostos a transgredir os limites *benfazejos e harmônicos: mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites* (texto I, pág. 35). Nas redações, essa visão de mundo aparece como:

A posse da terra sempre esteve associada com a evolução do homem. Desde que este deixou de ser nômade e passou a se fixar num pedaço de terra (para plantar e colher seu próprio alimento), fronteiras foram estabelecidas, separando os homens de culturas diferentes (T15).

Rousseau afirmou que a origem da desigualdade entre os homens originou-se com o advento da propriedade. Quando um indivíduo cercou um pedaço de terra e disse: “isto é meu”, e encontrou pessoas suficientemente simplórias para aceitar, originou-se a propriedade (T18).

Se as pessoas percebessem que o suficiente para poder viver é o básico, aquilo que é mesmo necessário, talvez elas percebessem que o melhor da vida são os pequenos prazeres que ela nos proporciona, no dia-a-dia, num encontro com um amigo, num almoço em família, num singelo cumprimento de alguém que passou ao seu lado. Talvez assim as posses e as propriedades não seriam tão valorizadas nem mesmo veneradas, e essa divisão entre “ter” e “não ter” seria superada (T20).

O país aguarda uma resposta, quer ver de seus administradores as promessas feitas em campanhas, mas também não acha certo que uma propriedade que tinha um dono, que pagou por ela e que a usufrui totalmente ou não, seja desapropriada e passadas a pessoas que talvez só fazem parte deste movimento por baderna e que na opinião de muitos se quisesse realmente trabalhar buscaria uma ocupação (T44)

Todos os exemplos referidos indicam que o destinatário atualiza a axiologia do texto-base, em que se apresenta o *querer intenso* vs o *querer moderado e extenso*. Contra aquele se posiciona o vestibulando. No entanto, T15 propõe que a divisão é da ordem da própria história da humanidade. Essa afirmação pode ser notada com o uso da voz passiva, em que o agente causador da separação é apagado: *fronteiras foram estabelecidas*. Ao apagar o agente da passiva, o enunciador se dilui como força subjetiva. Nota-se que T18, por sua vez, ao afirmar que os sujeitos que aceitam a divisão são *simplórios*, pressupõe que a divisão origina-se porque há pessoas mais inteligentes que outras. Já T20 descreve o limite *benfazejo* como: *é almoço em família, singelo cumprimento*; com isso, revela um universo ideológico em que as pessoas devem se contentar com o que têm. Por fim, T44 afirma que a riqueza é fruto do trabalho: *se quisesse realmente trabalhar buscaria uma ocupação*. Destaca-se em T44 uma ideologia de resistência à divisão da posse da terra. Por meio de uma textualização fraca e precária, o vestibulando nomeou os invasores de baderneiros e desocupados. Destaca-se ainda

que em T44, a partir da expressão “e pessoas...” até o final do segmento recortado, tem-se uma idéia acabada. “Pessoas” é o sujeito de quem se afirma algo. Relativa a “pessoas” têm-se as orações subordinadas adjetivas e só. Não se apresenta a complementação da idéia, o que certamente deve ter pesado negativamente na avaliação.

Tanto a voz institucional quanto as redações transformam a oposição citada em isotopias discursivas e direcionam a leitura de modo próprio. Em ambas, o percurso narrativo é proposto de forma linear e modo contínuo: da tensão para a distensão; da harmonia para a desarmonia. No trajeto narrativo, ao propor a ironia, o texto-base repudia a passividade e configura o desconforto como o *status-quo*. Os vestibulandos atualizam essa determinação do seguinte modo: a) propõem um cenário negativo e sem perspectivas de mudanças; b) propõem mudanças utópicas dentro de um cenário caótico. Tais proposições deixam emergir duas possíveis leituras que o candidato faz da proposta e, principalmente, do texto poético de João Cabral de Melo Neto (texto III, pág. 35), no qual: a) a morte foi entendida como ausência de soluções; b) a ironia prevalece e, com ela, a necessidade de não se submeter às desigualdades sociais. Notem-se alguns exemplos das conclusões dos candidatos:

Claro está que o homem necessita de um espaço, de um pedaço de terra para conseguir sobreviver. Porém, muitas vezes, esse direito lhe é negado por aqueles que querem possuir mais do que as suas necessidades exigem. E a solução para esse problema é simples: a mentalidade das pessoas deve se libertar do conceito de “ter” muito e passar para o conceito de “ter” o necessário (T13).

um caminho poderia ser alicerçado em uma distribuição mais equânime de terras, ou seja, na reforma agrária. Esse caminho não é fácil, mas há sempre uma chance na sua tentativa (T18).

Esse aumento excessivo dos produtos em circulação e a diminuição do poder de compra de alguns e consequentemente do mercado consumidor, nos levará, quem sabe a uma volta à Antiguidade e à propriedade comum. Se este dia chegar, talvez o homem com sua imensa inteligência saiba aproveitar o que de mais importante lhe pertence: a propriedade dos meios de sua sobrevivência e consequentemente a propriedade de si próprio (T42).

Com os exemplos, verifica-se que a mesma passagem, de um estado distenso-eufórico para um estado de conflito, descrita nas redações, pode ser observada no texto-base. Esse percurso sustenta as paixões: “quanto às paixões, efeitos de modalizações do ser, deve haver um mínimo constante para as paixões simples, na relação texto-base/variantes” (DISCINI, 2004, p. 28). No enunciado da proposta, ao rotinizar a desigualdade e a miséria, permite-se que o leitor depreenda dois tons: a) de abrandamento; b) de revolta. O primeiro tom pressupõe um sujeito que constrói, de si e para si, a imagem daquele que crê poder transformar a sociedade por meio da mudança das regras sociais; o segundo crê que a resolução não é possível. Tanto o sujeito do abrandamento quanto o da revolta reproduzem, no plano da expressão e no plano do conteúdo, um “modelo” escolar de redação: apontar soluções para o problema instaurado. Com isso, as redações legitimam o sistema escolar e institucional a que se submetem. Comparem-se trechos do enunciado da proposta:

Mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites (texto I, pág 35, cap. I-Proposta II);

já nos tornamos propriedade do nosso desejo de tudo possuir (texto II, pág. 35, cap. I. Proposta II).

é a terra que querias ver dividida (texto III, pág. 35, cap. I- Proposta II).

E das redações:

São gritantes as conseqüências que, por conseguinte, se perfazem (T18).

Enquanto a luta dos capitalistas é para aumentar o lucro, o da população é por um pedaço de terra para produzir o básico para sobreviver (T42).

Enquanto não se vê o fim desta discussão, cabe aos brasileiros esperar, e acreditar que um dia algo seja feito, só resta saber se será ou não tarde demais (T44).

Outro ponto a ser observado é que o tempo e o espaço construídos nas retomadas discursivas delimitam a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar a própria enunciação, no caso, o discurso institucional. Com efeito, esses são o lugar e o momento em que as redações se firmam como autoridade para legitimar o texto-base. De acordo com Maingueneau (1997), a *déixis* define as coordenadas espaciotemporais implicadas em um ato de enunciação: “se existe *déixis* discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e dum espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar” (MAINGUENEAU 1997, p. 42). Nessa perspectiva, as duas totalidades se ombreiam como portadoras do discurso da assimetria na posse de terra; como topografia enunciativa, instituem a sociedade contemporânea; como cronografia, estabelecem o processo de assunção dos valores consumistas e dos *limites nefastos* a que a sociedade contemporânea está presa.

Perante essas afirmações, pode-se deduzir que os enunciadores das redações captam as mesmas moralizações presentes na voz institucional e aderem a elas. Além disso, verifica-se que, em ambas as totalidades, as categorias do discurso - tempo, espaço e pessoa – são

dadas na ordem do acabamento: os espoliados parecem e são os excluídos da sociedade. Os espoliadores parecem e são os causadores do abismo social. O narrador parece e é aquele que denuncia as conseqüências nefastas de uma sociedade dividida. Com isso, procura-se manifestar um discurso como “cópia fiel da realidade” e cria-se a ilusão de um mundo extralingüístico “capaz de tornar-se a *manifestação* do sentido humano, ou seja, da significação para o homem” (GREIMAS, 1975, p. 49).

Diante da coerção do gênero *proposta de vestibular*, como foi descrito no capítulo I, é inerente ao gênero desenvolver-se sobre uma dupla isotopia: a) a primeira, representada pelo discurso social, em que se instauram de modo próprio seres, objetos de desejo, instituem-se regras de comportamentos; b) a segunda aparece sob a forma de um discurso referencial, que, embora não passe de uma construção ideológica, apresenta-se como o próprio mundo social, anterior a fala que o articula. Assim, o mundo “real” impõe-se ao enunciatário como verossímil e social e, mais do que isso, como um *a priori* lógico que a fala da instituição apenas descreve e organiza. Para os vestibulandos, por sua vez, as duas isotopias determinam a leitura:

a variante intertextual será, portanto, em princípio, um texto bi-isotópico, pois admite a primeira leitura, que é a do texto em si, e a segunda, que é a do texto-base, ou vice-versa. Ao reconhecer o texto-base subjacente, o enunciatário passa a interagir com a ambigüidade na construção do sentido (DISCINI, 2004, p.31).

Em construção semelhante a um diálogo intertextual, na situação concreta examinada, em que as redações de vestibular respondem à proposta do texto-base, temos no vestibular da PUCC uma exemplaridade do diálogo interdiscursivo. Explica-se, no confronto entre o texto-base e as redações há a concretização de uma atitude responsiva, da parte dos vestibulandos. Mas essa atitude não é a de uma paródia ou de uma estilização, lembrando aqui casos de intertextualidade.

Pode-se sustentar a dupla isotopia com a seguinte constatação de Maingueneau (1997):

A dêixis discursiva consiste apenas em um primeiro acesso à **cenografia** de uma formação discursiva; esta última possui ainda um segundo ponto através do qual é possível alcançá-la; trata-se da **dêixis fundadora**. Esta deve ser entendida como a(s) situação (ões) de enunciação anterior (es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade (MAINGUENEAU, 1997, p.42).

O autor ainda conclui: “uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocução nos vestígios de uma outra dêixis, cuja história ela institui ou ‘capta’ a seu favor” (MAINGUENEAU, 1997, p.42).

O discurso da voz institucional, analisado nessa dissertação, supõe uma *dêixis* discursiva referente à espoliação sofrida pelo homem sem-terra. Por trás do enunciador do enunciado do texto-base, ultrapassando a *dêixis* imediata que ele institui, há uma cena fundadora, que discursiviza a rejeição àqueles que pensam numa sociedade naturalmente desigual. Nesse sentido, a voz institucional interpela seus enunciatários, os candidatos, como cidadãos de uma sociedade injusta, como simpatizantes do povo marginalizado e inimigos da tirania. O enunciatário-vestibulando, por sua vez, encarna esses valores e legitima esse falar. Para tanto assume um tom, um caráter, uma voz. Esse “caráter” será de um homem comedido e sociável, que deve criticar a tirania, por meio de uma linguagem de prestígio, a norma culta da língua, em situação de formalidade.

Diante dessas constatações, na sintaxe discursiva, um recurso que permite depreender como as redações incorporam o texto-base é a descrição dos percursos figurativos que recobrem os percursos temáticos. As figuras são entendidas como “ponto de convergência entre o texto-base e as variantes” (DISCINI, 2004, p. 30), se pensar-se em intertextualidade. Trazendo para os procedimentos interdiscursivos e não intertextuais, vê-se que se mostra, com certa clareza, o nível de leitura e de conhecimento do vestibulando e sua visão de mundo. Mas, principalmente, as figuras usadas nas redações deixam entrever a tentativa de reproduzir a mesma perspectiva do texto-base: a) denunciar os valores do querer intenso e da concentração de rendas; b) dividir a sociedade entre pobres, despossuídos, marginalizados;

ricos, possuidores, consumistas, espoliadores. É por meio dos temas e figuras que se reconstrói, mais facilmente, o diálogo entre as totalidades: “Na medida em que é determinado pelas formações ideológicas, o discurso cita outros discursos. Os mesmos percursos temáticos e figurativos se repetem” (FIORIN, 2005d, p. 41).

De acordo com Maingueneau (2005b, p. 87), “os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes de um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneiras muito variadas”. No gênero *redação de vestibular*, a que o vestibulando se submete, toda redação que quer ser aceita é obrigada a utilizar-se de certo número de temas compatíveis com a proposta. No caso das redações estudadas, a proposição é imposta por meio dos percursos figurativos do espoliador e do espoliado. A relação entre o tema e as figuras que investem o discurso, assinala a posição ideológica da voz institucional, os valores comunicados e a determinação social desses discursos. Essas posições, valores e determinações dialogam com outros tantos discursos para opor-se aos privilégios e aos interesses individuais da classe mais abastada e, dessa forma, colocar-se de acordo com os direitos dos menos favorecidos.

Para o vestibulando, é coerente a imagem de verdade válida para toda a espécie humana, descrita no texto-base: o homem vive em busca do lucro e da concentração de rendas. Ao descrever a terra, o consumismo, a morte e pinçar figuras do mundo como: *cercas*, *propriedade*, *cova*, a voz institucional faz uma abstração que firma um comentário sobre o mundo, enquanto o ordena entre duas classes: a) aquela que enfeixa o que é preciso ter para pertencer ao grupo dos ricos; b) a outra que vive despossuída e infeliz. A totalidade das redações atualiza essa visão de mundo ao opor-se a uma elite que concentra bens e pôr-se de acordo com os direitos dos menos favorecidos:

Proprietários estes que por terem tantas posses e tanto para fazer, acabam deixando parte dessas terras abandonadas, sem nenhuma utilização e portanto terras sem valores lucrativos (T20).

E é esse o objetivo dos sem-terra, que esperam e lutam por uma reforma agrária no país, mas que parece nunca sair (T20).

Cabe ressaltar que a interdiscursividade permite descrever como as retomadas discursivas incorporam percursos temáticos e figurativos do texto-base, pois a interdiscursividade concerne à questão das vozes: “nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**.” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29). Nesse sentido, o enunciado da proposta é retomado por meio da citação ou da alusão. “A citação ocorre quando um discurso repete “idéias”, isto é, percursos temáticos e/ou figurativos de outros” (FIORIN, 2003b, p. 32). A alusão “ocorre quando se incorporam temas e/ou figuras de um discurso que vai servir de contexto (unidade maior) para a compreensão do que foi incorporado” (FIORIN, 2003b, p. 34).

Assim, há redações, como T20 e T47, que explicitam o espaço do conflito social; descrevem a concentração de terras; indicam o querer intenso por meio da figura da terra improdutiva. Nesses discursos ressoa o tema *propriedade* e, por isso, são exemplos de alusão. Outras redações, como T13, repetem, quase com as mesmas palavras, o falar do texto-base; com isso configura-se um exemplo de citação. Destaca-se que alusão e citação são recursos pontuais de intertextualidade. Por meio dos dois recursos, nota-se a ênfase na moralização:

Segundo Rubem Alves, o homem tem o direito vital de um espaço privado e percebe que não deve ser invadido. Na verdade, há sempre o limite entre seu espaço e o do outro. Porém, não é assim que vem acontecendo desde a invenção da propriedade privada. Uns se apropriam de

um espaço maior do que necessitam, invadindo o espaço dos demais; enquanto que estes, os “invadidos”, não possuem nem sequer um espaço deles (T13).

Um exemplo típico dessa “divisão” é o que ocorre na zona rural agrária do Brasil. As terras são abundantes, há muito espaço para plantação de alimentos e criação de animais, e no entanto são poucos os seus proprietários. Proprietários estes que por terem tantas posses e tanto para fazer, acabam deixando parte dessas terras abandonadas, sem nenhuma utilização e portanto terras sem valores lucrativos. Já por outro lado, é também abundante o número de pessoas que não têm onde morar, pessoas que não têm o que comer, ou seja, pessoas sem terras (T20).

Mesmo com milhares de hectares ainda enfrentamos o problema da distribuição agrária em nosso país, o que nos encaixa no contexto de “país populoso, mas pouco povoado”. Grandes latifundiários mantêm suas vastas propriedades, muitas vezes, improdutivas; chegando ao cúmulo de um único homem ser “dono” de quase um estado, como é o caso do Acre. Enquanto no norte temos verdadeiros vazios demográficos, no sudeste, principalmente em São Paulo, não há mais espaço disponível para o povo. Trabalhadores do campo garantem seu ganha pão somente em épocas de safra, tendo portanto, que buscar recursos no mundo urbano (T47).

Por meio dos exemplos referidos, verifica-se que: “certas figuras estabelecem isotopias espaciais e actoriais que constituem o sistema normativo de referência ao qual a visão comum está convidada a moldar-se” (BERTRAND, 2003, p. 246). Com isso, entre as redações e o enunciado da proposta, confirma-se um diálogo de vozes convergentes, já que temas como a concentração e a divisão discursivizam-se segundo a avaliação pejorativa para a concentração e meliorativa para a divisão. Assim os enunciadores se rebelam contra a desigualdade social.

Diante da descrição de vozes convergentes, cabe ressaltar que, nas retomadas discursivas, constrói-se uma relação de *identidade* vs. *alteridade*, uma vez que o vestibulando deve buscar a própria identidade. O texto-base é posto como alteridade. Nesse sentido, o candidato constrói de si e para si a imagem daquele que dever torna-se equivalente à voz depreensível do enunciado da proposta. Desse modo, o sujeito pressuposto às redações é *uno*, porque procede de modo recorrente na utilização dos temas e na interpretação dos fatos e, por isso, tem um tom estável de voz. Mas esse sujeito também é dialógico, porque responde de maneira própria a crenças e aspirações dadas pelas instituições sociais. Por meio da semiótica que se interessa e investiga os “usos culturais do discurso que modelam o exercício da palavra individual” (BERTRAND, 2003, p. 18), a enunciação é “assim, compreendida como a mediação entre o sistema social da língua e sua assunção por uma pessoa individual na relação com o outro” (BERTRAND, 2003, p. 89).

Perante essas considerações, verifica-se que o vestibulando busca constituir-se como sujeito de seu texto. No entanto:

Sem liberdade absoluta para o próprio dizer, resta ao sujeito enunciador o poder de utilizar-se da denotação e da conotação, confirmando ou negando coerções genéricas. Firmará então um modo próprio de dizer, usando metonímias ou metáforas para imprimir determinado tom à própria voz e para fazer crer no simulacro que constrói de si para si e de si para o *outro*; do outro para si e do outro para o outro. (DISCINI, 2005, p. 356).

Tanto a metonímia quanto a metáfora são usadas nas retomadas discursivas para conotar um mundo pretensamente real. Como foi descrito, nas redações, os candidatos utilizam: *massa trabalhadora*, *multidão de injustiçados*, *centenas de marginalizados*, *pobres*, *sem-terra*, *parias*, para confirmar os afetados pela pobreza. Procura-se aí conotar uma metáfora social de opressores e oprimidos como um círculo contínuo. Esse modo de discursar tanto se sustenta como legitima a voz institucional, quanto manipula o examinador, agora, enunciatário. A metáfora aprofundará o tom crítico, como o exemplo abaixo, que compara o conflito de terra e a região palestina.

- sangrentos conflitos que permeiam a região palestina e outras regiões do globo que abrigam locais sagrados. A mesma busca desenfreada pela propriedade fundamenta também todo o processo histórico brasileiro que descortina o lamentável quadro de concentração fundiária no país. É neste sentido que vergonhosamente obras como Morte e vida severina, de João Cabral de Melo neto, permanecem atuais. Quantos são os brasileiros que ainda encontram a cova como única fração de terra incontestável após terem aderido à causa da resolução da desigualdade fundiária por aqui. (T50).

Notem-se, ainda, os exemplos abaixo:

O impulso à posse pode ser flagrado, por exemplo, em relações amorosas. Em meio às mais inocentes festas de aniversários de crianças, quando dois garotinhos disputam pelo melhor pedaço do bolo. Em meio à própria comunidade científica: lamentáveis são os casos de grandes cérebros que, a despeito de seu potencial, centram-se em trapaças rumo a status acadêmicos...(T50)

A corrupção nos cartórios facilita a obtenção de escrituras falsas, e a carência de uma fiscalização intensifica o problema. Cabe ainda citar as raras e ineficazes punições à grilagem, aos posseiros, aos jagunços, o que faz transparecer que, o alcance da lei nestas regiões é quase que inexistente. (T48).

Em T50, verifica-se que, implícito no cenário da festa de aniversário e da comunidade científica, há a recriação do tema da opressão e do querer intenso propostos pela voz institucional. Em T48, por sua vez, reconstrói-se a necessidade de *limites benfazejos*, descrita no texto-base, ao se denunciar a ausência de fiscalização e de punição aos invasores. Nos dois exemplos, confirmam os valores ideológicos apresentados no enunciado da proposta.

Vejam-se segmentos que apresentam recorrências de procedimentos de citação e alusão intertextual, ao “recortar e colar” sintagmas do texto. Nos dois exemplos abaixo, a consolidação desse procedimento de retomadas intertextuais pontuais:

Nosso corpo vê a necessidade de se ter um espaço próprio, espaço este, em que possamos dizer que é o “nosso canto” (T12).

A distribuição de terras, muitas vezes não é de maneira correta, fazendo com que “a cerca esteja além de seus limites”, assim. Se transformando novamente em latifúndios e minifúndios, ao invés, de terras e direitos igualitários (T12).

Os limites da “terra”, que é meu “corpo” são definidos através de minha necessidade para viver, mas haverá outros que ultrapassam o limite necessário para este corpo. (T43)

Essas considerações e exemplos encaminham para a relação entre a autonomia do sujeito vestibulando e a *doxa* a que ele é submetido. Tal descrição pode ser verificada, principalmente, por meio da observação feita acerca da interdiscursividade e da descrição dos temas e figuras. O questionamento que se faz é: até que ponto há autonomia e até que ponto há submissão?

A linguagem é um fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É, ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica. Por isso, dizer que a linguagem sofre determinações sociais e também goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais não é uma contradição. Isso implica, entretanto, distinguir dimensões e níveis autônomos e dimensões e níveis determinados (FIORIN, 2005d, p. 8-9).

Para essa verificação, primeiro é preciso distinguir a língua e sua realização concreta: “O sistema é social no sentido de que ele é comum a todos os falantes de uma da comunidade lingüística” (FIORIN, 2005d, p.10). Nesse sentido, os vestibulandos empregam em seus discursos as combinações de elementos lingüísticos com o propósito de exprimir seus pensamentos, de construir a imagem do mundo “real”, e de agir no mundo, para conseguir uma sanção positiva em situação de vestibular. Nessa perspectiva, cada discurso, apesar de permeado pelos falares sociais, constitui-se de um *eu* que “toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso” (FIORIN, 2005d, p. 11). A sintaxe discursiva é, portanto, o campo da manipulação consciente, em que o vestibulando “lança mão de estratégias argumentativas e outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor” (FIORIN, 2005d, p. 18).

Diante do exposto, é na sintaxe discursiva que se compreende a estruturação do discurso. Nas redações estudadas, há procedimentos mais individualizados que permitem observar a liberdade individual do vestibulando, entre outros, como: micro-narrativas; os argumentos de prestígio e pragmáticos; o discurso relatado; a citação; a alusão. Cada argumento deixa entrever o crer e as habilidades do candidato, para até se dissimular e não deixar claras as marcas de subjetividade.

A semântica discursiva, por sua vez, “depende mais diretamente de fatores sociais” (FIORIN, 2005d, p.18). Desse modo “o conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social” (FIORIN, 2005d, p.19). Nessa perspectiva, as retomadas discursivas reconhecem coerente com o “real” o modo de ver o mundo descrito na proposta. Esse modo de ver e representar o mundo constitui o ponto de vista assimilado pelo candidato ao longo de sua educação e constitui, também, sua consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar a sociedade.

Alguns desses elementos semânticos são recorrentes na sociedade contemporânea. Fiorin (2005d, p. 19) descreve-os como: “os homens são desiguais por natureza; na vida, vencem os mais fortes; o dinheiro não traz felicidade”. Na voz institucional esses temas são discursivizados como: *os limites de minha terra são os limites de que necessito para viver* (texto I, pág. 35); *nos tornamos propriedade do nosso desejo de tudo possuir* (texto II, pág. 35); *é a terra que querias/ver dividida* (texto III, pág. 35).

Os vestibulandos, ao dialogarem com o texto-base, captam esses temas e os atualizam, principalmente, por meio da figura dos *espoliadores* vs. *espoliados*. Nesse sentido, as redações emolduram as ações estereotipadas do ator social. Com isso, os modos de comportamento descritos nas duas totalidades são sedimentados pelo hábito da sociedade contemporânea, descrita como ambiciosa, consumista e excludente. Esses estereótipos “só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social” (FIORIN, 2005d, p. 55). Desse modo, nas redações, programas e percursos previsíveis se desenvolvem, não restritos a qualquer assunção particular: a *doxa* predomina sobre o sujeito produtor das redações. Nessa perspectiva, o vestibulando aceita os valores coletivos. Ratifica-se tal asserção, ao se constatar que não se inauguram nas redações novos percursos temáticos: há a afirmação maniqueísta da estereotipia do papel do rico e do pobre na sociedade.

Para corroborar o conceito aqui apresentado, de que a *doxa* predomina na situação de vestibular, retomam-se concepções de Maingueneau (1997). A primeira é que, ao enunciar, o sujeito desencadeia um ritual social da linguagem, partilhado pelos interlocutores (Cf. MAINGUENEAU, 1997, p. 30). Nessa perspectiva, na situação de vestibular, qualquer enunciação produzida pela voz institucional é colocada sob um contrato que lhe credita o lugar de detentor do saber; o vestibulando, por sua vez, deve reconhecer essa voz social. A segunda diz respeito às relações entre os papéis sociais e a cena enunciativa.

Reatualiza-se, assim, mais em quadro totalmente diferente, a velha metáfora estóica, segundo a qual a sociedade seria um vasto teatro onde um papel seria atribuído a cada um. Há uma tendência para ampliar este ponto de vista, integrando os papéis em um complexo mais rico: uma “encenação” ou uma “cenografia” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31).

Tomando como base essas afirmações, postula-se, nessa dissertação, que a cenografia, ou seja, a proposta do vestibular, formula enunciados que conferem credibilidade às enunciações, tanto por meio dos enunciados, quanto pelo modo pelo qual o enunciador se inscreve proxemicamente, ou seja, no tempo e no espaço do interlocutor ao qual interpela. Além disso, nesse contexto semiótico, o enunciador da proposta, pelos temas e figuras que dissemina nos textos que apresenta ao vestibulando, forja uma imagem que remete, tanto a ele próprio, quanto ao outro. Com isso, pode-se entrever qual é a posição que pode e deve ocupar cada sujeito na situação de vestibular. Nesse sentido, percebe-se que o vestibulando, enquanto sujeito, é sujeito de seu discurso, mas assujeita-se ao enunciador da proposta e às regras do contexto do vestibular.

Vale ressaltar que longe de ser concebido como mero receptor de informações no processo comunicacional, o enunciatário-vestibulando:

Firma-se como feixe de estratégias enunciativas criadas no próprio texto. Apresenta-se outrossim como sujeito que crê nos valores propostos pelo enunciador; como sujeito que quer, deve, sabe e pode partilhar esses valores na realização de um contrato de confiança mútua (DISCINI, 2005, p. 23).

Por meio do cotejo entre os valores propostos pelas totalidades analisadas, pode-se afirmar que ambas polemizam com determinadas formações ideológicas, segundo as quais: a) é preciso ter lucro a qualquer preço; b) o homem tem de consumir cada vez mais. É dessa formação ideológica, “para a qual o trabalhar é ganhar dinheiro e ganhar dinheiro se apresenta como a meta última da vida do homem,” (DISCINI, 2005, p. 59-60) que as totalidades se afastam.

Essas representações da realidade são articuladas por classes sociais, “esses sistemas são feixes de imagens das coisas e dos homens e, criados por uma ideologia dominante, sustentam-se graças às instituições, como a escola, família, religião e graças aos meios de comunicação em massa” (DISCINI, 2005, p. 60). Ainda de acordo com Discini: “essas representações, resultado da capacidade simbólica inerente à capacidade de pensar, orientam a categorização do mundo, reproduzindo idéias e valores que, propugnados culturalmente, constroem o que parece que há” (DISCINI, 2005, p. 61).

Com base nessas afirmações, nota-se que nas duas totalidades analisadas de redações de vestibular, as vozes: a) convergem em uma relação contratual que comporta um modo dominante de ver o mundo; b) confirmam-se como heterogeneamente constituídas, ao responderem a formações ideológicas que crêem em um mundo inquestionável e imutável: “A heterogeneidade é característica dos discursos. Os discursos, por sua vez, escolhem os gêneros, tanto para compor a cena enunciativa, que visa a fazer crer, como para atender às próprias coerções de uma semântica global” (DISCINI, 2005, p. 64).

Por fim, é similar o modo de presença no mundo que emerge dessas totalidades de redações de vestibular. Cada um dos sujeitos enfeixa valorizações sociais e ideológicas semelhantes e remetem às mesmas regras de conduta, propostas como expectativas de determinados segmentos sociais.

No entanto, vale lembrar que mesmo com essas convergências, cada totalidade mantém-se como heterogeneamente constituída. Apesar de nenhum fragmento do texto-base apresentar uma voz que discorde da visão de propriedade como necessária ao ser humano, há uma polêmica, uma vez que o enunciado da proposta dá voz a um trabalhador pobre (texto III, página 35, Proposta II, capítulo I), e com isso afirma-se a heterogeneidade. Essa atribuição de voz não é comum em um mundo que explora o trabalho para a construção do capital. Na totalidade dos vestibulandos, por sua vez, os candidatos aderem à visão de mundo proposta

pela instituição do vestibular e, para legitimá-la, procuram construir o simulacro de que, na sociedade contemporânea, a classe menos favorecida é emudecida. Todavia, em algumas redações, o ator do enunciado, o sem-terra, de quem se fala, é atacado; com isso, há uma aparente divergência com o enunciado da proposta, como em:

As pessoas, sem propriedade, acabam perdendo sua identidade e aumentam os problemas sociais (T42).

O país aguarda uma resposta, quer ver de seus administradores as promessas feitas em campanhas, mas também não acha certo que uma propriedade que tinha um dono, que pagou por ela e que a usufrui totalmente ou não, seja desapropriada e passadas a pessoas que talvez só fazem parte deste movimento por baderna e que na opinião de muitos se quisesse realmente trabalhar buscaria uma ocupação (T44).

Os trechos das retomadas discursivas acima polemizam com o enunciado da proposta. No entanto, os enunciadores procuram dissimular a ataque aos espoliadores. Para tanto, propõem que é “o país” (T44) ou o meio (T42) e não ele, narrador, quem tem esse tipo de opinião. Todavia, nota-se em outros parágrafos como o enunciador procura voltar ao tom contratual que julga ser necessário à elaboração da redação:

Proprietários de terras muitas vezes não ocupam todo seu território, chegando a comprar mais propriedades a fim de satisfazer seu ego e sua ambição mesquinha, por isso, o povo se revolta, pois acha que muitos possuem muito mais do que deveriam ter, portanto a divisão de terras seria um modo legal de acabar com isso (T44).

Enquanto a luta dos capitalistas é para aumentar o lucro, o da população é por um pedaço de terra para produzir o básico para sobreviver (T42).

Essas novas considerações encaminham a análise para o aproveitamento de contribuições variadas de teorias lingüísticas que embasam, no quadro da sintaxe discursiva, uma explicação mais coerente para o fazer persuasivo do enunciador e o fazer interpretativo do enunciatário. Cabe ressaltar que não se desenvolverão as múltiplas possibilidades de tais teorias, mas procurar-se-á integrá-las à sintaxe discursiva, pela perspectiva semiótica. Para tanto, a fim de aprofundar o cotejo a que essa dissertação se propõe, buscam-se conceitos pragmáticos: “o objeto da Pragmática é a produção e a interpretação completa dos enunciados, em situações reais de uso. Ela busca explicar como as produções e interpretações levam em conta não somente a língua, mas também o contexto” (FIORIN, 2004b, p.185).

De acordo com Barros (2002), “são condições prévias da argumentação e caracterizam o ‘contato dos espíritos’: a língua comum a enunciador e enunciatário, o fato de manterem relações sociais, o desejo do enunciador de entrar em comunicação e, em resposta, a atenção e o interesse do enunciatário” (BARROS, 2002, p. 107). Conforme a autora, Grice (1975) agrupa essas condições no “princípio de cooperação”.

Em seus trabalhos sobre conversação, Grice (1975) descreve o princípio de cooperação e as máximas conversacionais. Quanto ao princípio de cooperação, o autor postula que, nas situações conversacionais, há esforços cooperativos de cada participante, ou “no mínimo, uma direção mutuamente aceita” (GRICE, 1975, p.86). Nessas situações, os participantes precisam fazer sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que se está engajado (GRICE, 1975, p.86). As máximas conversacionais são enumeradas pelo autor, como: a) **Quantidade**, relacionada com a qualidade de informação a ser fornecida; com isso, a contribuição deve ser tão informativa quanto for preciso para o propósito da própria informação; b) **Qualidade**, em que não se deve dizer o que se acredita falso, mas o que se

pode dar evidências e com isso ser engajado; c) **Relação**, em que se realça que se deve ser relevante; d) **Modo**, máxima que se preocupa com o como é dito.

Goffman (1970), por sua vez, descreve que a comunicação é um ato de interação e pressupõe o outro. Ao pesquisar essas relações interpessoais, o autor estudou procedimentos de preservação da face. “Para o referido autor, quando se entra em contato com o outro, tem-se a preocupação de preservar a auto-imagem pública. A essa auto-imagem pública Goffman dá o nome de face” (SILVA, 1999, p. 111).

Em seus estudos, Goffman (1970) afirma que na comunicação escolhe-se uma linha, ou seja, um esquema de atos verbais e não-verbais por meio dos quais se expressa a visão da situação e por meio dessa linha se avalia os participantes e em especial a si mesmo.⁸ (GOFFMAN, 1970, p.13). Com o esquema escolhido, expõe-se o ponto de vista a respeito da interação. Desse modo, o interactante⁹ está na “face errada” quando não apresenta uma linha consistente com sua auto-imagem e está na “face correta” quando está firme na linha¹⁰ que toma. Com isso, o conceito de face é definido por Goffman como o valor positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que é seguida durante determinada situação.¹¹ Assim, entende-se a face como o valor social positivo que o interactante reclama para si por meio do ponto de vista adotado.

De acordo com Maingueneau (2008a, p. 31), o princípio da cooperação é próprio da conversação, quando os interlocutores estão em contato direto e interagem continuamente um com o outro. No entanto, o autor afirma que apesar do princípio da cooperação ter sido elaborado para a conversação, vale para qualquer tipo de texto: “mas as leis do discurso valem também para qualquer outro tipo de enunciação, até mesmo para a escrita, em que a situação de recepção é distinta da situação de produção” (MAINGUENEAU, 2008a, p.32).

⁸GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. In **Ritual de la interacción**, Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1970: tradução nossa..

⁹ Interactantes: são participantes que exercem influências mútuas uns sobre os outros na troca comunicativa.

¹⁰Linha : equivale a ponto de vista.

¹¹Idem, p.13: tradução nossa.

Maingueneau (2008a) ainda relembra que o princípio de cooperação já foi elaborado por muitos teóricos sob denominações diferentes. Diante disso, observa-se que há uma existência de leis do discurso e o reconhecimento mútuo dos participantes de seus papéis dentro do quadro de comunicação. Como a comunicação verbal é também uma relação social, ela se submete como tal “às regras que costumamos chamar de polidez” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 37). Esses fenômenos de cortesia estão interligados na teoria das faces que inspiraram o sociólogo E. Goffman (1970). Elencam-se essas noções caras à Pragmática, lembrando que se pode cotejá-las segundo uma perspectiva semiótica. Não deixa de ser um confronto de faces a prática de obedecer à instituição escolar, fazendo uma redação a contento. Uma orientação defensiva certamente determina a voz e o tom de voz próprios à redação de vestibular.

Nessa dissertação, concebe-se a polidez não apenas como regra social, mas também como estratégia discursiva que cria efeitos de sentido. O contato social é sempre feito por meio de regras e busca manter um equilíbrio. “Assim, em contato social, o indivíduo assume dois pontos de vista: uma orientação defensiva, tendo em vista preservar a própria face; uma orientação protetora, tendo em vista preservar a face do outro” (SILVA, 1999, p.112).

Diante das ameaças à própria face, se o vestibulando deseja sair-se bem no vestibular, ele precisa contar com um repertório de práticas de preservação da face, tais como: a) usar um tom de voz de autoridade para ostentar saber; b) empregar uma linguagem em situação de formalidade; c) recorrer a nomes de prestígio; d) ser cortês, não se incluir e não usar vocativos (desse modo, não se rompe a distância entre interactantes); e) adequar argumentos; f) adotar uma linha que permita construir a imagem daquele que conhece os problemas sociais; g) atacar grupos de exploradores; h) não falar em ser favorável à invasão; i) defender o trabalho, o lucro e a produção; g) criticar os que não trabalham; j) associar a descortesia à elite. Com esses recursos, além de manter a própria face, os candidatos mantêm a face da instituição que

também apresenta textos, nos quais se observam tais procedimentos. Tais procedimentos são com compatíveis ao gênero textual, *redação de vestibular*.

Outro recurso para manter a própria face é recuperar a perspectiva adotada pela instituição: “em uma conversação é comum os interactantes cooperarem para manutenção da face um do outro, havendo uma espécie de acordo tácito entre eles. Assim, normalmente, a face de uma pessoa é mantida quando a face da outra que interage também é mantida” (SILVA, 1999, p.109) . Para tanto, o vestibulando constrói uma redação que seja pertinente, adequada e agrade o destinatário. Tal tentativa pode ser observada nos trechos abaixo:

É neste sentido que vergonhosamente obras como Morte e vida severina, de João Cabral de Melo Neto, permanecem atuais (T50).

As sábias palavras de Saulo Coimbra: “nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade...” (T20).

Goffman, ao propor o conceito de face, explicita-as com os seguintes termos: ‘face equivocada’, ‘sem face’ e ‘em face’¹². Como já foi descrito, as faces são construídas e determinadas pelo grupo social e representam a imagem que o vestibulando quer construir de si mesmo. Nas redações de vestibular, tais relações entre faces se estabelecem em função do gênero textual. Desse modo, estar “em face” ou com a face preservada pode ser observado em redações que mostram confiança, segurança e firmeza na linha adotada. A linha adotada é respaldada por juízos e evidências, o tom adotado deixa entrever alguém que fala do alto. O enunciador da redação apresenta-se de modo aberto e aparentemente sincero. Tal sinceridade

¹² Termos no original espanhol: “cara equivocada”, “sin cara” e “em cara”. In: GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. In **Ritual de la interacción**: Editorial tiempo Contemporáneo, 1970.

pressupõe um sujeito que conhece os valores da sociedade e é digno de portá-los. Os candidatos procuram criar de si, para si mesmos e para o *outro*, uma face positiva que seja aprovada e apreciada pelos interlocutores; uma vez que, nessa situação de vestibular, precisam de aprovação.

Assim, verifica-se que na totalidade das redações analisadas, depreende-se a imagem de uma única face, mas que se materializa de modos diferentes nas redações. Tal imagem deve-se, prioritariamente, à coerção do gênero *redação de vestibular*. Diante desse gênero, quanto mais se fortalece o simulacro de um pensamento lógico, de representação fiel da realidade, mais se consolida a face positiva e o vestibulando marca seu território.

Diante das considerações tecidas, observa-se que o sistema das faces pode explicar e descrever as relações que regem as redações de vestibular. Para tanto, entende-se a polidez como “um conjunto de procedimentos que o falante utiliza para poupar ou valorizar seu parceiro de interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 95). De acordo com Fiorin (2004b), essas regras de polidez articulam-se sobre a teoria das faces, desenvolvida por Brown e Levinson¹³, na sequência dos trabalhos de Goffman: “Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é a boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta advém da necessidade de defender o eu, é seu território” (FIORIN, 2004, p.175). Observa-se que a totalidade das retomadas discursivas utiliza o respeito às regras de polidez como estratégia e não por altruísmo. Desse modo, são colocados em primeiro plano os interesses pessoais, pois se busca uma preservação de si mesmo, em nome de uma sanção positiva em situação de vestibular.

¹³ BROWN, P. & LEVINSOSN, S.C. Politeness: some universals in language use. Cambridge: Cambridge University Press. (1978).

3.1 Relações entre *éthos* e *páthos*

Em situação de vestibular, põem-se em relação dois parceiros e, entre eles, um contrato fiduciário. Por meio desse contrato, o vestibulando se compromete a fazer uma redação conforme as expectativas de seu parceiro: a instituição. Por ser um sujeito modalizado pelo querer e pelo dever, o candidato escreve de modo a agradar e mostrar-se simpático, solidário aos valores disseminados pelos temas e figuras no enunciado da proposta. Isso não será muito difícil para ele, uma vez que a proposta apresenta um código da verossimilhança, identificável com a *doxa* do grupo social:

Sistema convencional entre outros, permite, efetivamente, entre membros de uma comunidade que compartilham seu domínio, assegurar certa regularidade da comunicação. Identificando-se desse ponto de vista como o ‘universo de crenças’ do grupo considerado” (LANDOWSKI, 1992, p. 163).

Diante da imagem construída do enunciatário-vestibulando, a voz institucional demonstra que as pessoas em sociedade são julgadas a partir do poder monetário e, com isso, todo indivíduo é caracterizado pela posse de terras e bens de consumo. Greimas (1976) ao analisar o discurso jurídico afirma que “todo participante eventual de uma sociedade deixa de ser uma pessoa individuada e se define unicamente como possuidor de uma porção de capital” (GREIMAS, 1976, p. 87). Continuando a análise, o autor afirma que “o mundo aparecerá como um universo de proprietários no qual todo objeto se define por sua virtualidade de ser possuído” (GREIMAS, 1976, p. 89). Nas duas totalidades aqui estudadas, enunciator e enunciatário entendem a sociedade contemporânea pela mesma perspectiva descrita por Greimas: como um espaço em que todos são julgados pelo que têm e pelo que consomem.

Nessa perspectiva, o texto-base realiza um simulacro de organização social em que descreve a estrutura econômica chamada capitalismo:

cujo mérito, independentemente de seu valor intrínseco, é ser um modelo construído e, além disso, um modelo acrônico”. Estas duas características parecem, de fato, próprias a qualquer modelo que se pretenda operatório: de posse de certo número de invariantes e de variáveis, ele pode ser aplicado a qualquer sociedade deste tipo, sem levar em consideração as coordenadas espaço-temporais nas quais ela se acha inscrita (GREIMAS, 1976, p.149).

A totalidade das redações adere a representação social estabelecida, e, portanto, não há confronto com o modo de presença proposto, uma vez que nenhuma redação questiona que “não existe capitalismo no estado puro” (GREIMAS, 1976, p.150). No entanto:

se uma estrutura econômica, por exemplo, não se acha no estado puro, é porque o período em que ela se realiza comporta ao mesmo tempo as manifestações das estruturas sobreviventes, que correspondem ao modelo que regia o estado estrutural anterior, e das estruturas que já anunciam o futuro e cujo modelo ainda está em elaboração (GREIMAS, 1976, p. 150).

Como pôde ser descrito, por meio do percurso gerativo de sentido, as retomadas discursivas constituem-se pela relação de dependência com a proposta do vestibular e por aceitarem o ponto de vista adotado pela instituição como verossímil com a sociedade em que enunciadore reconhecem o estado de coisas existente.

Pôde-se observar que os vestibulandos aderiram ao texto-fonte ao: a) proporem termos mínimos de sentido; b) construírem micro-narrativas que descrevem o percurso do homem na terra; c) focalizarem suas redações nas conseqüências da *performance*; d) empregarem figuras que descrevem os temas da injustiça social; e) instalarem no texto um narrador que sanciona negativamente os sujeitos espoliadores, movidos pelo querer intenso; f) instalarem o espaço e o tempo enunciativos enquanto tensos.

No entanto, aderir e compartilhar as mesmas crenças e aspirações da voz institucional não significa dizer que o candidato não possa se distanciar do feixe de expectativas previsto, ao interpretar ou analisar os fatos, pois, em muitas redações, há: a) uma adesão às figuras mais aparentes do enunciado da proposta; b) uma linguagem inadequada à situação e ao gênero; c) uma análise superficial da temática proposta.

Cabe ressaltar ainda que, ao aderirem aos valores do texto-base, os enunciadores das redações foram conduzidos por formações ideológicas que os direcionaram. Essa ideologia verifica-se, principalmente, nas figuras e nos temas, que são descritos nas redações dos vestibulandos e determinam um modo próprio de presença no mundo.

cada visão de mundo prende-se a um dado grupo, cujos elementos compartilham os mesmos valores, pensam e agem de modo semelhante. Ao aceitar esse conceito de ideologia não se deixa tampouco de reconhecer o papel da ideologia da classe dominante e sua tarefa de ocultamente e dissimulação. A diferença mais marcante entre as duas formas de considerar a ideologia está no fato de que a ideologia como visão de mundo permite relativizar a “verdade”, ao mostrar que há vários saberes ligados às diferentes classes, e reconhecer contradições em cada forma de ver o mundo, especialmente na visão dominante, criticando-a e a ela resistindo (BARROS, 2002, p. 150).

Diante dessas constatações, verifica-se que o *éthos* da totalidade das retomadas discursivas é convergente ao *páthos* inscrito na totalidade institucional. O texto-base aponta não apenas para a conjunção com o objeto de valor, o querer intenso e suas conseqüências, mas para um debate dos valores que permeiam a sociedade e que não permitem a conjunção dos menos favorecidos com o objeto de valor. Além disso, emergem do enunciado da proposta do vestibular, a denúncia de uma justiça ineficaz que não defende os menos favorecidos e a constatação de que o Estado não propicia o básico para a sobrevivência destes. A totalidade das redações, por sua vez, apresenta como recorrência primordial sua completa submissão e dependência em relação ao texto-base. Nessa perspectiva, as retomadas discursivas aceitam o enunciado do texto-base, quando: a) recuperam o dito da voz institucional ao descreverem o querer intenso que move um grupo de concentradores; b) conseguem ler o implícito de que a mudança é necessária; c) aceitam as corporalidades estabelecidas: *espoliadores e espoliados*; d) aceitam a temática, estabelecida no texto-fonte.

Nota-se que o plano de base do vestibulando é se submeter às instruções de um modo de conceber a sociedade contemporânea. Tais instruções são dadas pela voz institucional.

Desse modo, no enunciado da proposta, é possível depreender a configuração de vozes homogêneas que convergem na necessidade de mudança. Por meio das moralizações, das condutas estabelecidas, dos temas e figuras e de acordo com as coerções do gênero pode-se afirmar que a proposta de vestibular não admite questionamentos e descreve um mundo cheio de certezas.

Ao retomar os dizeres e os ditos, as redações mantêm uma relação de conformidade com o texto-base. Essa afirmação é coerente, pois o sujeito-vestibulando não contesta a descrição feita na proposta do vestibular: a) de que há, na sociedade contemporânea, apenas duas classes sociais; b) de que todos são consumistas; c) a ausência de reação da classe menos favorecida.

Por fim, o fiador da voz institucional chama o vestibulando a entrar em um mundo ético supostamente justo, do equilíbrio e da divisão. Emerge, do enunciado da proposta, o corpo do fiador, pois: “o discurso modela uma certa ordem cultural da visão, como, desenvolvendo o imperceptível da percepção, ele a transforma em significação” (BERTRAND, 2003, p.132). A escrita do vestibulando acopla-se interdiscursivamente ao texto-base para avalizá-lo e avaliar o próprio discurso. Nesse sentido, o candidato aceita a sociedade descrita como “real” e a legítima. Tal postura pôde ser descrita na sintaxe discursiva, lugar em que há maior autonomia do sujeito. Com isso, “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão” (ALTHUSSER, 2003, p. 104). Nessa perspectiva, os enunciadores das redações, pelo aprendizado escolar, crêem nos efeitos figurativos, temáticos e passionais apresentados no texto-base e, por meio das impressões referenciais, deixam-se absorver pela confiança e consentem aderir aos valores propostos. Além disso, eles aceitam a divisão de classes como naturais, embora “na verdade, a não ser na ideologia da classe dominante, não existe ‘divisão técnica’ do trabalho: toda divisão ‘técnica’, toda organização

‘técnica’ do trabalho constitui a forma e a máscara de uma divisão de uma organização *sociais* (de classe) do trabalho”. (ALTHUSSER, 2003, p.105).

Perante todas essas constatações, verifica-se que os enunciadores da totalidade da voz institucional e o representante da voz do aluno podem ser descritos como sujeitos que “se constituem pela sua sujeição” (ALTHUSSER, 2003, p. 104). Aqueles por modelarem uma ordem social e estes por aceitá-la.

CONCLUSÕES

Nessa dissertação, depreendeu-se que o *páthos*, como imagem do enunciatário, feixe de expectativas inscritas no texto institucional, deve poder e saber reconstruir o percurso de leitura do texto-base desde os sentidos aparentes até a imanência, tal como se propõe na situação de interatividade do vestibular: candidato e banca examinadora.

Por meio do cotejo da voz institucional e da voz do vestibulando foi possível descrever que o *éthos* da totalidade das retomadas discursivas é convergente ao *páthos* imposto no texto-base; uma vez que o texto-base apontava não apenas para a conjunção com o objeto de valor, o querer intenso e suas conseqüências; mas para: a) um debate dos valores que permeiam a sociedade, os quais permitem a conjunção dos menos favorecidos com o objeto de valor; b) uma justiça ineficaz que não defende os menos favorecidos. Observou-se, dessa forma, que o posicionamento social e histórico do sujeito, tal como idealizado pela proposta, foi respeitado parcialmente pelo *éthos* responsivo.

As retomadas discursivas ao dialogarem com o texto-base imprimem a este uma visão própria que remete a diferentes modos de presença, uma vez que a enunciação é a instância da mediação entre a língua e o discurso. Conseqüentemente, o vestibulando materializou na redação um modo próprio de ver e de perceber o mundo, de acordo com os valores de seu grupo social e dando uma resposta histórica à proposta discursiva do texto-base.

Para o cotejo das duas totalidades, primeiro observou-se que o gênero constitui-se em instrumento para a construção do estilo, enquanto *éthos*, uma vez que expectativas são projetadas a respeito de tipos de texto, adequando-os à situação de comunicação (Cf. DISCINI, 2003, p.53). Quanto à totalidade dos alunos, tinha-se à mão um gênero da esfera escolar de comunicação: *redação de vestibular*. Além das coerções do gênero, percebeu-se que o candidato buscou escrever o que imaginava ser o mais correto a ser dito, isto é, o

politicamente correto da perspectiva do vestibulando; ou seja, um discurso pretensamente marcado pelo desejo de igualdade e de progresso; pela necessidade de divisão de lucros, o que firmou uma argumentação recorrente ao direito à terra, à aversão ao capitalismo, à divisão necessária. Acrescentem-se a essa argumentação, as estereotipias transmitidas pela visão de mundo que valorizam positiva ou negativamente um grupo. Nesse sentido, o candidato procurou criar um efeito de mundo, como se fosse dado naturalmente, o que significa procurando diluir as contradições sociais desse mundo. Tal tentativa marca a perspectiva voltada para o mundo homogeneizado, em que a sociedade se constrói pela posse, pelo ter. O *éthos* depreensível das redações de vestibular resiste à idéia da posse exacerbada, mas tem dificuldade de trazer à luz as contradições sociais.

Além disso, verificou-se que ao produzir seu discurso, o sujeito o fez afetado pela ideologia, veiculada na proposta institucional, entendida ideologia como visão de mundo. Um *éthos* pouco polemizador é que se verificou na totalidade examinada das redações de vestibular. Desse modo, constatou-se que os sentidos dos textos não se relacionam apenas às condições de produção, não dependem apenas das intenções do sujeito, mas relacionam-se também à reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social, ou seja, a *doxa* à qual o sujeito é submetido. No caso em pauta, a *doxa* está emblematicamente na proposta institucional do vestibular da PUC-campinas, ano de 2002.

Diante dessas constatações, pode-se examinar que o vestibulando tentou fazer o que lhe fora pedido: desenvolveu o tema, usou a não-pessoa, elaborou um texto em prosa e interpretou a imagem que construiu da banca examinadora da PUCC, instituição católica, que como tal, presumivelmente deve determinar valores da ordem, do certo, da justiça social.

Quanto às duas totalidades descritas no capítulo II: *éthos* crítico e *éthos* dissimulado, percebe-se que ambas acabam por responder convergentemente à voz, ao corpo, ao caráter do texto-base. Desse modo, buscam construir as redações com um tom sério e sóbrio; o que

credita às redações uma ilusão de austeridade e de reprodução do mundo com fidelidade e transparência. Para tanto, procuram criar o ideal de “justa medida”, uma vez que apresentam uma voz sem excessos; sem “gritos”; não há o emprego de gírias ou de palavras grosseiras; não há hipérboles emocionais; rareiam adjetivos com alto grau de subjetividade, como “terrível”, “fantástico”, “maravilhoso”, entre outros. O *éthos* da justa medida, que se afasta dos excessos é sem dúvida a apreensão conclusiva desta dissertação. Esse *éthos* não só é compatível com a esfera escolar ou o discurso escolar, mas também o é em relação ao gênero. Uma redação, tal como concretizada neste momento histórico, prevê um sujeito sem excessos nem falta: o vestibulando deve ser um cidadão da justa medida.

Pôde-se depreender a imagem do enunciador das redações de um exame específico de vestibular. A recorrência do modo de dizer, a qual remete a um *éthos* que se apresenta “politicamente correto” projeta, entretanto, uma cena enunciativa pressuposta à situação geral *de exame de vestibular*. Tem-se então o *éthos* que, como enunciador em situação discursiva própria ao vestibular, configura-se como um ator suscetível às coerções do gênero. Esse ator, vestibulando, dialógico por excelência, confirmou-se, ao longo da dissertação, segundo um dever compatível com a prescrição que permeia a situação de confronto. Não por meio do que está dito, mas por meio das entrelinhas que remetem à situação de comunicação, a prescrição emergiu vitoriosa. Por isso o vestibulando não se mostrou rebelde.

Pôde-se observar a concretização da interdiscursividade nessa relação entre a proposta de vestibular e as redações dos vestibulandos. Se nuances foram detectadas para um *éthos* mais dissimulado ou menos, a voz da amenização da polêmica em relação ao texto-base se confirmou.

Foi possível constatar ao longo da análise a concretização do sujeito dialógico por excelência, (Cf. BAKHTIN, 2003, p. 353-354) já que realizado como sujeito responsivo à proposta institucional. Pôde-se especialmente detectar no sujeito vestibulando convergências

ideológicas, dadas por obrigação, com a voz institucional do texto-base e, para além disso, um *éthos* flexionado ao *outro*, o da proposta institucional, guardadas as proporções oferecidas pelas duas totalidades em que se dividiram as redações examinadas como *corpus*.

Não se pôde identificar a realização plena da intertextualidade entre o texto da proposta e as redações, pois jamais aconteceu a imitação feita do texto-base, o que caracterizaria uma paráfrase ou uma estilização (Cf. DISCINI, 2004, 71-72). Pelo contrário, emergiu o diálogo mostrado (Cf. DISCINI, 2003, p. 223-224) nas alusões feitas ao texto-base, bem como nas citações pontuais feitas dele. Essas alusões não correspondem à intertextualidade plena, pois, como fiz Fiorin (2006) há diferença entre interdiscursividade e intertextualidade. Assim se manifesta:

Há claramente uma distinção entre as relações dialógicas entre enunciados e aquelas que se dão entre textos. Por isso, chamaremos qualquer relação dialógica, na medida em que é uma relação de sentido, interdiscursiva. O termo *intertextualidade* fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas que o contrário não é verdadeiro. Por exemplo, quando a relação dialógica não se manifesta no texto, temos interdiscursividade, mas não intertextualidade (FIORIN, 2006, p.181)

Finalmente, no ir-e-vir do diálogo interdiscursivo, observou-se como incontestável a redação do vestibulando como arena de conflitos, tal como propõe Bakhtin ao discorrer sobre o signo, ideológico por excelência (BAKHTIN 2006, p. 33-47).

Lança-se esta dissertação como ponto de partida para outras reflexões e trabalhos científicos e espera-se ter mostrado que a semiótica torna o processo de interpretação compreensível. Por meio da descrição dos sentidos textuais, propõe-se que a escola e o aluno entendam a compreensão de texto não como um “dom inato” ou uma questão de sensibilidade, mas como um ato cognitivo, para o qual a teoria semiótica propõe hipótese.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

AMOSSY, Ruth. (org.) **Imagens de si no discurso: a construção do *éthos***. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica** (s.d). Prefácio e Introdução de Manuel Alexandre Júnior, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours, **DRLAV**. Paris, 26, p. 91-151, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos lingüísticos**. Campinas: UNICAMP, 19, p. 25-42, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **A festa do discurso**. Teoria do discurso e análise de redações de vestibulandos. São Paulo, 1985. Tese de livre docência. Tomos I e II. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Paixões e apaixonados. Exame semiótico de alguns percursos, **Cruzeiro Semiótico**. Porto, p. 60-73, 1990.

_____. **Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos**. 3ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. A comunicação humana. In: FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à Lingüística. I**. Objetos teóricos. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004a, p. 25-53.

_____. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à lingüística II**. Princípios de análise. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 187-219.

_____. **Teoria Semiótica do Texto**. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BARTHES, R. A Retórica Antiga. In: COEHEN, J. et al. **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 147-22.1

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I**. 4ª. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BROWN, P. & LEVINSOSN, S.C. **Politeness: some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press. 1978.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 10ª. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CHIAPPINI, L. A circulação dos textos na escola: um projeto de formação-pesquisa. In: **Aprender e ensinar com textos de alunos**. vol. 1. 2ª. reimp. São Paulo: Cortez, 1997. p. 7-15.

CITELLI, Beatriz H M; BONATELLI, Ivanhoé R. M. A escrita na sala de aula: vivências e possibilidades. In: CHIAPPINI, L. (org). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. vol. 1. 2ª. reimp. São Paulo: Cortez, 1997. p. 119-173.

CORACINI, Maria J.R.F. Leitura: decodificação, processo discursivo...? – A aula de leitura: um jogo de ilusões. In: CORACINI, M.J.R.F. (org.). **O jogo discursivo na aula de leitura**. Campinas: Pontes, 1995, p.12-20; 27-33.

DIONISIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. (orgs.) **Gêneros Textuais & Ensino**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Intertextualidade e conto maravilhoso**. 2ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. **A Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Éthos e Estilo*. In: **Éthos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p.33-54.
 DRUCOT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

EHLICH, K; TILBUR, K.H. Discurso Escolar : Diálogo?. In: **Cadernos de estudos Lingüísticos**, n. 11, p. 145-172, 1986.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba, Criar. 2003.

FIORIN, José Luiz. A lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator, **Estudos Lingüísticos. XVIII** - Anais de seminários do GEL. Lorena: Prefeitura Municipal de Lorena, p. 348- 355, 1989

_____. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. **Cruzeiro Semiótico** 11-12: Porto: Portugal, p. 55-63,1992.

_____. O contrato de veridicção no romance. In: **Perfiles Semióticos**. Mérida, 2003a. p.137-152.

_____. Polifonia Textual e Discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 2003b. p. 29-43.

_____. O Páthos do enunciatário, **Alfa**. Revista de Lingüística, São Paulo: UNESP , v.48, p. 69-78, 2004a.

_____. Teoria dos Signos e A linguagem em uso. In: FIORIN, José Luiz (org). 3ª. ed. **Introdução à Lingüística I**. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2004b. p. 55-74; 165-186.

_____. Pragmática. In: FIORIN, José Luiz (org). 3ª. ed. **Introdução à Lingüística II**. Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, 2004c. p. 161-185.

_____. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2005a.

_____. **Elementos de Análise do Discurso**. 13ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005b.

_____. Gêneros e tipos textuais. In: MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia. (Org.). **Ensaio sobre leitura**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, 2005c, v. 1, p. 101-117.

_____. **Linguagem e ideologia**. 8ª. ed. São Paulo: Ática, 2005d.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e Intertextualidade. IN: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos chave**. Contexto. 2006. p. 161-193.

FLOCH, Jean-Marie. Alguns conceitos fundamentais em Semiótica Geral. In: **Documentos de estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas**, São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticas. PUC-SP. 2001. p. 9-29.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. São Paulo: Humanitas, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica, **Alfa**, São Paulo: UNESP, v. 29. p-111-129, 1985.

GARCIA-PASTOR, MARIA Dolores. Face aggravation, Mitigation, and “unofficial” power in a political campaign debate. **Culture and Power**, p.347-367, 2002.

GEERTZ, Clifford. O senso comum como um sistema cultural. In: **O saber local**. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 111-14.1

GERALDI, João Wanderley. Da redação à produção de textos. In: CHIAPPINI, L. (org.) **Aprender e ensinar com textos de alunos**. vol. 1. São Paulo: Cortez. 1997. p. 17-25.

GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. In: **Ritual de la interacción**. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1970. p. 13-47.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973

_____. A enunciação (uma postura epistemológica), **Significação** 1. Ribeirão Preto (SP), vol. 1, p. 09-25, 1974

_____. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. São Paulo: Vozes, 1975.

_____. **Semiótica e Ciências sociais**. São Paulo: Cultrix. 1976.

_____. Os atuantes, os atores e as figuras. In: **Semiótica Narrativa e Textual**. São Paulo: Cultrix. 1977. p. 179-195.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, s.d.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In DASCAL, M. (org.) **Fundamentos metodológicos da lingüística (IV)**. Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1975/1982. p.81-104.

GRUPO μ . Introdução: Poética e Retórica. In: J. Dubois, F. Edeline, J.M. Klinkenberg, P. Minguet, F. Pire, J. Triron. **Retórica Geral**. São Paulo: Cultrix, 1974. p.25-43.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

JAKOBSON, Roman. Lingüística e Poética. In: **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 118-162.

JESUS, conceição aparecida. Reescrevendo o texto: a higienização da escrita. In: CHIAPPINI, L. (org). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997. p. 99-117.

KAYFFMAN, Ana Maria; RODRIGUES, Maria Helena. **Escola, leitura e produção de texto**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KERBRAT-ORECCHIONI. C. Polidez: aspectos teóricos. In: **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 77-102.

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 5ª. ed. Campinas: Pontes, 1997.

KOCH, Ingedore G.V.: TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto. 1997.

_____, Ingedore G.V.: TRAVAGLIA, L.C. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Argumentação e linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LAKOFF, R. La lógica de la cortesía, o acuérdate de dar las gracias. In: **Textos clásicos de pragmática**. Madrid: Arco/Libros S.L., 1998. p. 259-278.

LANDOWSKI, E. **A Sociedade Refletida**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

_____. **Presenças do Outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LOPES, Ivã Carlos. Entre expressão e conteúdo: movimentos de expansão e condensação. **Revista de Literatura, número especial Semiótica**. Araraquara : Pós-Graduação em Letras FCL-UNESP, 2003.

LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton (orgs.). **Semiótica: objetos e práticas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3ª.ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (org). **Imagens de si no Discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005a . p. 69-92.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Criar Edições, 2005b.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. A propósito do *éthos*. In: **Éthos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b. p.11-29.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. (orgs) **Gêneros Textuais & Ensino**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, Lineide Salvador. A teoria perelmaniana e questão da afetividade. In: Chagas Oliveira, E. (org) **Direito, Retórica e Teoria da Argumentação**. Coleção de Ensaaios/Revista Ideação. Feira de Santana: Ed. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004. p 129 -140.

_____, Lineide Salvador . Introdução. In: MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

NERIS, Leandro de Oliveira. **Leituras escolares de um texto literário**: relação éthos/páthos no discurso. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NEVES, Maria H. M. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). **Língua Portuguesa em debate**: conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000, p.52-73.

OCHS, E. La universalidad de los postulados conversacionales In: **Textos clásicos de pragmática**.Madrid: ArcoLibros SL, 1998. p. 125-144.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PARRET, Herman. O *páthos* razoável. In: **A estética da comunicação**: além da pragmática. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.107-129.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3ª. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA.**Tratado de Argumentação**: A nova retórica. 5ª. ed.São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1958].

PLATÃO & FIORIN. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2004.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, Editora UFPR, n.61, especial, p. 253-269, 2003.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record. 1982.

RAMOS-SILVA, Sueli Maria. **O discurso de divulgação religiosa materializado por meio de diferentes gêneros: dois ethé, duas construções do Céu e da Terra**. São Paulo, 2007. 360f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SAUSSURE, Ferdinand.(1916) **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SERCUNDES, Maria M. I. Ensinando a escrever. In: CHIAPPINI, L. (org.). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997.p. 75-97.

SILVA, Luiz A. Polidez na Interação professor/aluno. In: **Estudos de língua falada: variações confrontos**. 2ª. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 109-130.

_____. Tratamentos familiares e referenciação dos papéis sociais. In: **Léxico na língua oral e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003. p.169-194.

TATIT, Luiz. A abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-209.

TEIXEIRA. Elisa Duarte. Sobre o que se escreve na escola. In: CHIAPPINI, L. (org). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997. p. 49-73.

TRAVAGLIA, Luiz C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º. E 2º. Graus**. São Paulo: Cortez, 1996.

ZANUTTO, Flávia; OLIVEIRA; Neil Armstrong Franco de. O gênero redação de vestibular: O que prova essa (re)produção textual?, **MATHESIS - Rev. de Educação**, v. 5, n. 1, p. 83-103, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.escrita.uem.br/escrita/pdf/naoliveira.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

ZILBERBERG, Claude. **Razão e poética do sentido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ANEXOS: REDAÇÕES DE ALUNOS

ANEXO A : REDAÇÕES DIGITADAS

T11

Desde as civilizações mais antigas, o homem valoriza seu direito de possuir. Há uma necessidade extrema de, para tudo encontrar um proprietários, gerando assim mais uma multidão de injustiçados, que acabam sendo subjugados aos mais fortes, àqueles que, por possuírem melhores condições materiais, acabam privilegiando-se do grotesco sistema social do qual fazem parte.

Em comunidades mais primitivas, os homens viviam sob um regime que não aceitava divisões: os instrumentos de trabalho, a terra e os próprios frutos de seu cultivo, eram coletivos. A situação começou a mudar quando algumas pessoas passaram a nomear objetos e a delimitar áreas como sendo exclusivas de determinados grupos. Aqueles que tivessem maior proximidade com o líder da comunidade, eram beneficiados com as maiores extensões territoriais e com terrenos mais férteis, por exemplo. Perdia-se o sentido de coletividade, para dar lugar ao indivíduo e seus pertences.

Com a evolução dos meios de produção, ocorridos a partir da Revolução Industrial, no século dezoito, as concentrações de renda aumentaram violentamente, agravando a crise social. As pessoas, cada vez mais, queriam possuir, mas grande parte delas não podia fazê-lo, pois as inovações tecnológicas tinham um preço, que só poderia ser pago por aqueles que detivessem o capital. Os trabalhadores participavam do processo produtivo, mas não tinham direito ao produto, pois não eram detentores dos meios de produção.

Com a segunda Revolução Industrial, até os dias atuais, os movimentos sociais intensificaram-se, gerando lutas pela posse de terras. As pessoas passaram a revoltar-se contra a propriedade privada, contra os latifundiários improdutivos, exigindo que fosse feita a tão sonhada reforma agrária. Algumas famílias conseguiram assentar-se, porém não lhes foram dados subsídios para que produzissem, pois as ferramentas para o trabalho não lhes pertenciam e a semente para o cultivo também tinha um custo. Após vários conflitos, não foi possível satisfazer a todos os cidadãos que exigiam seu direito de poder plantar e colher o fruto de seu esforço dignamente.

Como é possível perceber, a partir dos exemplos citados, a situação de absoluta segregação social que originou-se com o surgimento da propriedade, apresenta tendência de agravamento. O consumismo, o materialismo insano e o imperialismo são palavras que se repetem a todo momento. A questão “ter” adquire proporções incalculáveis e, enquanto não soubermos distribuir, dividindo igualitariamente as riquezas geradas, numa total regressão às comunidades mais primitivas, não poderemos abolir o conceito brutal de propriedade.

T12 O cidadão e o direito à terra

O cidadão tem mesmo direito à terra? Nosso corpo vê a necessidade de se ter um espaço próprio, espaço este, em que possamos dizer que é o “nosso canto”. Mas os empecilhos causados para que sejamos donos de “nosso canto” é dado pela corrupção, pela reforma agrária tardia e extensões territoriais que vão muito além de nossas necessidades.

A corrupção política que aflora em nosso país faz com que o dinheiro se concentre nas mãos de poucos enquanto a maioria da população sofre miseravelmente com a falta de alimentos, moradias, educação, vivendo em situações precárias.

Porém, o movimento dos “Sem Terra” busca a divisão de grandes extensões de terras improdutivas para construir suas casas, fazerem suas plantações e se sentirem donos de suas próprias terras; vivendo com dignidade e respeito, mas são tratados como marginais pelo fato da invasão de terras abandonadas, muitas vezes consideradas “mortas”.

A distribuição de terras, muitas vezes não é de maneira correta, fazendo com que “a cerca esteja além de seus limites”, assim, se transformando novamente em latifúndio e minifúndios, ao invés, de terras e direitos igualitários.

Em virtude dos fatos mencionados, a terra é um bem essencial, porém, não deve ser um bem supérfluo, onde “poucos tem muito e muitos tem pouco”, sendo isto, um dos graves problemas que leva o Brasil a ser um país de terceiro mundo, tendo muitas famílias sem abrigo e crianças que deveriam estar frequentando escolas, estão praticando a criminalidade.

T13 ter na medida certa

Vivemos em um mundo em que a necessidade de possuir de ter é muito valorizada e, às vezes, levada ao excesso: todos querem ser proprietários e, como isso, se apropriam daquilo de que não necessitam nem lhes pertence. E o que sempre se destacou, na maioria dos períodos históricos, foi a propriedade da terra: a diferença entre poucos que possuem muito e muitos que têm pouco ou nada.

Segundo Rubem Alves, o homem tem o direito vital de um espaço privado e percebe que não deve ser invadido. Na verdade, há sempre o limite entre seu espaço e o do outro. Porém, não é assim que vem acontecendo desde a invenção da propriedade privada. Uns se apropriam de um espaço maior do que necessitam, invadindo o espaço dos demais; enquanto que estes, os “invadidos”, não possuem nem sequer um espaço deles.

Assim, “há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade de seu corpo”. Um exemplo concreto é a desigualdade da distribuição de terra no Brasil os latifundiários possuem imensas fazendas, muitas vezes improdutivas, enquanto que a maioria da população rural não tem nem ao menos a terra de que necessita para sobreviver.

E as conseqüências dessa desigualdade são a pobreza, a concentração de renda e mortes. João Cabral de Melo Neto, em “Morte e Vida Severina”, demonstra essa situação com o episódio da morte de um trabalhador rural da zona da Mata Nordestina. Ele só conseguiu o pedaço de terra pelo qual tanto lutou na vida, quando morreu: o espaço era cova em que foi enterrado, pois era a parte que lhe cabia daquele latifúndio.

E, atualmente, aqueles que lutam, protestam e exigem que o direito à posse de terra seja atendido, são reprimidos e ignorados pelo Estado. Para ilustrar, citam-se o MST (Movimento dos sem-terra) no Brasil e o Movimento Zapatista, no México. Ambos formados por pessoas que exigem a reforma agrária, que querem, apenas que lhes seja devolvido aquilo à que têm direito: a terra, o alimento, a vida.

Claro está que o homem necessita de um espaço, de um pedaço de terra para conseguir sobreviver. Porém, muitas vezes, esse direito lhe é negado por aqueles que querem possuir mais do que as suas necessidades exigem. E a solução para esse problema é simples: a mentalidade das pessoas deve se libertar do conceito de “ter” muito e passar para o conceito de “ter” o necessário.

T14

Atualmente vivemos em meio a uma economia capitalista, que é regida pelas regras de mercado, ou seja, a lei da oferta e da procura. Para que esta seja sustentada, imposta e fortalecida, faz-se necessário um fator básico: a exploração. A prova para tal, está em nosso próprio processo histórico, onde a América Latina, submeteu-se a potência capitalista norte-americana, ou melhor, a ascensão de uma depende da degradação da outra.

O capitalismo tem como seu símbolo maior os EUA, que fortaleceu-se com a globalização, pois pode exportar seus produtos com tecnologia de ponta para os países subdesenvolvidos que aglomeram sua dívida externa. Neste contexto, países como o Brasil, envolvidos pela dívida externa, precisam fortalecer uma economia de exportação, e assim, produzir em grandes quantidades, propiciando a formação do latifúndio pelos donos dos meios de produção, e desta forma, deixando a maior parcela da população brasileira distante das riquezas, sem a sua “fatia do bolo” que já se tornou imenso nas mãos dos donos do poder.

A exclusão da população das riquezas do país causa o desemprego (necessário para manter a economia de mercado capitalista) e a desvalorização da mão-de-obra, fazendo com que a massa trabalhadora esteja exposta a salários insuficientes, deparando com mais uma privação, a privação dos direitos humanos. Pessoas passam a viver sem o mínimo de dignidade, tendo como casa favelas, como refeição apenas restos e como escola o mundo. Assim, como queremos lutar por paz, criticando a violência de nossos centros urbanos se deparamo-nos com milhares de pessoas excluídas totalmente de qualquer direito. Além disso, o que mais flagela é que esta realidade alcançou as fronteiras da globalização, aumentando a desigualdade e má distribuição de renda no mundo inteiro.

Enfim, estamos envolvidos pela máquina capitalista e perdemos as rédeas deste cavalo selvagem. Agora, cabe a cada um de nós rever nossos conceitos e não deixarmos-nos envolver pelo consumismo desenfreado para que a nossa derrota não resuma-se a vitória de outro alguém (e vice-versa). Conheçamos nosso limite e vejamos a necessidade do nosso próximo, para que, desta forma, um dia possamos ver reformas agrárias e sociais na realidade, aumentando a participação da população tanto econômica quanto politicamente.

T15

A posse da terra sempre esteve associada com a evolução do homem. Desde que este deixou de ser nômade e passou a se fixar num pedaço de terra (para plantar e colher seu próprio alimento), fronteiras foram estabelecidas, separando os homens de culturas diferentes.

Mas o problema surge quando homens pertencentes à mesma sociedade, de mesma cultura, se julgam superiores aos seus conterrâneos. Num mesmo espaço de terra, a fertilidade de solo pode variar. E aquele que possuir a parte mais fértil terá uma vantagem sobre o outro. Surgem, daí, as cercas, dando origem à fronteiras geográficas e, conseqüentemente, fronteiras sociais.

Inicia-se um ciclo vicioso e crescente. Como a natureza humana se baseia na competição intra-específica, os homens com melhores terras competem com os de piores terras quanto à produção de gêneros agrícolas. Os proprietários das piores terras não conseguem produzir tudo aquilo que necessitam (já que suas terras não são tão férteis), tendo que recorrer ao excedente gerado pelos proprietários das melhores terras. Gradativamente, aqueles começam a acumular dívidas, e a única maneira de saná-las é cedendo a terra que lhes pertencia à estes. Torna-se visível a concentração de terras nas mãos de poucos. E esse pedaço cedido de terras será utilizado pelo recém “senhor de terras” como área para pecuária extensiva ou como área para o plantio de gêneros agrícolas que o mercado exige, ele muitas vezes torna o solo fértil (por exemplo, o plantio de cana para a obtenção do açúcar. Surgem o latifúndio improdutivo e o sem terra, que promovem a estagnação da economia. O latifúndio se produz, e em larga escala, o que gera lucro ao “senhor” , sendo, na maioria das vezes, monocultores. E o sem-terra, como não produz, não comercializa, e não obtém dinheiro, impossibilitando-o de comprar produtos da indústria nacional. Conseqüências: recessão e movimentos pró-reforma agrária.

No Brasil, este ciclo dificilmente será quebrado, já que os grandes senhores de terra são, ao mesmo tempo, integrantes do senado brasileiro, e não aprovarão leis que diminuam ou que acabem com seu coronelismo.

T16

Os textos tratam de um mesmo assunto sob aspectos diferentes, na qual o tema é a necessidade de um espaço de trabalho, ou de uma propriedade.

É possível abordar esse tema de vários aspectos diferentes como por exemplo: existem pessoas que já possuem uma propriedade e fincam suas cercas, porém há pessoas que fincam suas cercas para além de seus limites, onde não há necessidade disso, e a sua consequência faz com algumas pessoas fiquem sem propriedades ou espaços.

Outro aspecto que pode-se citar é o desejo de possuir uma propriedade e ser chamado de proprietários pelas pessoas ao nosso redor. A propriedade é o bem mais essencial pois com ele, não há necessidade de nada. Porém esse desejo, muitas vezes faz com que nos tornemos propriedade de nossos próprios desejos.

Outro aspecto que também é possível observar-se é a necessidade de possuir uma propriedade, nem que fosse um pequeno espaço de terra, para que as necessidades humanas de cada um possam ser supridas através do trabalho, pois no último texto, a morte está bem explícita, e o motivo é que não há condições sociais e econômicas para realizar o trabalho e acima de tudo não há terra onde se possa trabalhar.

Portanto, resumindo tudo, o primeiro texto fala sobre as pessoas que ultrapassam seus limites na proporção das propriedades, o segundo fala sobre a necessidade e privilégio de possuir uma propriedade e de ser chamado de proprietário e o terceiro fala sobre a necessidade de possuir uma propriedade ou um pequeno espaço de terra onde se possa trabalhar e suprir suas necessidades.

Logo, conclui-se que o tema “propriedade” pode ser abordado de maneiras diferentes e de aspectos diferentes, tanto socialmente quanto economicamente. E as maneiras pelas quais foram abordadas possuem suas vantagens e desvantagens, ou seja, às vezes trazem benefícios como também podem trazer prejuízos.

T17

Numa sociedade que parece não conhecer limites nos campos científicos e tecnológico, pode parecer absurdo que ainda existam pessoas que vivam em viadutos por não possuírem um bem que é direito de todo cidadão: uma propriedade. Mais do que isso, parecesse que ainda hoje a humanidade ainda não se conscientizou que, embora sejam poucos os espaços disponíveis, há lugar para todos, bastando um pouco de planejamento e, mais do que isso, solidariedade.

Tomemos como exemplo o Brasil. É ridículo e inconcebível que num país de dimensões territoriais abissais, haja um grupo como o MST (Movimento dos Sem-Terras), formado, em sua maioria, por pessoas que não têm onde morar. Isso toma proporções ainda maiores se levarmos em conta que no Japão, um país menor que o estado de São Paulo, o número de pessoas consideradas sem terra (ou sem teto) é infinitamente menor que no Brasil.

Embora o Brasil não tenha uma densidade demográfica muito menor que a do Japão, lá, na Terra do Sol Nascente, eles há muito tempo já perceberam os limites físicos de um país, e puseram-se no encalço de uma solução. Tentaram fazer uma expansão territorial, o que os tornou protagonistas da 2ª. Guerra Mundial. Mas em meados do século XX, com a Revolução Meiji, encontram a solução: a Reforma Agrária. E num país minúsculo e quase tão populoso como o Brasil, quase não há pessoas que dormem em baixo de pontes.

Portanto, cabe ao poder público tomar as providências cabíveis, para não deixar mais que grandes latifundiários, através de atos ilegais e ações fraudulentas, tenham posse de extensões territoriais do tamanho do estado do Pará. E mais do que isso, cabe a nós, cidadãos, cobrarmos e lutarmos juntos por uma sociedade mais digna e mais igualitária.

T18 Chance de mudança

Rousseau afirmou que a origem da desigualdade entre os homens originou-se com o advento da propriedade. Quando um indivíduo cercou um pedaço de terra e disse: “isto é meu”, e encontrou pessoas suficientemente simplórias para aceitar, originou-se a propriedade.

Não obstante, sabe-se que os frutos da terra são de todos e que a terra não pertence a ninguém. Lamentavelmente, não é esse pensamento que permeia a sociedade, principalmente no Brasil. Esse país ainda possui uma mentalidade retrógrada e escravocrata, em que poder é sinônimo de dinheiro e grande propriedade. E é nesse contexto que se insere a gênese da tão propalada desigualdade que campeia à larga no país.

Platão, em sua época, já afirmava que “a pobreza dos homens resulta do aumento de seus desejos, e não da diminuição de suas posses”. Parece que esse pensamento está mais atual que nunca. Porquanto o homem deseja acumular cada vez mais riquezas, propriedades, bens, muito além de suas necessidades de sobrevivência. E são gritantes as consequências que, por conseguinte, se perfazem.

No Brasil, por exemplo, a elite e sua visão reacionária são as grandes responsáveis pela brutal concentração de terras no país. Como a propriedade confere status e poder às classes mais abastadas, essas últimas utilizam-se de sua posse de terras para subjugar a grande parcela de párias do país. Ademais, como fruto das disproporções entre ricos e a arraia-miúda, o Brasil situa-se em 6^a lugar no IDH e é amiúde, abalado pela pobreza abjeta.

Urge pois, uma mudança na visão de propriedade. Marx em sua célebre tese sobre Feuerbach, afirma que “os filósofos até hoje interpretaram o mundo de várias maneiras, chegou a hora de mudá-lo”. Um caminho poderia ser alicerçado em uma distribuição mais equânime de terras, ou seja, na reforma agrária. Esse caminho não é fácil, mas há sempre uma chance na sua tentativa.

T19 “Proprietários da injustiça”

Reforma agrária é um item que vem sendo discutido, no mundo inteiro, há quase dois milênios, desde os irmãos Caio e Tibério Graco, no Império Romano. Propriedade, por sua vez, é discussão proveniente da época do Iluminismo. E, ao que parece, as opiniões e idéias sobre esses assuntos pioram com esse longo tempo. Os fatos provam isso

Em todo e qualquer país, usa-se o mesmo argumento: “cheguei aqui, ocupei, comprei; portanto, a terra é de minha propriedade”. E a pergunta mais comum dentre os indignados é: “quem disse que isso garante o direito de ser dono da terra, ou algo que o valha?”. Como se vê, opiniões fontes, de um lado e de outro.

Porém, levando em conta o desenvolvimento das civilizações, quem estaria com a razão? Quem estaria usando argumentos corretos e/ou éticos, de acordo com diversos fatores? Opiniões de especialistas não faltam.

Ruben Alves, em “Tempus Fugit”, começa claramente defendendo o “direito à terra” com a seguinte frase: “... claro que as cercas são necessárias. A pele é uma primeira cerca; depois, a roupa. E a casa”. Porém, depois de continuar todo seu texto defendendo essa mesma opinião, deixa sua contra-opinião implícita na última frase (“... mas há aquelas que ficam cercas para além da necessidade do corpo”). E deixa para o leitor o trabalho sujo de interpretar essa contra-opinião. Ou seja: Alves é um escritor que se assemelha a um político pois exaltou as vantagens e necessidades da propriedade e foi superficial falando das desvantagens, ignorando-as.

Já Saulo Coimbra mostra uma visão mais detalhada e menos pessoal da propriedade, chegando a sugerir uma deturpação do conceito da mesma em “... quantas vezes não pensamos se proprietário de algo, e já nos tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir”. É uma opinião bem equilibrada e atual. Seria uma excelente pessoa à ir em debates sobre propriedade e direitos autorais.

E, por fim, o grande escritor João Cabral de Melo Neto, falecido em 1999, fez um retrato irônico dos “coronéis” que pensam que a propriedade é “atropelo à cidadania” ao escrever o clássico “Morte e vida severina”. Cabral, “a priori”, pode parecer tendencioso quanto aos sem-terras e categorias similares. Porém, sua opinião é fundamentada em fatos reais (e históricos!!), além de saber dizê-lo em inigualável e marcante poesia. Seria a pessoa ideal para ser uma espécie de “consciência crítica-intelectual” de grupos como MST e quetais.

Com essas três opiniões, podê-se mostrar, por analogia, as opiniões dos políticos, de intelectuais e dos que “sofrem na pele”, respectivamente. E uma possível solução seria fazer o

óbvio: um debate-congresso, ou algo que o valha, entre essas três categorias, de modo que se discuta com PROPRIEDADE (!), os itens à serem assentidos no tocante à nossa reforma agrária, além de determinar um consenso quanto ao conceito de propriedade. Afinal, na base do diálogo se resolve muitas coisas, pois nenhum ser humano tem PROPRIEDADE SOBRE OS SENTIMENTOS E IDÉIAS DE OUTRO SER HUMANO, não podendo, portanto impôr sua opinião a outrem.

Ninguém é proprietário do direito de fazer injustiça.

T20

Todo e qualquer ser humano, independente de sexo ou classe social, já nasce com certas possessões. A partir do nascimento, é a sua vida que estará em jogo, é a sua saúde que deverá ser bem cuidado, é a educação recebida que formará o seu caráter. É da natureza humana a busca pelas aquisições, a vontade de ter algo só seu, de ser dono, e de poder dizer: “Isto pertence a mim”. O homem precisa ter algo seu, algo para dar valor e também para se orgulhar. Enfim, algo para chamar de propriedade.

Entretanto, é também da natureza humana uma característica que se chama ambição. Apesar de em algumas pessoas ela não se manifestar de forma tão presente e agressiva, em outras é extremamente visível, e é isso que faz com que poucos tenham muito e muitos tenham pouco.

Um exemplo típico dessa “divisão” é o que ocorre na zona rural agrária do Brasil. As terras são abundantes, há muito espaço para plantação de alimentos e criação de animais, e no entanto são poucos os seus proprietários. Proprietários estes que por terem tantas posses e tanto para fazer, acabam deixando parte dessas terras abandonadas, sem nenhuma utilização e portanto terras sem valores lucrativos. Já por outro lado, é também abundante o número de pessoas que não têm onde morar, pessoas que não têm o que comer, ou seja, pessoas sem terras. Não possuem a terra, mas têm o desejo de possuí-la, e com isso garantir o mínimo suficiente para ter uma vida decente. E é esse o objetivo dos sem-terra, que esperam e lutam por uma reforma agrária no país, mas que parece nunca sair. A mentalidade dos grandes proprietários deveria ser outra. Já que parte de suas terras não geram capital e nem são utilizadas, elas deveriam estar então nas mãos de quem lhes desse seu devido valor, e que as movimentasse. E produzissem nela para ter o que chamar de “minha propriedade”.

Talvez tudo isso seja resultado do mundo capitalista com o qual fomos acostumados a viver. Um mundo que idolatra a busca pela propriedade, a busca pelo lucro, a busca pela descontrolada ascensão. É um mundo em que a lei vigente é a do “pode quem tem”. E assim sempre foi. Tem poder quem tem o que mostrar, quem tem com o que se exhibir, e quem não tem acaba mesmo ficando às margens. Não importa qual seja a propriedade, o que importa somente é tê-la. Um mundo que muitas vezes recebe muito de alguém e nada lhe dá. Um mundo repleto de trabalhadores que trabalham a vida inteira, e muitas vezes não conseguem ao menos um lugar próprio para morar.

Se as pessoas percebessem que o suficiente para poder viver é o básico, aquilo que é mesmo necessário, talvez elas percebessem que o melhor da vida são os pequenos prazeres que ela nos proporciona, no dia-a-dia, num encontro com um amigo, num almoço em família, num singelo cumprimento de alguém que passou ao seu lado. Talvez assim as posses e as propriedades não seriam tão valorizadas nem mesmo veneradas, e essa divisão entre “ter” e “não ter” seria superada.

T41

O primeiro ser que cercou um pedaço de terra já tinha suas intenções capitalistas muito antes dos burgueses europeus. A propriedade, ainda hoje, é um bem sonhado por muitos: sonho de ter um carro, uma casa, uma pessoa, uma quantia em dinheiro, uma vaga na faculdade, enfim, quase tudo hoje pode ser possuído. Assim, incentiva-se o consumo e move-se o mundo.

Mas os custos são cada vez mais altos. Para que essa ânsia por consumo seja saciada, os homens vêm perdendo sua humanidade progressivamente. A desigualdade tornou-se uma constante em nossa realidade. Juntamente com a propriedade surge a desigualdade social cultural e econômica.

Cercando territórios não só registra-se aquele pedaço de terra como posse, mas também protege-se o espaço daqueles que não tiveram acesso às tão faladas propriedades. Condomínios fechados, por exemplo, ao tentarem proteger suas posses do resto do mundo, os proprietários submetem-se ao cárcere de seus próprios muros. E, como dito por Saulo Coimbra, “nos tornamos proprietários do nosso desejo de possuir”.

Se propriedade é “aquilo que não me é estranho”, que é parte de mim mesmo”. Segundo Rubem Alves, também somos vítimas de roubo quando temos nossa ideologia manipulada por qualquer tipo de instituição. Todos protegem casas, mas poucos preocupam-se em proteger algo mais valioso como idéias, conceitos e opiniões; algo que nunca nos deveria ser roubado. Talvez essa seja a propriedade que através de boa instrução, é a mais difícil de nos ser tirada.

A solução para esses dois tipos de propriedade apresentados requer esforços conjunto de população e governo, Para propriedades “sólidas” a solução poderia ser uma melhor distribuição, coerente à realidade atual juntamente com trabalho de todos, como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terras. Já para a propriedade dentro de cada um de nós seria necessário uma reforma educacional para que haja solidez nas idéias do povo que assim pode conseguir sua independência cultural e negar a manipulação ideológica que é submetida.

Ou seja, terra e boas escolas para todos podem ser o começo de um povo sem desigualdades e que convive em harmonia com as propriedades existentes.

T42 Exploração ou sobrevivência?

A questão da propriedade sempre foi assunto dos mais importantes, principalmente nos dias atuais. Essa questão é motivo de disputas, guerras, revoluções e muitas mortes, já que quem luta muito pela terra, acaba ficando preso a ela para sempre.

Quando a terra era coletiva, na antiguidade, não era sinônimo de poder, mas sim de sobrevivência e de união. A desigualdade social e todas as contradições de classe que marcaram a história tiveram seu início no surgimento da propriedade privada. Possuir as melhores terras era um privilégio das instituições religiosas e políticas nas Idades Médias e Modernas e, hoje, passa a ser privilégio das instituições econômicas, que dominam o mundo internacionalizado: as transnacionais.

Terras pobres e improdutivas são facilmente transformadas em empresas agrícolas que visam a produção em larga escala. A propriedade das terras está cada vez maior concentrada nas mãos de um número menor de pessoas, e as desigualdades aumentam enormemente porque a produção se destina, em sua maioria, aos grandes proprietários, com alto poder aquisitivo. Enquanto a luta dos capitalistas é para aumentar o lucro, o da população é por um pedaço de terra para produzir o básico para sobreviver. Por esse antagonismo, ocorrem conflitos que são cada vez mais generalizados e esse problema parece nunca ter solução, já que a Reforma Agrária não é uma opção plausível para os nossos governantes.

As pessoas, sem propriedade, acabam perdendo sua identidade e aumentam os problemas sociais, causados pela alta violência nas grandes cidades, crescimento exagerado das mesmas e falta de infra-estrutura, provocando uma urbanização. Trabalhadores, no entanto, continuam migrando em direção aos centros urbanos em busca de melhores condições e acabam ficando à margem da sociedade.

Essa realidade, porém, não durará muito, pois um dia o sistema sucumbirá em sua própria contradição, que é a desigualdade cada vez maior com os ricos enriquecendo às custas dos pobres, cada dia mais miseráveis. Esse aumento excessivo dos produtos em circulação e a diminuição do poder de compra de alguns e conseqüentemente do mercado consumidor, nos levará, quem sabe a uma volta à Antiguidade e à propriedade comum. Se este dia chegar, talvez o homem com sua imensa inteligência saiba aproveitar o que de mais importante lhe pertence: a propriedade dos meios de sua sobrevivência e conseqüentemente a propriedade de si próprio.

T43

Os três textos sugeridos tem como principal tema a terra, onde cada qual trás uma leitura particular.

No texto I, temos o homem representado como um pedaço de terra, onde seu litimi primário dá-se pela pele, que é sua cerca, e posteriormente vem a roupa e a casa, Mas, o homem tem como necessidade ampliar seu espaço; na medida que a própria vida o dirige para tal fim.

Os limites da “terra”, que é meu “corpo” são definidos através da minha necessidade para viver ; mas haveram outros que ultrapassam o limite necessário para este corpo.

Já no texto II, a terra é retratada como propriedade e poder, desejada pelo homem, esta pode adquirir um carater de pura necessidade ou, até um luxo, uma exautação ao latifúndio. Esta é tomada como algo a possuir, mas, que em determinado momento exerce em nós o poder inverso; passamos então a sermos possuídos por ela.

A terra pode também ser interpretada como o “fim” que cabe a todos nós, é essa a leitura dada pelo texto III, onde a terra é a cova que nos é dada por direito, não há aqui nenhuma conotação de “espaço corporal” e nem mesmo como, propriedade necessária para a sobrevivência.

Coloca o homem como um ser sem direitos, como se nada que houve no mundo fosse seu.

A terra que outrora gostaria de ver dividida em vida apenas servirá como cova para seu corpo morto.

T44

O Brasil hoje vive um dilema: aprovar ou não a reforma agrária. Alguns acham a divisão de terras injusta, pois, a maioria possui menos ou nada em relação a outros, os grandes latifundiários.

Proprietários de terras muitas vezes não ocupam todo seu território, chegando a comprar mais propriedades a fim de satisfazer seu ego e sua ambição mesquinha, por isso, o povo se revolta, pois acha que muitos possuem muito mais do que deveriam ter, portanto a divisão de terras seria um modo legal de acabar com isso.

Os acampamentos de sem-terra que são ocupados por gente humilde, sem trabalho e moradia, se alastram pelo país, invadindo terras ou ocupando àquelas doadas pelo governo, um meio de vida fácil, barato e medíocre controlado pelo governo.

Para os políticos de plantão a reforma agrária é um modo de se eleger, basta apenas algumas promessas, e os votos surgem: para os já eleitos aprovar esta reforma não seria nada inteligente, pois comprariam briga com os fazendeiros que se encontram em grande número e dão lucros ao país, enquanto isto sustentam a ilusão do povo com suas propostas antigas e desgastadas e fazem desse assunto um marketing da democracia brasileira.

As opiniões variam, este é um assunto complexo para ser resolvido facilmente, mas também não é nada de outro mundo para obter uma resolução tão demorada por parte dos envolvidos: governo, latifundiários e sem-terras.

O país aguarda uma resposta, quer ver de seus administradores as promessas feitas em campanhas, mas também não acha certo que uma propriedade que tinha um dono, que pagou por ela e que a usufruiu totalmente ou não, seja desapropriada e passadas apessoas que talvez só fazem parte deste movimento por baderna e que na opinião de muitos se quisesse realmente trabalhar buscaria uma ocupação.

Enquanto não se vê o fim desta discussão, cabe aos brasileiros esperar, e acreditar que um dia algo seja feito, só resta saber se será ou não tarde demais.

T45

A propriedade privada é uma realidade mundial. Após a queda do muro de Berlim simbolizando o fim da URSS e consequentemente a vitória capitalista sobre o socialismo, a propriedade comunitária (característica socialista principalmente) deixou de ser uma alternativa para o processo econômico, passando a ser um método ultrapassado. As mudanças em relação à propriedade se realizam no mundo inteiro, portanto, analisar as consequências dessas transformações é por em evidência a forma como o capitalismo está se disseminando em países ex-socialistas, bem como em países sub-desenvolvidos não socialistas.

A primeira constatação que se faz é extremamente relevante: a desigualdade agrária existente no mundo. O Brasil é um claro exemplo disso, pois o país possui proprietários de grandes extensões de terras, uma grande parcela da população proprietária de pequena extensão de terras, ou totalmente sem terras. O problema se agrava quando se descobre que boa parte dos latifúndios são improdutivos. Com tudo isso, pode-se entender que o desenvolvimento capitalista, elucidado pelo exemplo do Brasil, acabou privilegiando uma minoria e colocando a maioria à margem da possibilidade de cultivar um pedaço justo de terra. Tudo isso aconteceu pela forma como o capitalismo entrou nas ex-repúblicas socialistas, assim como a sua desumanização nos países subdesenvolvidos não socialistas, como os pertencentes a América Latina. A rapidez com que as mudanças econômicas (a propriedade inclusive) se efetuaram não respeitando a estrutura social e histórica de cada país, trouxe graves problemas: a concentração de terras, baixa produtividade em relação à potencialidade de produção, conflitos sociais e instabilidade política consequentemente, e a possibilidade cada vez mais distante de uma reforma agrária, uma vez que os grandes proprietários de terras aproveitaram a política econômica neoliberal propagada pelo mundo para conseguirem mais poder.

O sucesso da propriedade privada só pode ser destacado nos países desenvolvidos (França, Japão. EUA). A dinâmica capitalista respeitou a estrutura e características peculiares de cada nação e a sua implementação foi gradual. A elevada produtividade da terra, uso de mão-de-obra especializada, a ocorrência de uma reforma agrária abrangente são exemplos do que ocorre nos países desenvolvidos e como o capitalismo pode ser mais democrático.

O mundo do século XXI passa por um período de estagnação ou, segundo visões mais pessimistas, por um retrocesso em relação a distribuição de terra para a população. A desigualdade agrária acentuada pela aceleração capitalista mostra como a desintegração da propriedade comunitária (ex-repúblicas socialistas) e do primitivismo rural (países

subdesenvolvidos não socialistas) acarretou graves danos sociais, políticos e econômicos. Dessa forma o saldo positivo apresentado nos países desenvolvidos são totalmente anulados ou substituídos quando se vê o que ocorre no Brasil, América Central, Rússia, entre outros.

A pergunta que fica é se o capitalismo conseguirá reverter esse quadro ocorrendo uma distribuição igualitária de terras. Para isso ocorrer a humanidade deve se assentar no trinômio: esperança, reformas e igualdade.

T46

Séculos e anos se passaram e continuamos vivendo em um mundo de explorações e hierarquias. Por um lado algumas coisas mudaram mas para os Sem-terra nada foi feito. Desde os movimentos de misticismo ocorridos em grande parte do nordeste Brasileiro encontramos a população oprimida e passando fome por não terem um pedaço de terra para plantar.

Os grandes latifúndios dominam tais regiões e exploram seus empregados como na época da escravidão onde parece estarmos voltando ao passado. A maioria monopoliza regiões de maiores carências e tendo privilégios de governadores e políticos. A população vive em situação precária, para sobreviver muitas comem farofa ou palmeiras, seus filhos morrem devido a baixa nutrição. Por esses e outros motivos vivenciamos em um País onde a sociedade discrimina essas pessoas e muitos ao lutarem pela terra são mortos por não nascer em casa de grandes proprietários, que ambiciosamente desejam ter cada vez mais maiores propriedades.

O capitalismo contribui muito por isso, pois com o modo de produção de lucros e a propriedade privada ocorreu a divisão da sociedade e acabando com a produção coletiva e de subsistência, como no modo de produção asiático onde tudo era coletivo e voltado para a própria subsistência;

Com a ganância do homem e a ambição, tudo se transformou e os menos beneficiados são prejudicados até tempos atuais e por não possuírem uma família nobre, assim passam fome devido a má distribuição de terra. Apesar dos governadores sempre comprometerem na resolução da reforma Agrária nada foi feito para beneficiar os sem-terras, pois apenas não passam de promessas que em época de eleições são ditas para ganharem voto e nada é feito.

Os latifúndios parecem dominar os políticos, muitos deles são proprietários de terras e de grandes fazendas de cacau como na Bahia onde Toninho Marvadesa, o grande protetor dos pobres Bahianos deixa a população passar fome e viver em situações precárias e por outro lado é idolatrado e defendido pela população. Ao invés de fraudar painéis no congresso deveria visualizar a situação da população e do sertão nordestino, concluímos que a carência do País são políticos a fim de trabalharem seriamente, o que falta em nossa terra.

Como os latifundiários mandam e desmandam no governo, fica difícil de ser encontrada resolução para a Reforma Agrária pois como será feita a distribuição de terra se os governadores apóiam os latifundiários, portanto parece que o sistema da Reforma Agrária está cada vez mais distante de ser resolvido.

T47 Aniversário sem bolo

No início do século XVI mais uma porção de terra era descoberta pelos precursores da expansão marítima, os portugueses por volta de 1500 “acharam” um imenso território que abrigava nativos “com suas vergonha de fora”, uma natureza esplêndida e diversa, belas praias e palmeiras, onde canta o sabiá.

Com isso, a preocupação com a delimitação da nova propriedade desencadeou vários tratados, como da Bula Inter Coetecera e mais tarde o de Tordesilhas, que praticamente corresponde ao tamanho do Brasil atual. Acordos estes, assinados entre Portugal e Espanha, esclarecendo e oficializando os domínios de cada um. Com a anexação do Acre a terra tupiniquim adquire suas formas atuais. Tratava-se, então, de uma considerável porção territorial, no entanto, a economia e consequentemente, a população concentram-se no litoral. Sob ameaças de invasões, ou seja, por receio de perder as terras, houve uma tentativa de ocupar o norte do país. Os bandeirantes em busca de riquezas minerais contribuíram para um avanço rumo ao interior. Inevitavelmente aconteceram invasões, mas as fronteiras foram mantidas. Desde então, o Brasil continua o “mesmo”.

Mesmo com milhares de hectares ainda enfrentamos o problemas da distribuição agrária em nosso país, o que nos encaixa no contexto de “país populoso, mas pouco povoado”. Grandes latifundiários mantêm suas vastas propriedades, muitas vezes, improdutivas; chegando ao cúmulo de um único homem ser “dono” de quase um estado, como é o caso do Acre. Enquanto no norte temos verdadeiros vazios demográficos, no sudeste, principalmente em São Paulo, não há mais espaço disponível para o povo. Trabalhadores do campo garantem seu ganha pão somente em épocas de safra, tendo portanto, que buscar recursos no mundo urbano. Lá chegando, depara-se com centenas de marginalizados, excluídos, que um dia também tentaram a sorte na cidade. Com isso ele torna-se mais um nas ruas, ou se integra ao grupo dos que lutam pelo seu pedaço de terra, os sem-terra.

O movimentos dos sem-terras é um apelo às autoridades competentes para que um mínimo de dignidade seja alcançado por esses reivindicadores. Há alguns anos Delfim Neto desenvolveu um plano econômico, o qual era explicado como: “Temos que deixar o bolo crescer, para repartirmos”. O ministro se referia à economia da época, que era preciso deixá-la “crescer”, para que depois todos pudesses desfrutá-las. No entanto, a grande maioria espera pelo seu pedaço até hoje. Assim como no plano agrário

T48 Pedido de urgência

Talvez não soubessem os grandes pensadores capitalistas como Locke e Rousseau, a tamanha desigualdade social que suas teorias viriam, séculos mais tarde, frutificar. É claro que não se tem intenção alguma de atribuir-lhes qualquer tipo de culpa, tendo em vista os diferentes contextos históricos. Todavia, a propriedade atingiu tal valor, que sua distribuição, descontrolada pela ambição de poucos, é hoje uma das principais causas da pobreza, em nosso país, e muitos outros.

A razão de existência deste texto é absolutamente desprovida de qualquer caráter histórico ou filosófico. Contudo, cabe citar de forma breve as origens históricas da má distribuição de terras no Brasil. Obviamente, um país que teve, em sua formação, a divisão de suas terras estabelecidas através de capitanias hereditárias e sesmarias, seria, hoje, incapaz de mostrar uma total e justa distribuição destas mesmas terras. Ainda, do Brasil colonial ao atual, o sistema político, atravancado pela corrupção, oligarquias e coronéis de interesses mesquinhos, se mostrou incapaz de pensar e realizar qualquer tipo de reforma estrutural.

A propriedade, aos olhos dos grandes proprietários nada mais é que um investimento, fonte de acúmulo de riqueza. Não necessita de terra para sobreviver, e sim para se manter em luxo.

Já para a grande maioria da população, a terra é essencial para a sobrevivência. Estas pessoas seriam capazes de alimentar toda uma família, apenas com o produzido em alguns metros quadrados de solo, se o tivessem.

Apesar de tantos movimentos – entre outros, o dos Sem-Terra- o pequeno proprietário ainda é oprimido pelos grandes proprietários, e suas pequenas propriedade fagocitadas pelos grandes latifúndios. A corrupção nos cartórios facilita a obtenção de escrituras falsas, e a carência de uma fiscalização intensifica o problema. Cabe ainda citar as raras e ineficazes punições à grilagem, aos posseiros, aos jagunços, o que faz transparecer que, o alcance da lei nestas regiões é quase que inexistente.

Há, portanto, uma urgência no que tange à reformulação de leis, à reestruturação – ou até mesmo à extinção – dos cartórios, à um projeto estrutural de redistribuição de terras, de forma acelerada e eficiente. Ou ficaremos a nos indagar qual será o futuro de nosso país, e quantos movimentos violentos veremos surgir.,

T49

Terra para todos

Em nosso país, há 70% de terras não estão sendo utilizadas, que não tem plantio, construção e muitas vezes nem donos. Muitas pessoas não têm onde morar pois não têm terra para construir a sua casa. Embora não depende delas, e sim do governo que têm que ajudá-los.

Há latifundiários que têm terras e não usam, não fazem plantio, nem construções, ou seja, as terras estão paradas. Nelas poderiam morar muitas pessoas que não têm terras, assim podiam fazer plantio, morar lá e sustentar-se com o dinheiro conseguido através do plantio.

Algumas vezes a terra pode estar desocupada, mas é porque ela é ruim, ou o lugar não tem água, o solo é seco. Um exemplo onde acontece isso é no Nordeste brasileiro, pois há terras desocupadas, só que não há água para o plantio, o solo é seco. Com uma situação dessa, é difícil ganhar dinheiro, se sustentar, principalmente no Nordeste.

Quando se fala em reforma agrária, tudo está relacionado à terra, latifúndio. Cada família no Brasil teria que ter direito à terra, pois não é justo uns terem muitas terras, além do mais paradas, e outros sem terra que é o caso do MST (movimento sem terra) que lutam para conseguir um pedaço de terra, um pequeno latifúndio.

Portanto, o governo teria que analisar a situação dos integrantes dos movimentos sem terras e achar uma solução, assim todos ficariam com terras e nenhuma terra ficaria parada.

T50 Propriedade: a (dês) humana e congruente

“Que cada ser humano faça implodir seu desejo mais genuíno de posse! E assim ver-se-á tiranias desabando como castelos de areia”. Com palavras e expressões semelhantes a esta, La Boétie, um dos pais da tradição libertária, sistematizou sua filosofia política. Vivendo sob as pressões financeiras configuradas, principalmente, em aumentos progressivos de impostos, o autor levantava, em plena França do século XVI, possíveis soluções para o fim da opressão. O seu diagnóstico? Simples e direto: todos os seres humanos possuem, das formas mais variadas, múltiplos desejos de posse. As sociedades humanas organizavam-se para ele, em infinitas cadeias de relações de poder, algumas das quais muito extensas e explícitas - como, por exemplo, o domínio do monarca sobre os franceses – outras muito mais sutis e reduzidas- como, por exemplo, a teia de relações conjugais, o domínio irrestrito do marido em relação à esposa. La Boétie via a sociedade tal qual uma pirâmide de tiranetes, onde o “comandante-mor” (o monarca) comandava uma rede de tiranos menores, os quais, por sua vez, possuíam o seu campo de domínio. A sua proposta para a liberdade integral e para o fim da tirania? Também neste ponto, La Boétie é claríssimo: a igualdade absoluta chegaria apenas quando todos – sem distinção- abdicassem de seus desejos de posses. Implodindo-se a pirâmide de tiranetes, o maior dos tiranos cairia como um ídolo de barro.

A filosofia de la Boétie não chegou a ser aplicada com sucesso na França quinhentista. No entanto, o seu “diagnóstico” permanece indubitavelmente sustentável o desejo de propriedade é um atributo sine qua non de caracterização do homem da última virada do milênio. Desvendar a multiplicidade de significados deste desejo significa , ainda, reconhecer, progressiva e profundamente o ser humano e suas limitações.

“Propriedade”, com efeito, é um vocábulo um tanto amplo. Justamente por esta imprecisão conceitual, podemos identificá-la nos mais diversos contextos. O impulso à posse pode ser flagrado, por exemplo, em relações amorosas. Em meio às mais inocentes festas de aniversários de crianças, quando dois garotinhos disputam pelo melhor pedaço do bolo. Em meio à própria comunidade científica: lamentáveis são os casos de grandes cérebros que, a despeito de seu potencial, centram-se em trapaças rumo a status acadêmicos... Tais exemplos denotam plena consonância com as sábias palavras de Saulo Coimbra: “ nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade.”...

Às últimas constatações, entretanto, poder-se-ia acrescentar exemplos de maiores proporções e de suprema gravidade: é o mesmo impulso pela posse que estrutura, guardadas

as peculiaridades histórico-religiosas, os sangrentos conflitos que permeiam a região palestina e outras regiões do globo que abrigam locais sagrados. A mesma busca desenfreada pela propriedade fundamenta também todo o processo histórico brasileiro que descortina o lamentável quadro de concentração fundiária no país. É neste sentido que vergonhosamente obras como Morte e vida severina, de João Cabral de Melo Neto, permanecem atuais. Quantos são os brasileiros que ainda encontram a cova como única fração de terra incontestável após terem aderido à causa da resolução da desigualdade fundiária por aqui....

Feitos estes breves comentários, não causa espanto o fato de a inclinação humana pela propriedade constituir um dos pontos mais fecundos de reflexão filosófica. Além do já citado La Boétie, muitos foram os filósofos que se preocuparam com esta característica da humanidade. No caso da filosofia, as teses e as interpretações também são múltiplas. Para citar alguns exemplos, encontramos Thomas Hobbes como defensor do Estado enquanto instituição que deve abolir um “estado de guerra permanente” entre os homens. O que caracteriza este “estado”? Diversos comportamentos, dentre os quais a luta pela posse. Encontramos JJ Rousseau teórico que assegura que o drama da humanidade iniciou-se quando o primeiro ser humano delimitou um pedaço de terra e afirmou: “isto é meu”. Encontramos John Locke e Karl Marx, o primeiro grande defensor da propriedade privada e o segundo, um de seus maiores críticos. Encontramos, Rubem Alves, filósofo e escritor que, em Tempus Fugit, registra argumentos um tanto “metafísicos” para reconhecer a sua busca pela propriedade, por mais limitada que ela seja.

... E encontramos, enfim, os anarquistas como Proudhon, críticos da autoridade e da propriedade em todos os níveis. De qualquer forma, na frustração da implementação dos anseios anarquistas, encontramos o fundamento desta reflexão por mais (des) humana que seja, a propriedade absolutamente congruente ao homem.

ANEXOS B: REDAÇÕES MANUSCRITAS